

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	9
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	21
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	22
Demonstração do Valor Adicionado	23

Comentário do Desempenho	24
Notas Explicativas	45

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	131
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	133
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	134
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	135

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	641.553.423
Preferenciais	695.046.557
Total	1.336.599.980
Em Tesouraria	
Ordinárias	4.368.045
Preferenciais	17.529.630
Total	21.897.675

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	12/08/2016	Dividendo	26/08/2016	Ordinária		0,02300
Reunião do Conselho de Administração	12/08/2016	Dividendo	26/08/2016	Preferencial		0,02300

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	4.594.883	4.507.931
1.01	Ativo Circulante	468.599	540.793
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	224.715	222.737
1.01.02	Aplicações Financeiras	58.901	51.581
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	58.901	51.581
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	58.901	51.581
1.01.03	Contas a Receber	8.452	5.808
1.01.03.01	Clientes	8.452	5.808
1.01.04	Estoques	59	64
1.01.06	Tributos a Recuperar	41.794	19.193
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	134.678	241.410
1.01.08.03	Outros	134.678	241.410
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	10.453	47.682
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	2.842	65.793
1.01.08.03.04	Outros créditos	121.383	127.935
1.02	Ativo Não Circulante	4.126.284	3.967.138
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	860.831	757.710
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	75.992	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	767.170	717.411
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	17.669	40.299
1.02.01.09.04	Depósitos e cauções vinculados	66	48
1.02.01.09.06	Impostos a recuperar	16.337	0
1.02.01.09.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.266	40.232
1.02.01.09.08	Outros	0	19
1.02.02	Investimentos	3.245.711	3.192.259
1.02.02.01	Participações Societárias	3.245.711	3.192.259
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.235.660	3.182.208
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	10.051	10.051
1.02.03	Imobilizado	12.968	9.368
1.02.04	Intangível	6.774	7.801
1.02.04.01	Intangíveis	6.774	7.801

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	4.594.883	4.507.931
2.01	Passivo Circulante	465.790	586.272
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.401	4.391
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.401	4.391
2.01.01.01.01	Tributos e Contrib.Sociais	3.401	4.391
2.01.02	Fornecedores	1.722	1.703
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.722	1.703
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	350.687	500.461
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	227.444	321.678
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	227.444	321.678
2.01.04.02	Debêntures	123.243	178.783
2.01.05	Outras Obrigações	109.980	79.717
2.01.05.02	Outros	109.980	79.717
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.673	2.609
2.01.05.02.05	Encargos de dívidas - moeda estrangeira	2.581	4.113
2.01.05.02.07	Obrigações estimadas	3.073	1.992
2.01.05.02.09	Instrumentos financeiros derivativos	49.243	16.806
2.01.05.02.10	Outras contas a pagar	52.410	54.197
2.02	Passivo Não Circulante	1.933.734	1.710.006
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.628.660	1.435.425
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	174.050	97.620
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	174.050	97.620
2.02.01.02	Debêntures	1.454.610	1.337.805
2.02.02	Outras Obrigações	299.779	267.356
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	274.980	228.573
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	274.980	228.573
2.02.02.02	Outros	24.799	38.783
2.02.02.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	19.430	30.873
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	5.369	7.910
2.02.03	Tributos Diferidos	5.295	7.225
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.295	7.225
2.03	Patrimônio Líquido	2.195.359	2.211.653
2.03.01	Capital Social Realizado	1.260.000	1.260.000
2.03.02	Reservas de Capital	-46.076	-25.125
2.03.02.07	Outras Reservas	-46.076	-25.125
2.03.04	Reservas de Lucros	981.616	1.056.817
2.03.04.01	Reserva Legal	113.753	113.753
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	910.538	910.538
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	75.201
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-42.675	-42.675
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	80.094	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-80.275	-80.039

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	17.612	33.121	14.344	28.195
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.261	-13.932	-9.358	-17.174
3.02.03	Pessoal e administradores	-5.156	-9.858	-4.123	-8.190
3.02.05	Material	-37	-80	-49	-82
3.02.06	Serviços terceiros	-1.222	-2.186	-4.337	-7.112
3.02.07	Depreciação e amortização	-626	-1.251	-490	-979
3.02.12	Outras despesas	-220	-557	-359	-811
3.03	Resultado Bruto	10.351	19.189	4.986	11.021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.733	123.503	115.962	165.029
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.074	-9.305	-23.390	-27.055
3.04.02.02	Pessoal e administradores	-1.263	-2.415	-1.501	-2.007
3.04.02.03	Entidade de Previdência Privada	-76	-148	-80	-2.133
3.04.02.04	Material	-95	-209	-127	-209
3.04.02.05	Serviços Terceiros	-3.333	-5.844	-21.685	-22.400
3.04.02.06	Depreciação e Amortização	-288	-577	-219	-439
3.04.02.08	Outras	-19	-112	222	133
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2	13	-408	83
3.04.04.02	Outros	2	13	-408	83
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-35	-35	0	0
3.04.05.02	Outras despesas	-35	-35	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.626	132.830	139.760	192.001
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.382	142.692	120.948	176.050
3.06	Resultado Financeiro	-35.605	-68.481	-54.308	-155.866
3.06.01	Receitas Financeiras	35.183	71.268	25.044	77.185
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	6.503	14.770	5.454	6.840
3.06.01.02	Receita de atualização de mútuos	22.782	44.781	13.292	58.271
3.06.01.03	Receita de Aval	6.146	12.789	6.316	11.887
3.06.01.04	Tributos sobre receitas financeiras	-1.873	-3.850	-585	-1.100

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.06.01.05	Outras receitas financeiras	1.625	2.778	567	1.287
3.06.02	Despesas Financeiras	-70.788	-139.749	-79.352	-233.051
3.06.02.01	Encargos e dívidas - juros	-68.584	-148.475	-52.959	-140.736
3.06.02.02	Marcação a mercado derivativos	26.066	43.038	-3.696	-45.324
3.06.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	-42.390	-72.090	-22.715	63.276
3.06.02.05	Encargos de dívidas - variação cambial	27.264	64.363	18.783	-81.072
3.06.02.06	Despesas bancárias	-1.667	-3.109	-1.135	-1.646
3.06.02.07	IOF	-788	-1.071	-817	-1.073
3.06.02.08	Despesa de Aval	-2.500	-5.000	0	0
3.06.02.09	Atualização de mútuos	-7.099	-14.541	-12.144	-13.487
3.06.02.10	Marcação a mercado da dívida	-361	-813	0	0
3.06.02.12	Outras despesas financeiras	-729	-2.051	-4.669	-12.989
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-36.987	74.211	66.640	20.184
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.883	5.883	-8.680	-21.108
3.08.01	Corrente	0	0	-21.243	-21.108
3.08.02	Diferido	5.883	5.883	12.563	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-31.104	80.094	57.960	-924
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	-29.710	301.631
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	-29.710	301.631
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-31.104	80.094	28.250	300.707
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,02327	0,05992	0,02268	0,24140
3.99.01.02	PN	-0,02327	0,05992	0,02268	0,24140
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,02327	0,05992	0,02268	0,24140
3.99.02.02	PN	-0,02327	0,05992	0,02268	0,24140

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-31.104	80.094	28.250	300.707
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-236	0	0
4.02.01	Outros resultados abrangentes	0	-236	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-31.104	79.858	28.250	300.707

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-23.330	-183.971
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	12.176	-21.107
6.01.01.01	Lucro líquido do período	80.094	300.707
6.01.01.02	Lucro líquido do período das operações descontinuadas	0	-301.631
6.01.01.03	Despesas com juros var. monetárias e cambiais - líquidas	39.102	167.327
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	-132.830	-192.001
6.01.01.05	Depreciação e amortização	1.828	1.418
6.01.01.06	Valor residual de ativos permanentes baixados	0	-83
6.01.01.08	Instrumentos financeiros derivativos	72.090	-63.276
6.01.01.09	Marcação a mercado de derivativos	-43.038	45.324
6.01.01.11	Marcação a mercado das dívidas	813	0
6.01.01.12	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-5.883	21.108
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-35.506	-162.864
6.01.02.01	(Aumento) de clientes	-2.644	-7
6.01.02.02	(Diminuição) de cauções e depósitos vinculados	-18	-27
6.01.02.05	(Aumento) de impostos a recuperar	-38.938	-26.551
6.01.02.08	(Aumento) de outros créditos	6.576	-44.851
6.01.02.09	Aumento (diminuição) de fornecedores	19	-435
6.01.02.11	Aumento de tributos e contribuições sociais	2.963	11.078
6.01.02.12	Aumento de obrigações estimadas	1.081	928
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-97.803
6.01.02.16	(Diminuição) de outras contas a pagar	-4.545	-5.196
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	49.365	1.437.823
6.02.01	Aumento de capital em controladas	-1.207	-60.591
6.02.02	Aquisição no imobilizado	-4.437	-1.248
6.02.03	Aplicações no intangível	0	-1.549
6.02.04	Recebimento de dividendos	96.627	104.921
6.02.05	Créditos com partes relacionadas	26.888	6.670
6.02.06	Aplicações financeiras e recursos vinculados	-68.542	12.787
6.02.08	Alienação de bens do imobilizado	36	0
6.02.10	Recebimento pela venda de ativos alienados	0	1.376.833
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-24.057	-1.281.752
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	270.000	265.000
6.03.03	Pagamento de empréstimos, debentures - principal	-250.274	-1.144.383
6.03.04	Pagamento de empréstimos, debentures - juros	-62.505	-257.395
6.03.05	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	93.859	-13.581
6.03.06	Pagamento de dividendos	-75.137	-131.393
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.978	-27.900
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	222.737	50.249
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	224.715	22.349

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.260.000	-67.800	1.099.492	0	-80.039	2.211.653
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.260.000	-67.800	1.099.492	0	-80.039	2.211.653
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-20.951	-75.201	0	0	-96.152
5.04.08	Dividendos 2015	0	0	-75.201	0	0	-75.201
5.04.12	Aquisição de participação de não controladas	0	173	0	0	0	173
5.04.13	Outras transações - Inst. Financ. - Reflexo	0	-21.124	0	0	0	-21.124
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	80.094	-236	79.858
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	80.094	0	80.094
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-236	-236
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-236	-236
5.07	Saldos Finais	1.260.000	-88.751	1.024.291	80.094	-80.275	2.195.359

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.010.000	-55.528	1.005.758	0	-77.291	1.882.939
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.010.000	-55.528	1.005.758	0	-77.291	1.882.939
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-35.241	-130.946	0	0	-166.187
5.04.06	Dividendos	0	0	-130.946	0	0	-130.946
5.04.11	Aquisição de participação de não controladores	0	-4.512	0	0	0	-4.512
5.04.12	Outras transações - Inst. Financ. - reflexo	0	-30.729	0	0	0	-30.729
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	300.707	0	300.707
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	300.707	0	300.707
5.07	Saldos Finais	1.010.000	-90.769	874.812	300.707	-77.291	2.017.459

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	37.385	926.881
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	37.372	31.771
7.01.02	Outras Receitas	13	895.110
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.949	-925.446
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.320	-29.803
7.02.04	Outros	-629	-895.643
7.03	Valor Adicionado Bruto	28.436	1.435
7.04	Retenções	-1.828	-1.418
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.828	-1.418
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	26.608	17
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	207.948	269.186
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	132.830	192.001
7.06.02	Receitas Financeiras	75.118	77.185
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	234.556	269.203
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	234.556	269.203
7.08.01	Pessoal	10.563	10.776
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.059	8.914
7.08.01.02	Benefícios	1.906	1.367
7.08.01.03	F.G.T.S.	598	495
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.081	26.238
7.08.02.01	Federais	3.320	25.601
7.08.02.03	Municipais	761	637
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	139.818	233.113
7.08.03.01	Juros	139.749	233.051
7.08.03.02	Aluguéis	69	62
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	80.094	300.707
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	80.094	300.707
7.08.05	Outros	0	-301.631

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	18.974.719	18.502.182
1.01	Ativo Circulante	6.075.602	5.879.295
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.076.688	1.083.627
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.123.335	719.058
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.114.634	711.322
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.114.634	711.322
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	8.701	7.736
1.01.03	Contas a Receber	1.907.901	2.054.044
1.01.03.01	Clientes	1.907.901	2.054.044
1.01.04	Estoques	35.291	36.162
1.01.06	Tributos a Recuperar	503.007	390.192
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	503.007	390.192
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.429.380	1.596.212
1.01.08.03	Outros	1.429.380	1.596.212
1.01.08.03.01	Títulos de crédito a receber	4.734	4.676
1.01.08.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	67.203	117.780
1.01.08.03.06	Ativos financeiros setoriais	806.274	801.051
1.01.08.03.07	Outros créditos	551.169	672.705
1.02	Ativo Não Circulante	12.899.117	12.622.887
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.237.064	5.058.492
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	210.610	97.072
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	210.610	97.072
1.02.01.03	Contas a Receber	150.271	140.466
1.02.01.03.01	Clientes	150.271	140.466
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.876.183	4.820.954
1.02.01.09.03	Títulos de créditos a receber	25.891	1.624
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	207.513	177.558
1.02.01.09.05	Créditos tributários	838.960	774.658
1.02.01.09.06	Depósitos e cauções vinculados	208.668	194.710
1.02.01.09.07	Instrumentos financeiros derivativos	234.123	369.848
1.02.01.09.08	Contas a receber da concessão	3.089.218	2.858.710
1.02.01.09.09	Ativos financeiros setoriais	100.117	261.854
1.02.01.09.12	Outros créditos	171.693	181.992
1.02.02	Investimentos	23.814	28.635
1.02.02.01	Participações Societárias	23.814	28.635
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	23.814	28.635
1.02.03	Imobilizado	131.213	114.778
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	131.213	114.778
1.02.04	Intangível	7.507.026	7.420.982
1.02.04.01	Intangíveis	7.507.026	7.420.982

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	18.974.719	18.502.182
2.01	Passivo Circulante	5.075.560	4.716.057
2.01.02	Fornecedores	1.059.165	1.204.877
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.059.165	1.204.877
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.814.340	1.511.118
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.519.922	1.195.369
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	560.087	418.947
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	959.835	776.422
2.01.04.02	Debêntures	294.418	315.749
2.01.05	Outras Obrigações	2.202.055	2.000.062
2.01.05.02	Outros	2.202.055	2.000.062
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.833	8.140
2.01.05.02.04	Parcelamento de impostos	14.791	17.116
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	98.123	79.027
2.01.05.02.07	Taxa de iluminação publica	55.685	65.809
2.01.05.02.08	Benefícios a empregados - plano de pensão	29.496	28.692
2.01.05.02.09	Encargos de dívidas - moeda nacional	60.501	25.051
2.01.05.02.10	Encargos de dívidas - moeda estrangeira	17.481	17.970
2.01.05.02.11	Tributos e Contribuições Sociais	419.872	480.206
2.01.05.02.12	Encargos setoriais	258.820	372.295
2.01.05.02.13	Passivos financeiros setoriais	664.106	494.740
2.01.05.02.15	Taxas regulamentares	49.064	20.373
2.01.05.02.16	Incorporação de redes	106.004	109.463
2.01.05.02.17	Bandeiras tarifárias CCRBT	169	4.880
2.01.05.02.18	Instrumentos financeiros derivativos	241.310	126.251
2.01.05.02.19	Outras contas a pagar	181.800	150.049
2.02	Passivo Não Circulante	10.585.398	10.467.955
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.482.858	6.422.878
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.366.598	4.222.050
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.936.773	2.405.075
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.429.825	1.816.975
2.02.01.02	Debêntures	2.116.260	2.200.828
2.02.02	Outras Obrigações	2.580.396	2.469.963
2.02.02.02	Outros	2.580.396	2.469.963
2.02.02.02.03	Fornecedores	265.795	326.010
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	419.814	388.376
2.02.02.02.05	Tributos e contribuições sociais	156.457	138.440
2.02.02.02.06	Parcelamentos de impostos	74.161	78.031
2.02.02.02.07	Benefício a empregado-Plano pensão	197.709	185.018
2.02.02.02.08	Provisão para Riscos, Trabalhistas, Civeis e Fiscais	580.054	572.629
2.02.02.02.09	Taxas regulamentares	124.417	153.127
2.02.02.02.11	Passivos financeiros setoriais	252.731	143.103
2.02.02.02.12	Encargos setoriais	217.527	152.788
2.02.02.02.13	Incorporação de redes	213.080	185.162
2.02.02.02.14	Outras contas a pagar	78.651	147.279
2.02.03	Tributos Diferidos	1.522.144	1.575.114

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.522.144	1.575.114
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.313.761	3.318.170
2.03.01	Capital Social Realizado	1.260.000	1.260.000
2.03.02	Reservas de Capital	-46.076	-25.125
2.03.04	Reservas de Lucros	981.616	1.056.817
2.03.04.01	Reserva Legal	113.753	113.753
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	910.538	910.538
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	75.201
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-42.675	-42.675
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	80.094	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-80.275	-80.039
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.118.402	1.106.517

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.679.443	5.471.782	2.965.682	5.731.754
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.383.494	-4.826.037	-2.685.953	-4.981.041
3.02.01	Energia elétrica comprada p/revenda	-1.360.368	-2.807.365	-1.684.321	-3.188.148
3.02.02	Encargos uso sistema transm.e distribuição	-157.566	-364.634	-186.421	-334.367
3.02.03	Pessoal e administradores	-181.069	-356.585	-135.006	-260.452
3.02.04	Entidade de previdencia privada	-6.171	-12.143	-2.455	-6.494
3.02.05	Material	-29.458	-63.778	-28.639	-50.818
3.02.06	Serviços terceiros	-122.178	-239.842	-111.623	-226.659
3.02.07	Depreciação e amortização	-145.326	-296.474	-165.746	-319.884
3.02.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	43.291	23.974	2.574	119
3.02.09	Custo de construção	-362.612	-621.820	-319.668	-529.619
3.02.10	Provisão para riscos, trabalhistas, civeis e fiscais	4.097	268	8.635	15.854
3.02.12	Outras	-66.134	-87.638	-63.283	-80.573
3.03	Resultado Bruto	295.949	645.745	279.729	750.713
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-112.723	-285.621	-188.328	-382.331
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-106.639	-268.551	-153.275	-324.535
3.04.02.01	Pessoal	-46.933	-88.446	-44.508	-98.437
3.04.02.02	Entidade de previdencia privada	-9.344	-17.225	-9.592	-16.416
3.04.02.03	Material	-4.550	-9.145	-5.116	-10.880
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-38.000	-67.284	-78.719	-123.694
3.04.02.06	Depreciação e amortização	-23.508	-48.260	-33.661	-57.808
3.04.02.07	Provisão para riscos, trabalhistas, civeis e fiscais	10.834	20.273	57.716	64.469
3.04.02.08	Outras	4.862	-58.464	-39.395	-81.769
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	14.184	22.231	-565	8.978
3.04.04.02	Outros	14.184	22.231	-565	8.978
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-20.268	-39.301	-34.404	-66.751
3.04.05.02	Outras	-20.268	-39.301	-34.404	-66.751
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	-84	-23

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	183.226	360.124	91.401	368.382
3.06	Resultado Financeiro	-233.790	-207.542	-105.899	-447.190
3.06.01	Receitas Financeiras	198.840	454.401	252.144	494.968
3.06.01.01	Receitas de aplicação financeira	63.147	130.141	84.491	117.637
3.06.01.02	Varição monetária e acresc.moratorio de energia	32.372	70.988	24.221	76.398
3.06.01.03	Atualização contas a receber concessão VNR	28.357	79.413	49.757	92.050
3.06.01.04	Juros recebidos/selic	3.151	7.868	23.922	35.346
3.06.01.05	Atualização depósito judicial	2.162	2.310	2.068	9.909
3.06.01.06	Atualização ativo financeiro setorial	28.777	100.534	63.687	139.350
3.06.01.07	Ajuste a valor presente	0	0	-24.971	-15.769
3.06.01.08	Tributos sobre receitas financeiras	-5.920	-18.272	0	0
3.06.01.10	Outras receitas	46.794	81.419	28.969	40.047
3.06.02	Despesas Financeiras	-432.630	-661.943	-358.043	-942.158
3.06.02.01	Encargos dívidas - juros	-233.267	-431.736	-171.530	-354.808
3.06.02.02	Encargos dividas - var monetaria e cambial	239.260	450.905	11.441	-346.931
3.06.02.03	(-) Transferência p/ordens em curso	8.529	22.119	3.468	6.143
3.06.02.04	Ajuste valor presente de ativos	-3.319	-4.589	-5.051	-7.182
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	85.079	174.509	11.356	-97.501
3.06.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	-353.523	-573.021	-92.379	163.646
3.06.02.07	Atualização PEE e P&D	-7.200	-13.780	-9.986	-13.171
3.06.02.08	Despesas bancárias	-7.784	-13.155	-13.009	-16.163
3.06.02.09	Atualização passivo financeiro setorial	-53.941	-76.128	-32.706	-86.364
3.06.02.10	Juros/multas	0	0	-38.490	-129.102
3.06.02.11	Atualização contingências	-11.213	-27.966	-2.068	-13.341
3.06.02.12	Marcação a mercado da dívida	-51.346	-31.615	0	0
3.06.02.13	Despesa de AVAL	-2.500	-5.000	0	0
3.06.02.14	Incorporação de redes	-21.330	-27.904	0	0
3.06.02.15	Outras despesas financeiras	-20.075	-104.582	-19.089	-47.384

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-50.564	152.582	-14.498	-78.808
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	23.348	-55.347	-20.990	-388
3.08.01	Corrente	31.394	-119.649	-129.410	-78.994
3.08.02	Diferido	-8.046	64.302	108.420	78.606
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-27.216	97.235	-35.488	-79.196
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	84.274	404.711
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	84.274	404.711
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-27.216	97.235	48.786	325.515
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-31.104	80.094	28.250	300.707
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.888	17.141	20.536	24.808
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,02327	0,05992	0,02268	0,24140
3.99.01.02	PN	-0,02327	0,05992	0,02268	0,24140
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,02327	0,05992	0,02268	0,24140
3.99.02.02	PN	-0,02327	0,05992	0,02268	0,24140

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-27.216	97.235	48.786	325.515
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-849	-1.216	0	0
4.02.01	Outros resultados abrangentes	-849	-1.216	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-28.065	96.019	48.786	325.515
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-31.104	79.858	28.250	300.707
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.039	16.161	20.536	24.808

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	788.060	-43.356
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	662.546	604.944
6.01.01.01	Lucro líquido do período	97.235	325.515
6.01.01.02	Lucro líquido do período das operações descontinuadas	0	-404.711
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	55.347	388
6.01.01.04	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	-237.452	392.448
6.01.01.05	Depreciação e amortização	344.734	377.692
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-23.974	-119
6.01.01.07	Reversão de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-20.541	-77.920
6.01.01.08	Equivalência patrimonial	0	23
6.01.01.09	Valor residual de ativos permanentes baixados	17.070	57.773
6.01.01.11	Marcação a mercado de derivativos	-174.509	97.501
6.01.01.12	Instrumentos financeiros derivativos	573.021	-163.646
6.01.01.13	Marcação a mercado das dívidas	31.615	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	125.514	-648.300
6.01.02.01	Diminuição (aumento) de clientes	231.300	-288.613
6.01.02.03	Diminuição de títulos e créditos a receber	-24.325	-41.283
6.01.02.04	Diminuição (aumento) de estoques	871	-185
6.01.02.05	(Aumento) de impostos a recuperar	-142.770	-83.057
6.01.02.06	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-13.958	-11.135
6.01.02.08	Diminuição (aumento) de outros créditos a receber	99.258	-119.841
6.01.02.09	Diminuição (aumento) de ativos financeiros setoriais	257.049	-104.443
6.01.02.10	Aumento (diminuição) de fornecedores	-191.096	8.404
6.01.02.11	Aumento de tributos e contribuições sociais	-129.808	-118.381
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-68.335	-162.582
6.01.02.14	Aumento de obrigações estimadas	19.096	37.009
6.01.02.18	Aumento de passivos financeiros setoriais	202.866	88.621
6.01.02.19	(Diminuição) aumento de outras contas a pagar	-114.634	147.186
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-998.853	1.408.837
6.02.01	Aplicações no investimento	0	11.453
6.02.02	Aplicações no ativo imobilizado	-9.565	-27.508
6.02.03	Aplicações no intangível	-631.842	-443.107
6.02.04	Aplicações financeiras e recursos vinculados	-387.674	306.575
6.02.07	Alienação de bens do imobilizado e do intangível	30.228	8.978
6.02.10	Recebimento pela venda de ativos alienados	0	1.552.446
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	203.854	-1.344.471
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	1.440.922	1.051.683
6.03.03	Pagamento de empréstimos, debêntures - principal	-739.050	-1.747.330
6.03.04	Pagamento de empréstimos, debêntures - juros	-284.614	-302.313
6.03.05	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-65.713	57.923
6.03.06	Pagamento de dividendos	-82.786	-133.706
6.03.07	Partes relacionadas	0	14.611
6.03.09	Parcelamento de impostos	-6.195	-8.099
6.03.10	Parcelamento de encargos setoriais	-9.869	-277.240

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.03.11	Pagamento de incorporação de redes	-22.198	0
6.03.12	Pagamento parcelamento de fornecedores	-26.643	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.939	21.010
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.083.627	576.072
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.076.688	597.082

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.260.000	-67.800	1.099.492	0	-80.039	2.211.653	1.106.517	3.318.170
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.260.000	-67.800	1.099.492	0	-80.039	2.211.653	1.106.517	3.318.170
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-20.951	-75.201	0	0	-96.152	-4.276	-100.428
5.04.12	Aquisição participação de não controladores	0	173	0	0	0	173	9	182
5.04.13	Distribuição de Dividendos 2015	0	0	-75.201	0	0	-75.201	-4.278	-79.479
5.04.14	Outras transações - Inst. Financ. - reflexo	0	-21.124	0	0	0	-21.124	-7	-21.131
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	80.094	-236	79.858	16.161	96.019
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	80.094	0	80.094	17.141	97.235
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-236	-236	-980	-1.216
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-236	-236	-980	-1.216
5.07	Saldos Finais	1.260.000	-88.751	1.024.291	80.094	-80.275	2.195.359	1.118.402	3.313.761

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.010.000	-55.528	1.005.758	0	-77.291	1.882.939	1.115.921	2.998.860
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.010.000	-55.528	1.005.758	0	-77.291	1.882.939	1.115.921	2.998.860
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-35.241	-130.946	0	0	-166.187	-946	-167.133
5.04.06	Dividendos	0	0	-130.946	0	0	-130.946	-946	-131.892
5.04.12	Aquisição de participação não controladores	0	-4.512	0	0	0	-4.512	0	-4.512
5.04.13	Outras transações - Inst. Financ. - reflexo	0	-30.729	0	0	0	-30.729	0	-30.729
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	300.707	0	300.707	2.359	303.066
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	300.707	0	300.707	24.808	325.515
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	-22.449	-22.449
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	0	0	-22.449	-22.449
5.07	Saldos Finais	1.010.000	-90.769	874.812	300.707	-77.291	2.017.459	1.117.334	3.134.793

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	8.787.260	9.747.230
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.097.116	8.305.305
7.01.02	Outras Receitas	22.231	903.961
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	643.939	537.845
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	23.974	119
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.574.593	-5.555.601
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.209.419	-3.733.728
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-468.358	-491.924
7.02.04	Outros	-896.816	-1.329.949
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.212.667	4.191.629
7.04	Retenções	-344.734	-377.692
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-344.734	-377.692
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.867.933	3.813.937
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	472.673	494.945
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-23
7.06.02	Receitas Financeiras	472.673	494.968
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.340.606	4.308.882
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.340.606	4.308.882
7.08.01	Pessoal	405.797	359.304
7.08.01.01	Remuneração Direta	272.350	284.769
7.08.01.02	Benefícios	80.842	52.353
7.08.01.03	F.G.T.S.	52.605	22.182
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.142.202	3.067.179
7.08.02.01	Federais	1.433.005	1.494.048
7.08.02.02	Estaduais	1.700.037	1.567.368
7.08.02.03	Municipais	9.160	5.763
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	695.372	961.595
7.08.03.01	Juros	684.062	948.301
7.08.03.02	Aluguéis	11.310	13.294
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	97.235	325.515
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	80.094	300.707
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	17.141	24.808
7.08.05	Outros	0	-404.711

Comentário do Desempenho

Energisa S/A | Resultados do 1º semestre de 2016

Cataguases, 12 de agosto de 2016 - A Administração da Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”) apresenta os resultados do segundo trimestre (2T16) e dos primeiros seis meses de 2016 (6M16). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em base consolidada de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

Destaques

Energisa lucra R\$ 97,2 milhões e geração de caixa (EBITDA Ajustado) atinge R\$ 775,8 milhões em 6M16

- ✓ **Lucro líquido consolidado** de R\$ 97,2 milhões, ante o lucro líquido “pró-forma” em 6M15, de R\$ 22,5 milhões, desconsiderando os efeitos não recorrentes de alienação de ativos e amortização de ágio naquele semestre do ano passado (vide item 3.5);
- ✓ **Geração de Caixa Ajustada (EBITDA Ajustado)** totalizou R\$ 384,5 milhões no segundo trimestre, representando um incremento de 22,0% em relação ao 2T15. No semestre, o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 775,8 milhões, significando uma redução de 5,7% (R\$ 46,7 milhões) em relação ao registrado em 6M15;
- ✓ **Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais** de R\$ 2.560,8 milhões em 30/06/2016, contra R\$ 1.990,8 em 31/03/2016 e R\$ 2.607,1 milhões em 31/12/2015;
- ✓ **Eventos subsequentes:** i) em 3 de agosto, a Energisa concluiu a oferta pública de ações no valor de R\$ 1.536,0 milhões, elevando o capital social da Companhia para R\$ 2.796,0 milhões; ii) em 28 de julho, a Companhia confirmou a adesão ao Nível 2 de Governança da BM&FBOVESPA e o início das negociações das suas ações nesse segmento diferenciado de mercado.

Descrição	2T16	2T15	Var. %	6M16	6M15	Var. %
Resultados - R\$ milhões						
Receita Operacional Líquida	2.679,4	2.965,7	- 9,7	5.471,8	5.731,8	- 4,5
EBITDA	352,1	290,8	+ 21,1	704,8	746,1	- 5,5
EBITDA Ajustado	384,5	315,1	+ 22,0	775,8	822,5	- 5,7
EBITDA Ajustado, com venda de ativos	384,5	399,4	- 3,7	775,8	1.227,2	- 36,8
Lucro Líquido (prejuízo)	(27,2)	48,8	-	97,2	325,5	- 70,1
Indicadores Operacionais						
Energia vendida aos Consumidores Cativos (GWh)	6.235,2	6.183,1	+ 0,8	12.609,9	12.683,4	- 0,6
Energia vendida - Cativa + Transporte (TUSD) - GWh	7.145,6	7.097,4	+ 0,7	14.358,1	14.538,0	- 1,2
Energia Elétrica Total Comercializada (GWh)	8.675,8	8.087,7	+ 7,3	16.921,9	16.294,7	+ 3,8
Número de Consumidores Totais	6.446.459	6.331.003	+ 1,8	6.446.459	6.331.003	+ 1,8
Número de Colaboradores Próprios	11.962	11.671	+ 2,5	11.962	11.671	+ 2,5
Força de Trabalho (colaboradores próprios + terceirizados ⁽¹⁾)	16.192	16.084	+ 0,7	16.192	16.084	+ 0,7

(1) Não incluem terceirizados em obras.

Teleconferência dos Resultados do 1º semestre de 2016

- ✓ **Teleconferência dos Resultados do 2T16**
Data: 16 de agosto de 2016
15:00 horas (horário Brasil)
☎ Telefone: + 55 (11) 2188-0155
Código de acesso: Energisa
- ✓ **Relações com Investidores**
Para esclarecimentos e informações adicionais, acesse o site de RI da Energisa ou nos contate:
Site www.energisa.com.br/ri
[Área de RI da Energisa S/A](#)

Comentário do Desempenho

1 Perfil e estrutura societária

O Grupo Energisa tem 111 anos de história e é o sexto maior grupo distribuidor de energia do país em número de clientes, atendendo nesse segmento de atuação a aproximadamente 6,4 milhões de consumidores em nove estados brasileiros - o equivalente a 8,1% do total de consumidores do Brasil. Em suas atividades também incluem a prestação de serviços e o desenvolvimento de estudos de geração de energia.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO GRUPO ENERGISA

13 concessões de distribuição de energia em todas as regiões do Brasil

788 municípios atendidos

6,4 milhões de clientes

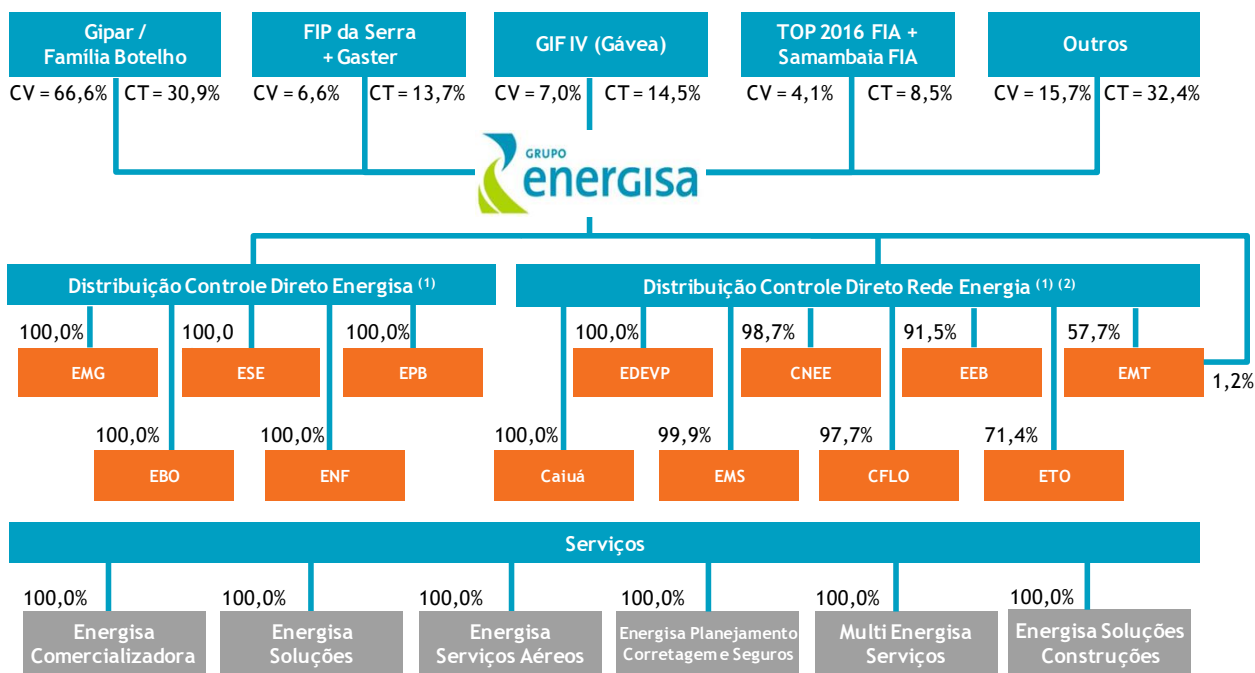
16,0 milhões de pessoas atendidas (8,1% do Brasil)

1.630 mil km² total de área coberta (19,1% do território brasileiro)

6 Empresas de serviços (MG e RJ)



ESTRUTURA SOCIETÁRIA DO GRUPO ENERGISA APÓS A OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES:



Legenda: CV = Capital Votante | CT = Capital Total

(1) Grupo está analisando a racionalização da estrutura de holdings do Grupo, com vistas à consolidação das holdings Energisa e Rede.

(2) A Energisa possui participação de 95% na Rede Energia.

Comentário do Desempenho

2 Desempenho operacional

2.1 Mercado de energia

No segundo trimestre de 2016 (2T16), a energia elétrica total comercializada pelo Grupo Energisa somou 8.675,8 GWh, contra 8.087,7 GWh em igual trimestre do ano passado (2T15), refletindo um aumento de 7,3%. As vendas de energia mercado cativo mais livre (TUSD) deram um sinal de recuperação neste 2T16. O consumo cativo e transporte de energia aos consumidores livres localizados nas respectivas áreas de concessão cresceram 0,7% em relação ao 2T15, contra uma queda de 3,1% no 1T16.

No acumulado no semestre (6M16), a energia total comercializada atingiu 16.921,9 GWh, um incremento de 3,8% sobre o volume registrado em 6M15. Nos primeiros seis meses de 2016 (6M16), as vendas consolidadas de energia elétrica a consumidores cativos localizados na área de concessão do Grupo Energisa, totalizaram 12.609,9 GWh, redução de 0,6% em relação ao volume vendido em igual período no ano anterior. Considerando apenas o consumo dos mercados cativo mais livre (TUSD) houve retração de 1,2%, desempenho, porém, melhor que a média nacional do mercado, que apresentou queda de 1,7%.

A composição desse crescimento é a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Semestre		
	2T16	2T15	Var. %	6M16	6M15	Var. %
Vendas de energia a consumidores finais (Mercado Cativo)	6.235,2	6.183,1	+ 0,8	12.609,9	12.683,4	- 0,6
Energia associada a consumidores livres (TUSD)	910,4	914,3	- 0,4	1.748,1	1.854,7	- 5,7
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD)	7.145,6	7.097,4	+ 0,7	14.358,0	14.538,0	- 1,2
Suprimento de energia	1.086,4	519,1	+ 109,3	1.662,2	936,4	+ 77,5
Energia não Faturada	(130,9)	(91,3)	+ 43,4	(163,2)	(189,8)	- 14,0
Vendas a consumidores livres (comercialização)	574,7	562,5	+ 2,2	1.064,9	1.010,1	+ 5,4
Total Energia Comercializada - Energisa consolidada	8.675,8	8.087,7	+ 7,3	16.921,9	16.294,7	+ 3,8

O consumo da classe residencial registrou, no segundo trimestre, aumento de 5,3% (aumento de 3,6% no semestre), desempenho esse melhor que o consumo médio nacional dessa classe, que apresentou aumento de 1,2%. Esse desempenho não foi acompanhado pelas demais classes, sobretudo pela classe industrial, que retraiu 8,0% no segundo trimestre (retração de 10,7% em 6M16), refletindo o momento econômico do país. Entretanto, no 2T16 todas as classes apresentaram melhoria no consumo em relação ao 1T16. Importante ressaltar a melhoria gradativa do consumo industrial, que mostra sinais de recuperação nos percentuais de queda mês após mês, refletido no Índice de Confiança do Empresário Industrial, medido pela Confederação Nacional da Indústria ("CNI"), que registrou variação positiva pelo terceiro mês consecutivo. Esse índice, que apresentou o patamar mais baixo de confiança em novembro de 2015, em 35,0 pontos em uma série de 36 meses, saltou para 47,3 pontos em julho de 2016.

Em agosto de 2016, o Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") divulgou estudo intitulado "Previsões de Carga para o Planejamento Anual da Operação Energética 2016 - 2020", alterando a projeção de queda no mercado de energia elétrica, de 0,2% para um crescimento de 0,5% em 2016.

Mercado Cativo de Energia Elétrica por Classe de Consumo + TUSD (Consolidado)

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Semestre		
	2T16	2T15	Var. %	6M16	6M15	Var. %
Vendas de energia a consumidores finais + TUSD	7.145,6	7.097,4	+ 0,7	14.358,0	14.538,0	- 1,2
Residencial	2.512,6	2.385,5	+ 5,3	5.141,3	4.962,0	+ 3,6
Industrial	1.700,4	1.848,0	- 8,0	3.334,7	3.732,8	- 10,7
Comercial	1.353,5	1.366,2	- 0,9	2.782,9	2.813,3	- 1,1
Rural	624,7	562,0	+ 11,2	1.216,4	1.168,2	+ 4,1
Outras classes	954,4	935,7	+ 2,0	1.882,7	1.861,7	+ 1,1

Do total das vendas no primeiro semestre de 2016, 45,0% foi vendido na região Centro-Oeste, 27,1% na região Nordeste, 20,3% nas regiões Sudeste e Sul e 7,6% na região Norte, esta última atendida pela Energisa Tocantins, que se destacou com crescimento de 10,6% nas vendas de energia.

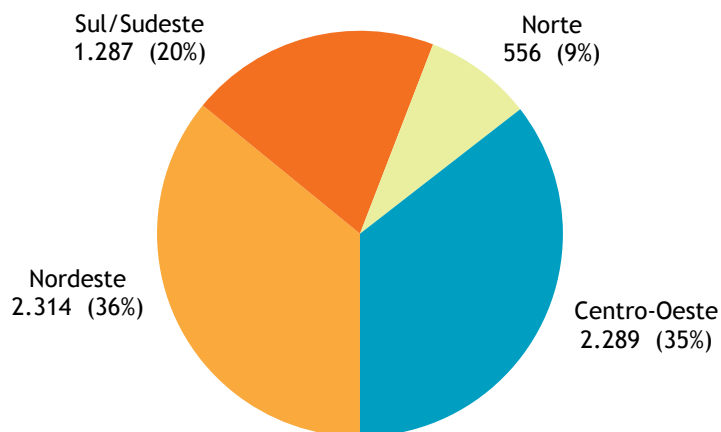
Comentário do Desempenho

Mercado Cativo + TUSD por Distribuidora e Região

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Semestre		
	2T16	2T15	Var. %	6M16	6M15	Var. %
Região Norte	571,9	513,7	+ 11,3	1.085,3	981,5	+ 10,6
✓ Energisa Tocantins	571,9	513,7	+ 11,3	1.085,3	981,5	+ 10,6
Região Nordeste	1.937,1	2.030,4	- 4,6	3.897,3	4.170,0	- 6,5
✓ Energisa Paraíba	1.019,2	1.052,3	- 3,1	2.036,5	2.155,7	- 5,5
✓ Energisa Sergipe	763,5	804,6	- 5,1	1.552,0	1.658,8	- 6,4
✓ Energisa Borborema	154,4	173,5	- 11,0	308,8	355,5	- 13,1
Região Centro-Oeste	3.213,0	3.144,9	+ 2,2	6.458,8	6.385,0	+ 1,2
✓ Energisa Mato Grosso	2.001,4	1.944,0	+ 3,0	3.954,9	3.846,5	+ 2,8
✓ Energisa Mato Grosso do Sul	1.211,6	1.200,9	+ 0,9	2.503,9	2.538,5	- 1,4
Região Sudeste	1.351,7	1.336,5	+ 1,1	2.774,9	2.855,0	- 2,8
✓ Energisa Minas Gerais	364,5	378,4	- 3,7	738,6	792,9	- 6,8
✓ Energisa Nova Friburgo	81,4	81,2	+ 0,2	162,6	167,3	- 2,8
✓ Caiuá	278,2	267,8	+ 3,9	581,5	584,8	- 0,6
✓ Vale Paranapanema	219,5	211,5	+ 3,8	459,7	469,5	- 2,1
✓ Bragantina	265,8	262,1	+ 1,4	532,2	541,8	- 1,8
✓ Nacional	142,3	135,5	+ 5,0	300,3	298,7	+ 0,5
Região Sul	71,9	71,9	-	141,7	146,5	- 3,3
✓ Força e Luz do Oeste	71,9	71,9	-	141,7	146,5	- 3,3
Total	7.145,6	7.097,4	+ 0,7	14.358,0	14.538,0	- 1,2

A Energisa encerrou os primeiros seis meses de 2016 com 6.446.459 unidades consumidoras cativas, número 1,8% superior ao registrado no fim de junho de 2015.

Número de consumidores Cativos por Região (mil / %)



A carteira de consumidores livres atingiu 320 clientes em 6M16, representando incremento de 36,2% em relação ao 6M15. Em 6M16, a Energisa faturou destes consumidores R\$ 334,0 milhões (R\$ 170,0 milhões no 2T16), contra R\$ 226,4 milhões em 6M15 (R\$ 130,4 milhões no 2T15).

2.1.1 Perdas de energia elétrica

Em consequência da queda do consumo de energia, notadamente no segmento industrial, as perdas totais de energia, em termos percentuais, apresentaram ligeiro crescimento nos últimos 12 meses encerrados em 6M16. O Grupo Energisa vem intensificando as ações de fiscalizações das unidades consumidores das distribuidoras, visando combater o furto e a fraude no consumo de energia elétrica, com atenção especial às distribuidoras adquiridas da Rede Energia em 2014.

Comentário do Desempenho

Nos primeiros seis meses de 2016, as perdas de energia das distribuidoras da Energisa foram as seguintes:

Distribuidoras	Perdas de Energia - Últimos 12 meses (%)		
	6M16	6M15	Varição em pontos percentuais
Energisa Mato Grosso	15,28	13,60	+ 1,68
Energisa Tocantins	14,83	14,14	+ 0,69
Energisa Mato Grosso do Sul	14,40	14,04	+ 0,36
Energisa Paraíba	12,60	12,69	- 0,09
Energisa Minas Gerais	9,76	9,38	+ 0,38
Energisa Sergipe	9,07	8,98	+ 0,09
Nacional	8,08	8,12	- 0,04
Caiuá	7,63	7,86	- 0,23
Vale Paranapanema	7,56	7,07	+ 0,49
Energisa Borborema	7,31	6,17	+ 1,14
Bragantina	5,24	5,01	+ 0,23
Energisa Nova Friburgo	4,47	4,84	- 0,37
Força e Luz do Oeste	3,90	3,83	+ 0,07
Energisa Consolidada	12,35	11,64	+ 0,71

2.1.2 Gestão da Inadimplência

As distribuidoras do Grupo Energisa vêm intensificando as ações de cobrança das contas de energia para conter o aumento da inadimplência, com mecanismos ágeis e desburocratizados de pagamento de débitos por meio de pontos de atendimento, da internet e de call center e pela intensificação de ações de corte e negativação de débitos. Como resultado, a inadimplência dos consumidores do Grupo Energisa, nos últimos 12 meses, apresentou redução de 8,7%, passando de 2,42%, em junho de 2015, para 2,21% em junho de 2016. Essa variação representa redução de R\$ 50,4 milhões no saldo a arrecadar.

O desempenho do indicador por distribuidora é apresentado a seguir:

Distribuidoras	Inadimplência - Últimos 12 meses (%)		
	6M16	6M15	Var. %
Vale Paranapanema	0,73	1,21	- 39,7
Caiuá	0,95	1,58	- 39,9
Nacional	0,98	1,56	- 37,2
Bragantina	1,05	1,89	- 44,4
Energisa Minas Gerais	1,32	1,64	- 19,5
Força e Luz do Oeste	1,34	2,77	- 51,6
Energisa Borborema	1,35	1,93	- 30,1
Energisa Nova Friburgo	1,50	1,44	+ 4,2
Energisa Paraíba	2,09	2,19	- 4,6
Energisa Sergipe	2,24	2,32	- 3,5
Energisa Tocantins	2,47	2,27	+ 8,8
Energisa Mato Grosso	2,54	2,67	- 4,9
Energisa Mato Grosso do Sul	2,97	3,23	- 8,1
Energisa Consolidada	2,21	2,42	- 8,7

Comentário do Desempenho

2.1.3 Balanço de Energia

Balanço de Energia - Distribuidoras da Energisa

Descrição Valores em GWh	1º semestre de 2016						
	EMG	ENF	ESE	EBO	EPB	EMT	EMS
(a) Energia requerida (a=b+c+d+e+h+i)	840,0	184,9	1.965,2	350,6	2.387,8	4.660,9	2.868,3
(b) Energia vendida mercado cativo	612,4	162,6	1.233,2	305,9	1.857,2	3.385,8	2.244,3
✓ Residencial	254,2	79,8	525,9	118,0	824,5	1.310,1	885,7
✓ Industrial	71,7	24,2	125,5	65,8	235,8	374,9	248,8
✓ Comercial	124,3	35,8	267,1	75,6	355,5	786,7	548,0
✓ Rural	85,3	2,6	56,7	11,6	116,4	474,1	234,0
✓ Setor público e consumo próprio	76,9	20,2	258,1	34,9	325,0	440,0	327,8
(c) Transporte energia clientes livres (TUSD)	126,2	0,0	318,8	2,9	179,3	569,1	259,7
(d) Consumo não faturado	(7,2)	(0,3)	(5,3)	(1,1)	(10,6)	(39,0)	(64,3)
(e) Suprimento a concessionárias	-	-	224,0	0,6	-	0,0	-
(f) Venda de Energia CCEE	49,4	-	170,1	57,8	252,5	224,4	307,8
(g) Energia Total Vendida (g=b+d+e+f)	654,6	162,3	1.622,0	363,2	2.099,1	3.571,3	2.487,8
(h) Intercâmbio de energia	29,1	14,5	11,1	16,2	53,4	2,9	10,2
(i) Perdas na distribuição	79,5	8,1	183,4	26,1	308,5	741,9	418,5
(j) Perdas na Rede Básica	6,1	-	38,3	7,6	51,6	54,4	30,6
(k) Energia Recebida Total (k=b+d+e+f+i+j)	740,2	170,4	1.843,7	397,0	2.459,2	4.367,6	2.936,9

Balanço de Energia - Distribuidoras da Energisa (continuação)

Descrição Valores em GWh	1º semestre de 2016						
	ETO	Caiuá	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	Consolidada
(a) Energia requerida (a=b+c+d+e+h+i)	1.276,6	655,0	490,0	559,4	335,0	146,7	16.720,4
(b) Energia vendida mercado cativo	1.056,1	556,6	426,7	347,6	282,4	139,1	12.609,9
✓ Residencial	450,0	240,5	163,5	123,0	121,0	45,2	5.141,3
✓ Industrial	135,4	56,8	69,6	92,7	42,8	42,5	1.586,5
✓ Comercial	205,2	141,7	81,0	66,7	63,9	31,3	2.782,9
✓ Rural	99,9	30,4	52,8	33,3	15,8	3,5	1.216,4
✓ Setor público e consumo próprio	165,6	87,2	59,7	32,0	38,9	16,6	1.882,7
(c) Transporte energia clientes livres (TUSD)	29,2	24,9	33,0	184,6	17,8	2,6	1.748,1
(d) Consumo não faturado	(8,7)	(10,8)	(6,0)	(2,9)	(6,3)	(0,9)	(163,3)
(e) Suprimento a concessionárias	-	-	-	-	14,4	-	239,0
(f) Venda de Energia CCEE	191,9	52,3	37,7	57,9	21,4	-	1.423,2
(g) Energia Total Vendida (g=b+d+e+f)	1.239,3	598,1	458,4	402,7	311,9	138,3	14.108,9
(h) Intercâmbio de energia	1,3	35,0	-	-	-	-	173,6
(i) Perdas na distribuição	198,8	49,4	36,4	30,0	26,6	5,9	2.113,0
(j) Perdas na Rede Básica	18,8	21,9	14,8	12,9	9,7	-	266,6
(k) Energia Recebida Total (k=b+d+e+f+i+j)	1.456,9	669,4	509,5	445,5	348,2	144,1	16.488,4

Os contratos de compra de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), contratos bilaterais, contratos de energia distribuída e a liquidação das diferenças na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) do Grupo Energisa totalizaram, em 6M16, o montante de 16.488,4 GWh para atender à energia solicitada pelo sistema do Grupo.

Comentário do Desempenho

Portfólio de Contratos - Distribuidoras do Grupo Energia

Descrição Valores em GWh	1º semestre de 2016						
	EMG	ENF	ESE	EBO	EPB	EMT	EMS
(a) Energia comprada	740,2	170,1	1.843,7	397,0	2.459,2	3.684,0	2.906,6
✓ Bilateral	288,0	-	64,3	44,5	218,9	1.066,9	40,1
✓ Leilões de Energia	102,9	-	1.001,1	196,5	1.201,3	1.140,7	1.360,0
✓ Quota de Itaipu	142,4	-	-	-	-	661,5	429,0
✓ Quota do PROINFA	13,9	3,8	31,4	7,8	42,8	77,9	69,8
✓ Quota de ANGRA	23,8	-	54,9	13,8	73,9	119,6	82,1
✓ Quota de Garantia Física (95%)	169,2	-	692,1	134,4	922,3	614,5	759,2
✓ Contrato Suprimento	-	166,3	-	-	-	-	-
✓ Geração distribuída	-	-	-	-	-	2,9	166,4
(b) Geração Própria / Embutida / Desverticalizada	-	0,3	-	-	-	675,2	0,7
(c) Liquidação na CCEE	-	-	-	-	-	8,5	29,6
(d) Energia Recebida Total (d=a+b+c)	740,2	170,4	1.843,7	397,0	2.459,2	4.367,6	2.936,9

Portfólio de Contratos - Distribuidoras do Grupo Energia (continuação)

Descrição Valores em GWh	1º semestre de 2016						
	ETO	Caiuá	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	Consolidada
(a) Energia comprada	1.342,3	663,6	509,5	445,5	342,9	144,1	15.648,6
✓ Bilateral	90,5	99,3	97,6	100,9	-	-	2.111,1
✓ Leilões de Energia	846,2	234,4	177,6	171,5	147,9	-	6.579,9
✓ Quota de Itaipu	-	130,9	93,7	87,4	66,3	-	1.611,2
✓ Quota do PROINFA	22,7	12,6	9,8	8,1	6,5	3,3	310,5
✓ Quota de ANGRA	33,8	22,7	17,7	14,7	11,5	-	468,3
✓ Quota de Garantia Física (95%)	319,8	163,7	113,2	62,9	110,7	-	4.061,9
✓ Contrato Suprimento	-	-	-	-	-	140,8	307,1
✓ Geração distribuída	29,3	-	-	-	-	-	198,6
(b) Geração Própria / Embutida / Desverticalizada	114,5	-	-	-	-	-	790,6
(c) Liquidação na CCEE	-	5,8	-	-	5,3	-	49,2
(d) Energia Recebida Total (d=a+b+c)	1.456,9	669,4	509,5	445,5	348,2	144,1	16.488,4

2.2 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

As distribuidoras da Energisa desenvolvem diversas ações com a finalidade de melhorar continuamente os indicadores de qualidade dos serviços prestados, DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), não apenas visando o atendimento às metas regulatórias, mas, principalmente, ao bem-estar de seus consumidores.

Mesmo que a eclosão do fenômeno *El Niño* de grande severidade tenha afetado negativamente as distribuidoras de energia elétrica do Centro-Oeste e Sudeste (principalmente no interior de São Paulo), em face da intensidade de vendavais e descargas atmosféricas, constatou-se melhoria significativa nos indicadores de qualidade do serviço. A Energisa Mato Grosso foi a distribuidora que apresentou melhor queda no índice DEC nos primeiros seis meses de 2016, seguida pela Energisa Tocantins.

Comentário do Desempenho

Nos primeiros seis meses de 2016, os indicadores DEC e FEC do Grupo Energisa tiveram o seguinte desempenho:

Distribuidoras	DEC (horas)			FEC (vezes)		
	6M16	6M15	Var. %	6M16	6M15	Var. %
Força e Luz do Oeste	2,44	2,36	+ 3,39	2,03	1,80	+ 12,78
Energisa Borborema	2,81	2,93	- 4,10	1,83	2,22	- 17,57
Nacional	3,24	2,38	+ 36,13	3,52	2,74	+ 28,47
Energisa Nova Friburgo	3,40	3,78	- 10,05	3,40	3,02	+ 12,58
Vale Paranapanema	3,43	3,18	+ 7,86	2,35	2,65	- 11,32
Caiuá	4,99	4,32	+ 15,51	4,26	3,81	+ 11,81
Energisa Minas Gerais	5,32	5,18	+ 2,70	3,12	3,33	- 6,31
Energisa Mato Grosso do Sul	5,78	6,95	- 16,83	2,90	3,63	- 20,11
Energisa Sergipe	6,05	7,11	- 14,91	3,53	4,35	- 18,85
Bragantina	6,52	5,82	+ 12,03	4,46	3,99	+ 11,78
Energisa Paraíba	9,28	10,59	- 12,37	3,42	4,55	- 24,84
Energisa Mato Grosso	9,67	15,13	- 36,09	6,70	10,70	- 37,38
Energisa Tocantins	12,94	16,07	- 19,48	6,91	6,70	+ 3,13

3 Desempenho financeiro

3.1 Receita operacional bruta e líquida

Nos primeiros seis meses de 2016 (6M16), a receita operacional líquida consolidada, sem a receita de construção, apresentou uma redução de 6,8% (R\$ 352,2 milhões), para R\$ 4.850,0 milhões. Desse total de redução, a receita proveniente das bandeiras tarifárias corresponde a R\$ 169,4 milhões. No 2T16, receita operacional líquida (R\$ 2.316,8 milhões), também deduzidas das receitas de construção, apresentou redução de 12,4% (R\$ 329,2 milhões), em relação ao 2T15.

A seguir, as receitas operacionais líquidas das subsidiárias por segmento de atividade:

Receita líquida por segmento Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T16	2T15	Var. %	6M16	6M15	Var. %
I - Segmento - Distribuição de energia elétrica	2.556,1	2.735,3	- 6,6	5.234,2	5.400,8	- 3,1
✓ Energisa Mato Grosso	810,8	891,8	- 9,1	1.531,6	1.644,8	- 6,9
✓ Energisa Mato Grosso do Sul	401,0	461,4	- 13,1	928,5	1.036,6	- 10,4
✓ Energisa Paraíba	370,9	396,2	- 6,4	717,1	740,3	- 3,1
✓ Energisa Sergipe	252,8	281,5	- 10,2	502,6	510,1	- 1,5
✓ Energisa Tocantins	249,7	219,1	+ 14,0	520,9	422,0	+ 23,4
✓ Energisa Minas Gerais	115,3	147,7	- 21,9	257,4	275,3	- 6,5
✓ Caiuá	69,4	75,7	- 8,3	171,5	186,9	- 8,2
✓ Vale Paranapanema	58,2	57,0	+ 2,1	137,4	147,8	- 7,0
✓ Braganantina	65,9	67,2	- 1,9	140,8	129,7	+ 8,6
✓ Energisa Borborema	57,2	34,4	+ 66,3	106,3	96,2	+ 10,5
✓ Nacional	39,1	37,1	+ 5,4	91,5	93,8	- 2,5
✓ Energisa Nova Friburgo	37,6	35,7	+ 5,3	73,2	65,6	+ 11,6
✓ Força e Luz do Oeste	28,2	30,5	- 7,5	55,4	51,7	+ 7,2
II - Segmento - Comercialização e serviços de energia	180,7	164,2	+ 10,0	352,0	291,6	+ 20,7
✓ Energisa Comercializadora	102,0	113,6	- 10,2	192,2	199,6	- 3,7
✓ Energisa Soluções e Energisa Soluções Construções	47,7	27,2	+ 75,4	100,9	48,0	+ 110,2
✓ Energisa S/A	17,6	14,3	+ 23,1	33,1	28,2	+ 17,4
✓ Multi Energisa	12,6	8,7	+ 44,8	23,8	14,2	+ 67,6
✓ Outras	0,8	0,4	+ 100,0	2,0	1,6	+ 25,0
(=) Total - Segmentos I+II	2.736,8	2.899,5	- 5,6	5.586,2	5.692,4	- 1,9
(=) Energisa Consolidada	2.679,4	2.965,7	- 9,7	5.471,8	5.731,8	- 4,5
(-) Receitas de construção	362,6	319,7	+ 13,4	621,8	529,6	+ 17,4
(=) Energisa Consolidada, sem receita de construção	2.316,8	2.646,0	- 12,4	4.850,0	5.202,2	- 6,8

Comentário do Desempenho

3.2 Ambiente regulatório

3.2.1 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015 entrou em vigor o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”, que repassa automaticamente ao consumidor final o custo incorrido pela distribuidora sempre que a compra de energia for afetada pelo despacho termelétrico de maior custo. O objetivo deste mecanismo é diminuir o carregamento financeiro entre os reajustes tarifários e aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo.

Em fevereiro de 2016, a Aneel reduziu em 40% o valor da tarifa adicional da bandeira amarela: de R\$ 2,50 para R\$ 1,50. A bandeira vermelha também foi dividida em dois patamares: o patamar 1 com cobrança extra de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos; e o patamar 2 que mantém o valor de R\$ 4,50 por 100 kWh.

As receitas consolidadas auferidas pela Energisa provenientes das bandeiras tarifárias no primeiro semestre de 2016 foram de R\$ 226,9 milhões, ante os R\$ 396,3 milhões registrados no mesmo período de 2015.

3.2.2 Revisões e reajustes tarifários

A Aneel homologou em 2016 o 4º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (“4CRT”) de oito subsidiárias da Energisa S/A, sendo que três delas com início de vigência em junho: Energisa Minas Gerais, Energisa Nova Friburgo e Companhia Força e Luz do Oeste. A revisão tarifária da Energisa Tocantins, que teve o processo homologado em caráter provisório pela Aneel, tem vigência a partir de julho. Esta revisão é provisória em decorrência da mensuração da base de remuneração da distribuidora no que se refere às baixas de ativos. A Aneel apurará o valor adequado das baixas no próximo evento tarifário (em julho de 2017), ocasião em que a Companhia espera reverter até R\$ 31 milhões de baixas sobre os valores já refletidos na Base Homologada.

As demais distribuidoras do Grupo Energisa terão seus processos homologados em fevereiro de 2017 (Energisa Borborema), em agosto de 2017 (Energisa Paraíba) e em abril de 2018 (Energisa Mato Grosso, Energia Mato Grosso do Sul e Energia Sergipe).

Distribuidoras	Efeito para o Consumidor (%)			Vigência
	Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio	
Energisa Paraíba	10,51	11,47	10,79	28/08/2015
Energisa Borborema	7,47	5,97	6,91	04/02/2016
Energisa Mato Grosso	9,11	7,58	8,60	08/04/2016
Energisa Mato Grosso do Sul	7,40	6,75	7,19	08/04/2016
Energisa Sergipe	5,55	4,74	5,24	22/04/2016
Bragantina	1,68	2,06	1,84	10/05/2016
Caiuá	- 2,32	2,84	- 0,94	10/05/2016
Nacional	- 1,15	1,90	- 0,37	10/05/2016
Vale Paranapanema	- 0,33	6,20	1,69	10/05/2016
Energisa Minas Gerais	1,68	3,86	2,16	22/06/2016
Energisa Nova Friburgo	6,69	17,00	8,86	22/06/2016
Força e Luz do Oeste	- 13,84	- 20,09	- 16,48	29/06/2016
Energisa Tocantins	13,79	9,99	12,81	04/07/2016

3.2.3 Base de remuneração regulatória

O processo de valoração dos ativos da Base de Remuneração Regulatória utiliza o método do Valor Novo de Reposição - VNR, que corresponde ao valor, a preços atuais de mercado, de um ativo idêntico, similar ou equivalente, sujeito a reposição, que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente, considerando todos os gastos necessários para a sua instalação. A Base de Remuneração Regulatória é composta pelos valores dos seguintes itens:

- i) Ativo Imobilizado em Serviço (AIS)
 - Terrenos
 - Edificações, obras civis e benfeitorias
 - Máquinas e equipamentos
- ii) Intangíveis - Servidões

Comentário do Desempenho

- iii) Almoxarifado de Operações
- iv) Obrigações Especiais

A evolução das Bases de Remunerações Líquidas (BRL) das distribuidoras do Grupo Energisa e as datas das próximas Revisões Tarifárias (RT) são as seguintes:

Distribuidora	Base de Remuneração Líquida (BRL) (Em R\$ milhões) ⁽¹⁾		Data revisão tarifária	
	3º Ciclo	4º Ciclo	4º Ciclo	5º Ciclo
Caiuá	101,4	154,3	Mai/16	Mai/21
Nacional	47,3	75,8	Mai/16	Mai/21
Bragantina	87,5	139,9	Mai/16	Mai/21
Vale Paranapanema	68,3	100,8	Mai/16	Mai/21
Energisa Minas Gerais	218,3	308,0	Jun/16	Jun/21
Energisa Nova Friburgo	69,2	95,0	Jun/16	Jun/21
Força e Luz do Oeste	14,9	20,8	Jun/16	Jun/21
Energisa Tocantins	257,1	577,1	Jul/16	Jul/20
Energisa Borborema	67,0	- ⁽²⁾	Fev/17 ⁽²⁾	Fev/21
Energisa Paraíba	827,3	- ⁽²⁾	Ago/17 ⁽²⁾	Ago/21
Energisa Sergipe	497,6	- ⁽²⁾	Abr/18 ⁽²⁾	Abr/23
Energisa Mato Grosso	1.693,5	- ⁽²⁾	Abr/18 ⁽²⁾	Abr/23
Energisa Mato Grosso do Sul	1.152,6	- ⁽²⁾	Abr/18 ⁽²⁾	Abr/23
Total	5.102,1	1.471,7		
WACC	11,36%	12,26%		

WACC - Antes de impostos

⁽¹⁾ Preços da data de RT (mês anterior ao reajuste em cada ciclo).

⁽²⁾ BRL não homologada pela ANEEL, distribuidoras ainda não realizaram a revisão tarifária no ciclo.

3.2.4 Revisões tarifárias (Parcela B)

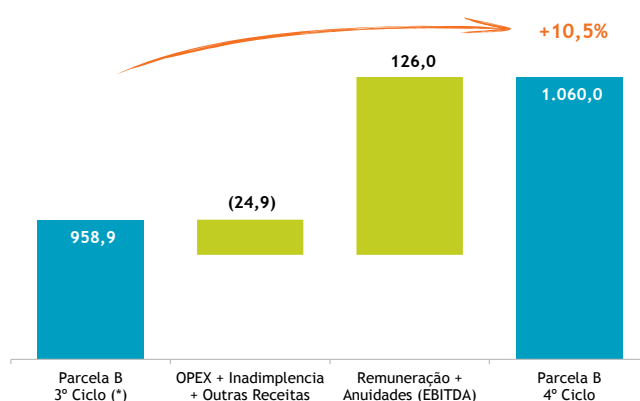
A síntese dos resultados do 4º Ciclo das Revisões Tarifárias dessas oito distribuidoras refletiu uma variação positiva, tanto na Parcela B quanto na Base de Remuneração Líquida (RAB Líquida).

A Parcela B aumentou 10,5% em relação à data anterior (D-1) da aplicação da revisão tarifária, chegando a R\$ 1.060,0 milhões, enquanto que a Base de Remuneração Líquida aumentou 70,3%, totalizando R\$ 1.471,7 milhões. Os valores da RAB líquida do 3º Ciclo estão a preços da data da Revisão Tarifária (2012). Os crescimentos da Parcela B foram influenciados, principalmente, pela intensificação e reconhecimento tarifário dos investimentos realizados.

Distribuidora	Parcela B (R\$ milhões)			
	3º Ciclo	4º Ciclo	Variação (R\$)	Variação %
Bragantina	80,0	84,0	+ 4,0	+ 5,0
Caiuá	95,8	105,7	+ 9,9	+ 10,3
Nacional	53,9	56,9	+ 3,0	+ 5,6
Vale Paranapanema	78,8	86,1	+ 7,3	+ 9,3
Energisa Minas Gerais	200,1	211,2	+ 11,1	+ 5,5
Energisa Nova Friburgo	40,1	46,2	+ 6,1	+ 15,2
Força e Luz do Oeste	21,7	23,9	+ 2,2	+ 10,1
Energisa Tocantins	388,5	446,0	+ 57,5	+ 14,8
Total	958,9	1.060,0	+ 101,1	+ 10,5

Comentário do Desempenho

Evolução da Parcela B
entre o 3º e 4º Ciclos de Revisão Tarifária



(*) D-1 Revisão Tarifária - Valores em R\$ milhões

3.2.5 Reajustes tarifários (Parcela B)

Os reajustes tarifários ocorridos em 2016 trouxeram os seguintes impactos na Parcela B a serem refletidos nos 12 meses subsequentes à homologação:

Distribuidora	Parcela B (R\$ milhões)			
	DRA (*)	DRP (**)	Variação (R\$)	Aplicação
Borborema	64,9	72,2	+ 7,3	4 de fevereiro
Energisa Mato Grosso do Sul	592,6	650,6	+ 58,0	8 de abril
Energisa Mato Grosso	899,6	987,8	+ 88,2	8 de abril
Energisa Sergipe	325,6	357,8	+ 31,9	22 de abril
Total	1.882,9	2.068,3	+ 185,4	

(*) DRA - Data de Referência Anterior: é definida como sendo a data de vigência do último processo tarifário homologado pela Aneel, seja reajuste ou revisão tarifária, que contempla os custos incorridos e receitas auferidas nos doze meses relativos ao processo tarifário.

(**) DRP - Data de Referência em Processamento: a DRP é definida como sendo a data de vigência do processo tarifário em análise a ser homologado pela Aneel, seja reajuste ou revisão tarifária, que contempla os custos e receitas previstas para os doze meses relativos ao processo tarifário.

A controlada Energisa Paraíba terá reajuste tarifário em 28 de agosto de 2016.

A Aneel também autorizou o repasse no montante de R\$ 392,8 milhões, referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional. Os valores por distribuidora são os seguintes:

Distribuidoras	Recursos Decreto 7.891 e Baixa Renda (R\$ milhões)
Energisa Mato Grosso	111,6
Energisa Mato Grosso do Sul	65,9
Energisa Paraíba	59,3
Energisa Tocantins	33,7
Energisa Minas Gerais	32,8
Energisa Sergipe	39,6
Energisa Borborema	6,4
Caiuá	9,7
Bragantina	8,6
Vale Parapanema	11,4
Nacional	10,2
Energisa Nova Friburgo	1,6
Força e Luz do Oeste	2,0
Total	392,8

Comentário do Desempenho

3.2.6 Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação CCC

As distribuidoras do Grupo Energisa possuíam, em 30 de junho de 2016, créditos a receber de subvenção tarifária e baixa renda no montante de R\$ 133,9 milhões, que serão ressarcidos integralmente pela Eletrobras, por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Além desse saldo, o Grupo Energisa detém créditos de sub-rogação de CCC (Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis) no montante de R\$ 26,7 milhões, em contrapartida à implantação de projetos elétricos, que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, contribuindo para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

3.3 Despesas operacionais

As despesas operacionais consolidadas, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 2.133,6 milhões no 2T16, representando redução de 6,5% (R\$ 420,9 milhões) e R\$ 4.489,9 milhões em 6M16, significando redução de 7,1% (R\$ 343,8 milhões), quando comparadas com o mesmo período de 2015.

As despesas não controláveis registraram decréscimo de 18,9% no 2T16 (10,0% em 6M16), totalizando R\$ 1.517,9 milhões no 2T16 e R\$ 3.172,0 milhões em 6M16, respectivamente.

As despesas controláveis apresentaram redução de 3,7% para R\$ 499,1 milhões no 2T16. Já as despesas controláveis em 6M16 cresceram 4,6%, variação abaixo da inflação medida pelo IPCA, de 8,8%, totalizando R\$ 1.000,5 milhões.

Do total das despesas controláveis em 6M16, R\$ 25,3 milhões (R\$ 10,8 milhões no 2T16) referem-se às despesas não recorrentes, sobretudo de custo de renovação de quadro e indenizações, enquanto que este efeito corresponde a R\$ 16,6 milhões em 6M15 (R\$ 9,8 milhões no 2T15). Ajustando-se as despesas controláveis reportadas na tabela abaixo (Composição das despesas controláveis - "item 2"), pelos efeitos não recorrentes acima mencionados, constata-se que essas despesas teriam sido maiores em apenas 2,0% em 6M16 e menores em 5,8% no 2T16, comparativamente aos valores registrados nos mesmos períodos do ano anterior.

A composição das despesas operacionais consolidadas pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T16	2T15 (Reclassificado)	Variação %	6M16	6M15 (Reclassificado)	Variação %
1 Despesas não controláveis	1.517,9	1.870,7	- 18,9	3.172,0	3.522,5	- 10,0
1.1 Energia comprada	1.360,3	1.684,3	- 19,2	2.807,4	3.188,1	- 11,9
1.2 Transporte de potência elétrica	157,6	186,4	- 15,5	364,6	334,4	+ 9,0
2 Despesas controláveis	499,1	518,3	- 3,7	1.000,5	956,2	+ 4,6
2.1 Pessoal	228,0	179,5	+ 27,0	445,0	358,9	+ 24,0
2.2 Fundo de pensão	15,5	12,0	+ 29,2	29,4	22,9	+ 28,4
2.3 Material	34,0	33,8	+ 0,6	72,9	61,7	+ 18,2
2.4 Serviços de terceiros	160,2	190,3	- 15,8	307,1	350,4	- 12,4
2.5 Outras	61,3	102,7	- 40,3	146,1	162,3	- 10,0
✓ Perdas com incobráveis	12,0	34,9	- 65,6	24,9	44,3	- 43,8
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	23,2	16,8	+ 38,1	37,0	29,0	+ 27,6
✓ Outros	26,1	51,0	- 48,8	84,2	89,0	- 5,4
3 Provisões/Reversões	(58,2)	(68,9)	- 15,5	(44,5)	(80,4)	- 44,7
3.1 Contingências	(14,9)	(66,4)	- 77,6	(20,5)	(80,3)	- 74,5
3.2 Devedores duvidosos	(43,3)	(2,5)	+ 1.632,0	(24,0)	(0,1)	+ 23.900,0
4 Depreciação e amortização	168,8	199,4	- 15,3	344,7	377,7	- 8,7
5 Outras despesas/receitas	6,0	35,0	- 82,9	17,2	57,7	- 70,2
Subtotal	2.133,6	2.554,5	- 16,5	4.489,9	4.833,7	- 7,1
6 Custo de construção (*)	362,6	319,7	+ 13,4	621,8	529,6	+ 17,4
Total	2.496,2	2.874,2	- 13,2	5.111,7	5.363,3	- 4,7

Comentário do Desempenho

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

Relativamente às despesas controláveis, incorridas pela Companhia em 6M16, merecem destaque:

- Aumento de 24,0% em gastos com pessoal (R\$ 86,1 milhões);
 - ✓ Incremento de 4,4% no número de empregados, representando aumento de R\$ 22,3 milhões no período. O incremento no *headcount* das distribuidoras reflete a internalização de atividades antes terceirizadas, garantindo qualidade de serviço equivalente em todas as distribuidoras do Grupo Energisa;
 - ✓ Reajustes salariais e benefícios nas distribuidoras em linha com a inflação no período (R\$ 33,1 milhões);
 - ✓ Custos de renovação de quadro e indenizações (R\$ 10,0 milhões);
- Redução de 12,4% em serviços de terceiros (R\$ 43,3 milhões)
 - ✓ Reflexo direto da estratégia de internalização de algumas atividades que não foram objeto de terceirização com as prestadoras de serviço do grupo (reversão dos efeitos listados acima no montante de R\$ 22,3 milhões);

Importante ressaltar que a Companhia não tem medido esforços na racionalização das despesas controláveis, que mostram aumentos bem abaixo dos indicadores de inflação, tais como o IPCA. Considerando as despesas controláveis (pessoal, material, serviços de terceiros e outros) das distribuidoras do Grupo Energisa no 2T16, comparativamente com o mesmo período do ano anterior, verifica-se uma redução de 1,9% (R\$ 9,3 milhões). Já em 6M16, essas despesas aumentaram 6,0% (R\$ 55,5 milhões) em relação a 6M15, conforme quadro a seguir:

Despesas controláveis das distribuidoras - Reportadas Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T16	2T15	Var. %	6M16	6M15	Var. %
Energisa Mato Grosso	131,3	154,4	- 15,0	266,2	264,2	+ 0,8
Energisa Mato Grosso do Sul	97,2	94,5	+ 2,7	203,3	182,6	+ 20,7
Energisa Paraíba	66,8	59,0	+ 13,2	129,7	116,9	+ 10,9
Energisa Tocantins	57,4	68,1	- 15,7	107,6	115,2	- 6,6
Energisa Sergipe	40,2	38,5	+ 4,4	79,2	75,8	+ 4,5
Energisa Minas Gerais	29,0	28,3	+ 2,5	59,9	55,7	+ 7,5
Caiuá	16,9	12,9	+ 31,0	30,8	24,8	+ 24,2
Vale Paranapanema	11,3	8,1	+ 39,5	21,2	17,0	+ 24,7
Bragantina	11,2	8,8	+ 27,3	20,6	17,0	+ 21,2
Energisa Borborema	8,5	8,6	- 1,2	17,3	16,4	+ 5,5
Energisa Nova Friburgo	7,4	8,0	- 7,5	17,1	15,3	+ 11,8
Nacional	8,1	6,0	+ 35,0	14,5	12,2	+ 18,9
Força e Luz do Oeste	3,4	2,8	+ 21,4	6,8	5,5	+ 23,6
Total	488,7	498,0	- 1,9	974,1	918,6	+ 6,0
IPCA (últimos 12 meses) *			8,8			

Obs.: Despesas controláveis = pessoal, material, serviços de terceiros e outros.

*Fonte: IBGE

3.4 Resultado financeiro

No primeiro semestre de 2016 (6M16), o resultado financeiro consolidado (receitas financeiras menos despesas financeiras consolidadas) refletiu os efeitos da valorização do real frente ao dólar, de 17,8%. Já o CDI se manteve no mesmo patamar de dezembro do ano passado. Como parte desses efeitos, sobretudo da marcação a mercado dos derivativos de proteção cambial, o resultado financeiro em 6M16 representou despesas financeiras líquidas consolidadas de R\$ 207,5 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 451,5 milhões em igual período do ano passado. No 2T16, o resultado financeiro representou despesas financeiras líquidas de R\$ 233,8 milhões, contra despesas financeiras líquidas de R\$ 108,0 milhões no 2T15.

Comentário do Desempenho

A composição do resultado financeiro consolidado pode ser assim demonstrada:

Resultado Financeiro Consolidado Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T16	2T15	Var. %	6M16	6M15	Var. %
Receitas financeiras	198,8	277,1	- 28,3	454,4	510,7	- 11,0
✓ Receita de aplicações financeiras	63,1	84,5	- 25,3	130,1	117,6	+ 10,6
✓ Acréscimo moratório energia vendida	32,4	24,2	+ 33,9	71,0	76,4	- 7,1
✓ Atualização de contas a receber da concessão (VNR)	28,4	49,8	- 43,0	79,4	92,1	- 13,8
✓ Atualização financeira de ativos regulatórios	28,8	76,7	- 62,5	100,5	139,4	- 27,9
✓ Outras receitas financeiras	46,1	41,9	+ 10,0	73,4	85,2	- 13,8
Despesas financeiras	(432,6)	(385,1)	+ 12,3	(661,9)	(962,2)	- 31,2
✓ Encargos de dívidas - Juros	(205,2)	(171,5)	+ 19,7	(403,6)	(354,8)	+ 13,8
✓ Encargos de dívidas - Variação monetária/cambial	239,3	11,4	+ 1.999,1	450,9	(346,9)	-
✓ Marcação a mercado de derivativos	85,1	11,4	+ 646,5	174,5	(97,5)	-
✓ Instrumentos financeiros derivativos	(353,5)	(92,4)	+ 282,6	(573,0)	163,6	- 450,2
✓ Atualização financeira de ativos regulatórios	(53,9)	(45,7)	+ 17,9	(76,1)	(86,4)	- 11,9
✓ Outras despesas financeiras	(144,4)	(98,3)	+ 46,9	(234,6)	(240,2)	- 2,3
Resultado financeiro	(233,8)	(108,0)	+ 116,5	(207,5)	(451,5)	- 54,0

3.5 Lucro líquido e geração de caixa (EBITDA)

A seguir, o lucro líquido consolidado da Energisa e das suas subsidiárias por segmento no primeiro semestre de 2016:

Lucro Líquido Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T16	2T15	Var. %	6M16	6M15	Var. %
Distribuição de energia elétrica	48,0	155,3	- 69,1	277,7	285,4	- 2,7
✓ Energisa Sergipe	9,7	5,5	+ 76,4	79,4	1,5	+ 5.193,3
✓ Energisa Paraíba	15,2	51,4	- 70,4	77,4	76,0	+ 1,8
✓ Energisa Mato Grosso do Sul	4,8	(3,4)	-	33,7	59,4	- 43,3
✓ Energisa Mato Grosso	32,6	56,2	- 42,0	53,9	52,0	+ 3,7
✓ Energisa Tocantins	(7,3)	32,5	-	7,9	44,5	- 82,2
✓ Vale Paranapanema	1,0	(2,8)	-	10,3	7,2	+ 43,1
✓ Nacional	0,6	(0,2)	-	9,1	5,7	+ 59,6
✓ Caiuá	(13,1)	(2,4)	+ 445,8	(5,0)	6,5	-
✓ Energisa Borborema	6,1	(1,3)	-	11,5	11,1	+ 3,6
✓ Força e Luz do Oeste	0,2	7,6	- 97,4	1,6	4,9	- 67,3
✓ Energisa Nova Friburgo	0,1	2,5	- 96,0	0,4	4,3	- 90,7
✓ Bragantina	3,9	2,1	+ 85,7	3,9	1,0	+ 290,0
✓ Energisa Minas Gerais	(5,8)	7,6	-	(6,4)	11,3	-
Comercialização e serviços	3,3	3,8	- 13,2	3,0	0,2	+ 1.400,0
✓ Energisa Comercializadora	0,4	(0,2)	-	(2,6)	(1,9)	+ 36,8
✓ Energisa Soluções	0,6	-	-	2,9	(1,7)	-
✓ Outras operacionais	2,3	4,0	- 42,5	2,7	3,8	- 28,9
Energisa Consolidada	(27,2)	48,8	-	97,2	325,5	- 70,1

Nos primeiros seis meses de 2016, a Energisa registrou lucro líquido consolidado de R\$ 97,2 milhões, contra R\$ 325,5 milhões no mesmo período de 2015 (6M15). Importante ressaltar que o desempenho em 6M15 está afetado positivamente por receitas de venda de ativos, líquidas de impostos, no montante de R\$ 404,7 milhões e negativamente por amortizações do ágio da aquisição e do valor justo das empresas adquiridas do Grupo Rede, no montante de R\$ 101,7 milhões líquidos de impostos. Dessa forma, o lucro líquido consolidado “pró-forma” em 6M15 seria de R\$ 22,5 milhões.

Ressalte-se, ainda, que o lucro líquido consolidado da Companhia, em 6M16, está também afetado negativamente em R\$ 41,5 milhões, antes dos impostos (R\$ 33,2 milhões após impostos), em decorrência de

Comentário do Desempenho

glosa de geradores na constituição de CVAs referente aos anos de 2012 a 2015, com impacto na homologação nos eventos tarifários de 2016. Referem-se, basicamente, às glosas nos contratos de disponibilidade naqueles anos, em função do despacho fora da ordem de mérito de geradores. Os efeitos mais relevantes, antes de impostos, foram nas distribuidoras EMT (R\$ 12,4 milhões), ETO (R\$ 5,3 milhões), Caiuá (R\$ 8,8 milhões) e ESE (R\$ 18,2 milhões).

A composição da geração de caixa está demonstrada no quadro abaixo:

Composição da Geração de Caixa (EBITDA) Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T16	2T15 (Reclassificado)	Var. %	6M16	6M15 (Reclassificado)	Var. %
(=) Lucro líquido consolidado	(27,2)	48,8	-	97,2	325,5	- 70,1
(-) Contribuição social e imposto de renda	23,3	(21,0)	-	(55,4)	(0,4)	+ 13.750,0
(-) Resultado financeiro	(233,8)	(105,9)	+ 120,8	(207,5)	(447,2)	- 53,6
(-) Depreciação e amortização	(168,8)	(199,4)	- 15,3	(344,7)	(377,7)	- 8,7
(=) EBITDA, com venda de ativos	352,1	375,1	- 6,1	704,8	1.150,8	- 38,8
(-) Venda de ativos, líquida de IR/op. descontinuadas	-	84,3	-	-	404,7	-
(=) EBITDA, sem venda de ativos	352,1	290,8	+ 21,1	704,8	746,1	- 5,5
(+) Receitas de acréscimos moratórios	32,4	24,2	+ 33,9	71,0	76,4	- 7,1
(+) Equivalência patrimonial	-	0,1	-	-	-	-
(=) EBITDA Ajustado, sem venda de ativos	384,5	315,1	+ 22,0	775,8	822,5	- 5,7
(+) Venda de ativos, líquida de IR/op. descontinuadas	-	84,3	-	-	404,7	-
(=) EBITDA Ajustado, com venda de ativos	384,5	399,4	- 3,7	775,8	1.227,2	- 36,8
Margem EBITDA Ajustado, com venda dos ativos (%)	14,3	13,5	+ 0,8 p.p	14,2	21,4	- 7,2 p.p
Margem EBITDA Ajustado, sem venda dos ativos (%)	14,3	10,6	+ 3,7 p.p	14,2	14,3	- 0,1 p.p

Por sua vez, a geração de caixa ajustada consolidada (EBITDA Ajustado Consolidado) totalizou R\$ 775,8 milhões em 6M16, contra R\$ 822,5 milhões em 6M15, desconsiderando a venda dos ativos de geração naquele semestre do ano passado, o que representa um decréscimo de 5,7% (R\$ 46,7 milhões). Esse desempenho deve-se, basicamente, da redução de 0,6% no volume de vendas de energia elétrica, que impactou o faturamento consolidado da Companhia em aproximadamente R\$ 43,0 milhões. Por outro lado, o EBITDA Ajustado de 6M15 está impactado favoravelmente por ajustes da Conta de Compensação de Valores da Parcela A (“CVA”) de exercícios anteriores (2014), no montante de R\$ 46,0 milhões, que beneficiaram a Energisa Mato Grosso do Sul em R\$ 36,0 milhões e a Energisa Borborema em R\$ 10,0 milhões.

Ressalte-se, ainda, que o EBITDA consolidado da Companhia em 6M16 está afetado negativamente em R\$ 41,5 milhões, líquido de impostos, devido à glosa de geradores na constituição de CVAs referente aos anos de 2012 a 2015, conforme já mencionado acima.

Importante também salientar que o EBITDA Ajustado do mesmo semestre do exercício anterior (6M15) está impactado favoravelmente por ajustes da Conta de Compensação de Valores da Parcela A (“CVA”) de exercícios anteriores (2014), no montante de R\$ 46,0 milhões, que beneficiaram a Energisa Mato Grosso do Sul em R\$ 36,0 milhões e a Energisa Borborema em R\$ 10,0 milhões.

Comentário do Desempenho

As gerações de caixa (EBITDA e EBITDA Ajustado) por subsidiária da Energisa no primeiro semestre de 2016 são as seguintes:

Geração de Caixa valores em R\$ milhões	EBITDA		EBITDA Ajustado (**)	
	Valor	Var. % (*)	Valor	Var. % (*)
Distribuição de energia elétrica	645,0	- 15,2	716,3	- 14,4
✓ Energisa Mato Grosso do Sul	114,9	- 18,9	119,9	- 17,3
✓ Energisa Paraíba	122,9	- 21,5	140,1	- 19,2
✓ Energisa Mato Grosso	183,0	+ 0,4	191,7	- 7,0
✓ Energisa Sergipe	104,0	+ 29,4	113,7	+ 30,2
✓ Energisa Tocantins	30,9	- 55,0	40,7	- 48,4
✓ Caiuá	6,7	- 66,3	10,5	- 53,9
✓ Energisa Minas Gerais	18,7	- 51,8	23,8	- 43,6
✓ Vale Paranapanema	15,5	+ 14,0	17,9	+ 15,5
✓ Nacional	14,0	+ 59,1	15,9	+ 54,4
✓ Bragantina	9,4	- 51,5	12,2	- 43,0
✓ Energisa Borborema	11,9	- 28,7	14,2	- 22,4
✓ Energisa Nova Friburgo	8,4	- 14,3	9,6	- 9,4
✓ Força e Luz do Oeste	4,7	- 40,5	6,1	- 31,5
Comercialização e serviços de energia	15,6	+ 113,7	15,6	+ 113,7
✓ Energisa Comercializadora	(2,8)	+ 211,1	(2,8)	+ 211,1
✓ Energisa Soluções	11,3	+ 494,7	11,3	+ 494,7
✓ Outras operacionais	7,1	+ 6,0	7,1	+ 6,0
Energisa Consolidada	704,8	- 5,5	775,8	- 5,7

(*) Variação percentual sobre o ano anterior

(**) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

4 Estrutura de capital

4.1 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras fechou o semestre encerrado em junho de 2016 em R\$ 2.560,8 milhões, frente aos R\$ 2.607,1 milhões registrados em 31 de dezembro de 2015. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), no montante de R\$ 150,2 milhões em 30 de junho de 2016 (R\$ 707,3 milhões em 31 de dezembro de 2015).

Em 6M16, a dívida líquida da Energisa totalizou R\$ 7.165,2 milhões, contra R\$ 6.937,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um incremento de 3,3%. Por sua vez, a dívida líquida deduzida dos créditos setoriais, passou de R\$ 6.230,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 7.015,0 milhões em 30 de junho de 2016. Conseqüentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado nos últimos 12 meses ficou em 4,2 vezes.

Ao longo de 2015, a Administração da Companhia eliminou os limitadores dos swaps associados aos empréstimos em moeda estrangeira amparados pela Lei 4131, de forma a proteger integralmente os vencimentos das operações com variação cambial de 2016. Da mesma forma, no primeiro semestre de 2016 foram integralmente eliminados os limitadores do restante dos swaps associados ao endividamento em dólar. Atualmente, a totalidade do endividamento em moeda estrangeira está protegida contra variações cambiais adversas. Conforme mencionado seção 8.2 deste relatório (Eventos Subsequentes), a bem sucedida oferta pública de ações, no montante de R\$ 1.536 milhões, alterará substancialmente o endividamento líquido consolidado da Companhia a partir de agosto de 2016.

Comentário do Desempenho

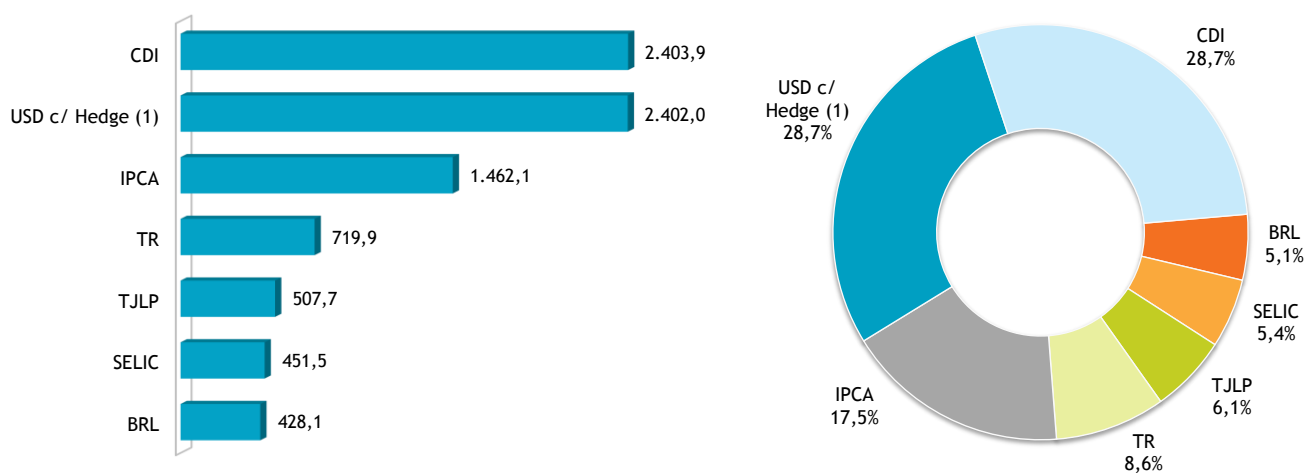
A seguir, as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais) da Energisa entre 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Descrição Valores em R\$ milhões	Controladora			Consolidado		
	30/06/2016	31/03/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/03/2016	31/12/2015
Curto Prazo	399,6	295,4	455,6	2.257,3	1.567,8	1.667,8
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	227,4	223,8	321,7	1.519,9	996,8	1.193,4
Debêntures	123,2	90,2	178,8	294,4	272,6	315,7
Encargos de dívidas	2,6	6,7	4,1	78,0	66,5	45,0
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	-	-	-	44,3	44,8	45,8
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	-	49,1	34,7	20,4
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	97,5	68,3	39,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	46,4	(25,3)	(49,0)	174,1	84,1	8,5
Longo Prazo	1.646,9	1.611,6	1.426,0	7.318,5	6.986,2	7.169,6
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	174,1	177,9	97,6	4.366,6	4.148,0	4.222,1
Debêntures	1.454,6	1.453,3	1.337,8	2.116,3	2.151,5	2.200,8
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	-	-	-	271,9	265,6	263,0
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	-	124,4	138,8	153,1
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	253,6	282,9	312,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	18,2	(19,6)	(9,4)	185,7	(0,6)	18,5
Total das dívidas	2.046,5	1.907,0	1.881,6	9.575,8	8.554,0	8.837,4
(-) Disponibilidades financeiras	359,6	185,1	274,3	2.410,6	1.582,9	1.899,8
Total das dívidas líquidas	1.686,9	1.721,9	1.607,3	7.165,2	6.971,1	6.937,6
(-) Créditos CDE	-	-	-	133,9	123,5	242,5
(-) Créditos CCC	-	-	-	26,7	27,1	39,7
(-) Créditos CVA	-	-	-	(10,4)	257,3	425,1
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	1.686,9	1.721,9	1.607,3	7.015,0	6.563,2	6.230,3

4.2 Custo e prazo médio do endividamento

O custo médio do endividamento ao final de 6M16 ficou em 14,31% ao ano, correspondente a aproximadamente 101,2% CDI (14,54% ao ano em 31 de dezembro de 2015, que corresponde a 102,9% do CDI). Em junho de 2016, o prazo médio das dívidas ficou em 6,5 anos.

Dívida Bancária e de Emissão Consolidada por Indexador (R\$ milhões)



Obs.: O endividamento em moeda estrangeira conta com swaps para taxa em CDI e outros instrumentos de proteção contra variação cambial adversa, cujo saldo em junho de 2016 representa um passivo líquido de R\$ 356,7 milhões.

(1) Dívida em dólar convertida para CDI, sem limitador de proteção.

Comentário do Desempenho

4.3 Ratings

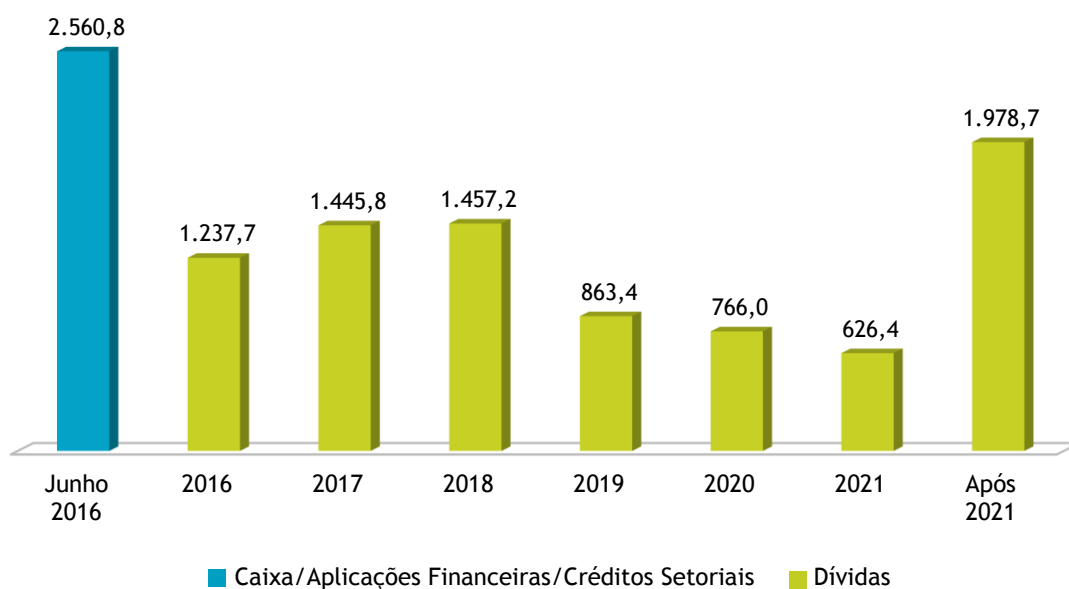
A seguir, os ratings da Energisa emitidos pelas agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings:

Agência	Classificação Nacional/Perspectiva	Classificação Global/Perspectiva	Último Relatório
Standard & Poor's	brAA- (negativa)	BB (negativa)	Jul/2016
Moody's	Aa2.br (negativa)	Ba2 (negativa)	Mar/2016
Fitch Ratings	AA-(bra) (estável)	BB (estável)	Abr/2016

4.4 Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados da Energisa, em 30 de junho de 2016, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:

Caixa/Aplicações Financeiras/Créditos Setoriais e Amortização de Dívidas Bancárias e de Emissão - (R\$ milhões)



Comentário do Desempenho

A composição das dívidas líquidas por distribuidora da Energisa em 30 de junho de 2016 é a seguinte:

Dívidas líquidas Valores em R\$ milhões	EPB	ESE	EMG	EBO	ENF	EMT	EMS
Curto Prazo	274,9	232,0	150,3	17,6	10,4	364,1	263,2
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	278,7	193,2	98,0	16,0	4,1	140,4	170,3
Debêntures	-	17,1	-	-	-	71,6	79,4
Encargos de dívidas	3,8	3,9	5,1	0,2	0,5	12,6	5,7
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	10,6	16,4	0,6	-	0,1	2,1	-
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	-	-	-	42,9	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	97,5	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(18,2)	1,4	46,6	1,4	5,7	(3,0)	7,8
Longo Prazo	463,6	545,7	260,2	55,4	66,3	1.946,3	941,9
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	449,1	447,1	289,7	55,4	69,4	1.303,0	629,9
Debêntures	-	36,0	-	-	-	272,7	311,9
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	72,5	113,4	2,1	-	0,4	8,1	0,1
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	-	-	-	108,9	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	253,6	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(58,0)	(50,8)	(31,6)	-	(3,5)	-	-
Total das dívidas	738,5	777,7	410,5	73,0	76,7	2.310,4	1.205,1
(-) Disponibilidades financeiras	211,8	170,7	125,2	45,5	15,5	521,1	488,9
(-) Créditos CDE	14,4	14,6	14,5	1,4	0,4	43,4	21,0
(-) Créditos CCC	-	-	-	-	-	26,7	-
(-) Créditos CVA	(38,0)	(21,0)	(1,4)	(8,2)	6,3	23,7	39,1
Total das dívidas líquidas	550,3	613,4	272,2	34,3	54,5	1.695,5	656,1
Indicadores Relativos							
Dívidas líquidas/EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	1,8	2,9	3,7	0,6	3,1	4,8	2,6
Dívidas líquidas/Patrimônio líquido + Dívidas líquidas (%)	42,1	60,2	61,0	22,5	43,4	54,7	45,3

Dívidas por distribuidora (continuação):

Dívidas líquidas Valores em R\$ milhões	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO
Curto Prazo	259,5	54,9	47,4	72,7	14,7	5,8
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	211,9	45,3	40,3	50,8	10,8	0,3
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Encargos de dívidas	3,4	0,4	0,9	3,2	0,5	0,4
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	1,1	3,9	2,9	2,9	2,2	1,5
Parcelamento de encargos setoriais	6,2	-	-	-	-	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	36,9	5,3	3,3	15,8	1,2	3,6
Longo Prazo	447,3	113,4	29,8	100,9	25,3	29,7
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	450,3	112,1	11,9	73,0	11,4	29,1
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,6	24,0	17,9	17,8	13,9	0,6
Parcelamento de encargos setoriais	15,6	-	-	-	-	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(19,2)	(22,7)	-	10,1	-	-
Total das dívidas	706,8	168,3	77,2	173,6	40,0	35,5
(-) Disponibilidades financeiras	174,5	61,5	59,1	65,2	34,9	18,1
(-) Créditos CDE	12,4	2,4	1,4	1,2	6,4	0,5
(-) Créditos CCC	-	-	-	-	-	-
(-) Créditos CVA	(14,7)	(7,6)	4,0	4,7	1,8	0,7
Total das dívidas líquidas	534,6	112,0	12,7	102,5	(3,1)	16,2
Indicadores Relativos						
Dívidas líquidas/EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	4,7	2,4	0,2	2,6	(0,1)	1,5
Dívidas líquidas/Patrimônio líquido + Dívidas líquidas (%)	46,4	42,3	8,9	68,1	(4,1)	47,5

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios (últimos 12 meses)

Comentário do Desempenho

5 Mercado de capitais

5.1 Desempenho das ações

As ações de maior liquidez da Energisa são negociadas na BM&FBovespa sob a forma de Units (ENGI11), compostas de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais. Além desses certificados de ações, são negociadas ações ordinárias (ENGI3) e ações preferenciais (ENGI4). A seguir, os indicadores de mercado ao fim de junho:

Indicadores de Mercado	Junho/2016	Junho/2015	Varição %
Valor de Mercado (R\$ milhões)	4.352	3.379	+ 28,8
Enterprise Value (EV - R\$ milhões) ⁽¹⁾	11.358	9.753	+ 16,5
Dividendo yield de ENGI11 (Units) - % ⁽²⁾	5,0	7,0	- 28,6
Valor de Mercado / Patrimônio Líquido (vezes)	2,0	1,7	+ 17,6

(1) EV = Valor de mercado + dívida líquida.

(2) Proventos distribuídos nos últimos quatro trimestres / cotação de fechamento das Units.

6 Investimentos

No primeiro semestre de 2016 (6M16), a Energisa e suas controladas realizaram investimentos no montante de R\$ 731,7 milhões, contra R\$ 701,5 milhões investidos no mesmo período do ano passado, dos quais 77,1% (R\$ 564,1 milhões) realizados pelas distribuidoras adquiridas do Grupo Rede. A Energisa Mato Grosso foi a distribuidora que mais investiu nos primeiros seis meses de 2016 (R\$ 282,6 milhões), seguida pela Energisa Tocantins (R\$ 131,5 milhões) e Energisa Mato Grosso do Sul (R\$ 107,5 milhões).

Os investimentos realizados por subsidiária da Energisa no primeiro semestre de 2016 são os seguintes:

Investimentos Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T16	2T15	Var. %	6M16	6M15	Var. %
Energisa Mato Grosso	163,0	133,4	+ 22,2	282,6	213,7	+ 32,2
Energisa Tocantins	81,2	59,9	+ 35,6	131,5	104,0	+ 26,4
Energisa Mato Grosso do Sul	64,5	52,2	+ 23,6	107,5	89,8	+ 19,7
Energisa Paraíba	43,8	34,5	+ 27,0	79,1	69,9	+ 13,2
Energisa Sergipe	24,0	19,8	+ 21,2	42,9	34,0	+ 26,2
Energisa Minas Gerais	14,2	19,4	- 26,8	22,2	29,9	- 25,8
Energisa Borborema	3,9	5,0	- 22,0	10,3	9,9	+ 4,0
Caiuá	8,5	10,0	- 15,0	13,4	14,0	- 4,3
Bragantina	6,9	5,7	+ 21,1	11,1	9,9	+ 12,1
Energisa Soluções	1,5	5,7	- 73,7	4,3	15,6	- 72,4
Nacional	7,1	7,1	-	8,9	10,5	- 15,2
Vale Paranapanema	4,9	6,6	- 25,8	6,8	9,0	- 24,4
Energisa Nova Friburgo	1,7	6,3	- 73,0	3,2	7,8	- 59,0
Força e Luz do Oeste	1,4	1,5	- 6,7	2,3	2,4	- 4,2
Ativos de geração alienados ^(*)	-	-	-	-	68,5	-
Outras	2,4	11,0	- 78,2	5,6	12,6	- 55,6
Total	429,0	378,1	+ 13,5	731,7	701,5	+ 4,3

(*) Ativos alienados em 31 de março de 2015

7 Prêmio Abradee 2016

Em sua 18ª edição do Premio Abradee, o Grupo Energisa conquistou mais três troféus. A Energisa Borborema foi considerada a “melhor empresa Nacional” com até 500 mil consumidores e também vencedora na categoria “Gestão Operacional”. A Energisa Tocantins é bicampeã como “melhor empresa da Região Norte/Centro-Oeste”, com mais de 500 mil consumidores. A cerimônia de premiação foi realizada no dia 22 de junho, em Brasília.

Comentário do Desempenho

Nessa edição de 2016 do Prêmio Abradee, concorreram 49 distribuidoras, em categorias que avaliaram a satisfação do cliente, gestão operacional, gestão econômico-financeira, evolução do desempenho e responsabilidade social. As empresas disputaram ainda a prêmios regionais e nacional.

O resultado consolidado das 13 distribuidoras da Energisa no ranking dos grupos empresariais do setor elétrico aponta que o Grupo Energisa é o melhor nos quesitos Fornecimento de Energia e Imagem do Brasil na opinião dos consumidores residenciais. E no Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP), o Grupo Energisa ficou em segundo lugar com 78,9% de aprovação. O Grupo Energisa se destaca acima da média Abradee nos cinco índices que compõem o ISQP (Fornecimento, Comunicação e Informação, Imagem, Conta de Luz, Atendimento) e em outros indicadores importantes, como Responsabilidade Social e Iluminação Pública.

8 Eventos subsequentes

8.1 Energisa antecipa dividendos do exercício de 2016

O Conselho de Administração da Energisa S/A aprovou no dia 12 de agosto, a distribuição de dividendos intermediários à conta dos resultados do exercício de 2016, no montante de R\$ 39,8 milhões, o que equivale a R\$ 0,115 por Unit ou R\$ 0,023 por ação ordinária ou preferencial. Esses dividendos serão pagos a partir de 26 de agosto e fazem jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações em 17/08/2016, respeitadas as negociações em Bolsa até aquela data.

8.2 Energisa concluiu oferta pública de Units

A Energisa concluiu, com sucesso, no dia 3 de agosto, a oferta pública de ações no valor de R\$ 1.536,0 milhões. O preço foi fixado em R\$ 18,50 por Unit, com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"), sendo cada Unit composta por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais de emissão da Companhia negociada no pregão da BM&FBOVESPA sob o código ENGI11. Foram emitidas 83.025.000 Units, sendo 83.025.000 ações ordinárias e 332.100.000 ações preferenciais, elevando-se o capital social da Companhia para R\$ 2.796,0 milhões, a ser representado por 1.751.724.980 ações, das quais 724.578.423 ações ordinárias e 1.027.146.557 ações preferenciais.

Com os recursos captados na oferta, a Companhia reduziu sua alavancagem e atraiu novos sócios, proporcionando um relevante aumento na liquidez das Units negociadas em bolsa de valores. A emissão foi realizada no Brasil, com esforços de colocação no exterior.

8.3 Adesão ao Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA

Em 28 de julho, a Companhia confirmou a adesão ao Nível 2 de Governança da BM&FBOVESPA e o início das negociações das suas ações neste segmento diferenciado. Com esta adesão, a Energisa se posiciona entre as empresas listadas na bolsa que atuam sob as melhores práticas de governança e transparência de mercado.

9 Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa e suas controladas nos seis primeiros meses de 2016 foi de R\$ 4,7 milhões, dos quais R\$ 4,2 milhões pela revisão contábil das demonstrações financeiras e o restante por serviços relacionados a programas de eficiência energética, Luz para Todos e incentivos fiscais.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Notas Explicativas

Energisa S/A Notas explicativas às informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1 Contexto operacional

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O principal objetivo social é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas distribuidoras de energia elétrica e demais controladas, relacionadas na nota explicativa nº 4.

A Energisa S/A detém controle societário de empresas distribuidoras, geradoras e comercializadora de energia elétrica, que possuem obrigações regulatórias conforme consta nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

As controladas distribuidoras, geradoras e comercializadora de energia elétrica, possuem obrigações regulatórias conforme constam nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica e nas autorizações concedidas às empresas de geração e comercialização, conforme segue:

Distribuição de energia elétrica:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; e

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente. Os Contratos de Concessão das controladas Energisa Minas Gerais (“EMG”), Energisa Nova Friburgo (“ENF”), CAIUÁ Distribuição de Energia (“CAIUÁ”), Companhia Nacional de Energia Elétrica (“CNEE”), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema (“EDEV”), Empresa Elétrica Bragantina (“EEB”) e Companhia Força e Luz do Oeste (“CFLO”), vencidos em julho/2015, foram renovados pelo Poder Concedente (Ministério de Minas Energia - MME) por mais 30 anos, ou seja, até julho/2045. Em dezembro de 2015, os aditivos de prorrogação aos contratos foram assinados.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentados nas notas explicativas nº 11, 12, 16, 19 e 30, respectivamente.

Renovação das Concessões:

As controladas EMG, ENF, CAIUÁ, CNEE, EDEV, EEB e CFLO tiveram seus contratos de concessões vencidos em 07 de julho de 2015 para os quais foram assinados em dezembro de 2015 termos aditivos aos contratos de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. Os aditivos foram formalizados de acordo com o Despacho do Ministro

Notas Explicativas - Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

Estes novos aditivos exigiram das distribuidoras atendimento aos seguintes critérios:

- I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - racionalidade operacional e econômica; e
- IV - modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com os novos aditivos que prorrogaram o prazo de concessão até 2045, o direito de imobilização a receber registrado pelas controladas como ativo financeiro até a assinatura dos referidos aditivos, foram transferidos para o ativo intangível, para serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens, ao novo prazo de concessão.

Os contratos das demais concessões têm vigência até janeiro/2020 (Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A - "ETO"), dezembro/2027 (Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A - "ESE"), (Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia - "EMT") e (Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A - "EMS"), fevereiro/2030 (Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A - "EBO") e janeiro/2031 (Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A - "EPB").

Geração de energia elétrica:

A Energisa possui projetos de instalação de Parque Eólico, localizado no Estado da Bahia, uma Pequena Central de geração de energia em Nova Friburgo (RJ) e Projetos de Geração Solar.

Além desses projetos, a controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 3 Usinas Termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 3 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da controlada EMT considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação dos ativos da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

As obrigações previstas nas autorizações/concessões da ANEEL para exploração da geração de energia são como segue:

- I - Operar Usina termelétrica;
- II - Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição;
- III - Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração;
- IV - Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos das usinas;
- V - Manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações da PCH, do projeto Eólico e Solar em perfeitas condições de funcionamento e conservação com estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e treinado de forma a assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração do ativo de geração;
- VI - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas; e
- VII - Solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário.

Notas Explicativas

Notas Explicativas de energia elétrica:

A comercialização de energia elétrica e serviços correlatos, a proposição de soluções integradas com objetivos de racionalizar custos são realizados através da controlada Energisa Comercializadora de Energia Ltda (“ECOM”), que também participa no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Serviços:

A Energisa, através de suas controladas Energisa Soluções S/A (“ESOL”) e Multi Energisa Serviços S/A (“MULTI”), presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques. A controlada Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (“ESER”) presta serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

Histórico da aquisição de controle acionário da Rede Energia e suas subsidiárias:

Os principais eventos que sucederam à assunção do controle da Rede Energia e suas subsidiárias pela Energisa obedeceram à seguinte cronologia:

- Em 31 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL decretou a intervenção administrativa nas controladas: EMT, ETO, EMS, CFLO, CAIUÁ, EEB, EDEVP e CNEE. Nesta data, em decorrência da perda do poder de controle sobre as empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia reclassificou seus investimentos para “ativos financeiros classificados como disponíveis para venda”.
- 26 de novembro de 2012: A Rede Energia S/A (“REDE”) publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de recuperação judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”).
- 09 de setembro de 2013: O Plano de RJ foi homologado na 2ª Vara de Falência e Recuperações para as empresas Rede, CTCE, EEVP, Denerge e QMRA, favorável à proposta apresentada pela Energisa.
- 16 de outubro de 2013: A operação objeto do Plano homologado foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
- 17 de dezembro de 2013: A ANEEL aprovou o plano de recuperação das concessionárias de distribuição sob intervenção (“Plano ANEEL”) apresentado pela Rede que foi detalhado e atualizado pela Energisa.
- 28 de janeiro de 2014: A ANEEL anuiu à transferência do controle societário da Rede para a Energisa.
- 08 de abril de 2014: A ANEEL decretou o fim da intervenção nas concessionárias e em 11 de abril de 2014 foi divulgado fato relevante informando que naquela data foi formalizada a transferência do controle societário da Rede à Energisa. Com o fim de intervenção, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia passaram a refletir ativos e passivos das subsidiárias, distribuidoras de energia elétrica, mensurados pelo valor justo na data da transação.

Atualmente, todas as disposições dos planos de recuperação apresentados à ANEEL vêm sendo estritamente cumpridas e, no momento, aguarda-se apenas o encerramento do processo de recuperação judicial.

Nota Explicativa 30 de junho de 2016 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na RJ é a seguinte:

Descrição	Rede	Denerge	CTCE	Total
= Saldos em 31 de dezembro de 2014	128.507	231.252	38.936	398.695
(+) Atualização (1)	10.111	39.033	3.019	52.163
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	5.456	2.171	3.328	10.955
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (3)	(4.561)	(28.226)	(3.247)	(36.034)
= Saldos em 31 de dezembro de 2015	139.513	244.230	42.036	425.779
Movimentação 1º trimestre				
(+) Atualização (1)	2.960	10.614	944	14.518
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	2.160	729	723	3.612
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (3)	-	-	(548)	(548)
Movimentação 2º trimestre				
(+) Atualização (1)	2.907	11.097	870	14.874
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	2.321	729	763	3.813
= Saldo em 30 de junho de 2016	149.861	267.399	44.788	462.048

- (1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado da Rede, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados no resultado financeiro na demonstração do resultado.
- (2) Ajustes a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pelas controladas Rede, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.
- (3) Os pagamentos previstos no plano de recuperação judicial foram iniciados a partir de 11 de abril de 2014, tendo já sido liquidados diretamente pela Rede cerca R\$7.808 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$4.561 dívida da controlada Rede Energia e R\$3.247 dívida da controlada indireta CTCE) e pela Energisa no período findo em 30 de junho de 2016 o montante de R\$548 em nome da controlada indireta CTCE (R\$28.226 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em nome da controlada Denerge S/A.).

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 12 de agosto de 2016 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015”), publicadas na imprensa oficial em 23 de março de 2016.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB -*International Accounting Standards Board*

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015, exceto quanto a adoção do IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis. No período findo em 30 de junho de 2016, o efeito dessa alteração registrado no resultado do período foi no montante de R\$1.058.

Notas Explicativas de períodos anteriores

A Administração realizou reclassificações na demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015, 30 de junho de 2015 e 01 de janeiro de 2015, transferindo da rubrica “outros resultados abrangentes” para “transações entre sócios” os valores de R\$24.580, R\$45.430 e R\$14.701, respectivamente. Na demonstração de resultado de 30 de junho de 2015, foi reclassificado o montante de R\$307.870 da rubrica “resultado da alienação dos ativos de geração” para “resultado líquido de operações descontinuadas”, na controladora e no consolidado. Na demonstração do resultado abrangente foi reclassificado transferindo da rubrica “outros resultados abrangentes” para “transações entre sócios”, conforme segue:

. As reclassificações efetuadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido referem-se à contabilização de valores de instrumento financeiro derivativo efetuados pelas controladas que inicialmente registraram em outros resultados abrangentes e estão sendo realocados no patrimônio líquido como transações de capital com sócios, por serem parte do processo de aquisição de participação minoritária em controlada indireta, conforme nota explicativa nº34.

. A reclassificação efetuada na demonstração de resultado de 30 de junho de 2015 refere-se à realocação do ganho obtido pela controladora no processo de venda dos ativos de geração, complementando o resultado de operações descontinuadas apresentado anteriormente em R\$307.870 e não gerando alteração no resultado líquido do período.

. As reclassificações efetuadas na demonstração do resultado abrangente referem-se à contabilização de valores de instrumentos financeiros derivativos efetuados pelas controladas que inicialmente registraram em outros resultados abrangentes e estão sendo realocados no patrimônio líquido como transações de capital com sócios, por serem parte do processo de aquisição de participação minoritária em controlada indireta.

A seguir, o detalhamento da referida reclassificação:

- Outros resultados abrangentes

Controladora	31/12/2015	30/06/2015	01/01/2015
JQMJ Participações S/A	3.676	22.395	2.198
BBPM Participações S/A	8.787	16.242	5.255
Denerge S/A	12.117	6.793	7.248
Total instrumento financeiro reflexo	24.580	45.430	14.701

Demonstração das mutações do patrimônio líquido:

Controladora	Divulgado 31/12/2015	Ajustes	Reapresentado 31/12/2015
Outros resultados abrangentes	(104.619)	24.580	(80.039)
Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria			
Transações de capital com os sócios			
Instrumento financeiro - reflexo	(43.220)	(24.580)	(67.800)
Total do Patrimônio Líquido	2.211.653	-	2.211.653

Consolidado	Divulgado 31/12/2015	Ajustes	Reapresentado 31/12/2015
Outros resultados abrangentes	(104.619)	24.580	(80.039)
Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria			
Transações de capital com os sócios			
Instrumento financeiro - reflexo	(43.220)	(24.580)	(67.800)
Total do Patrimônio Líquido	3.318.170	-	3.318.170

Controladora	Divulgado 30/06/2015	Ajustes	Reapresentado 30/06/2015
Outros resultados abrangentes	(127.233)	45.430	(81.803)
Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria			
Transações de capital com os sócios			
Instrumento financeiro - reflexo	(40.827)	(45.430)	(86.257)
Total do Patrimônio Líquido	2.017.459	-	2.017.459

Notas Explicativas

Consolidado	Divulgado 30/06/2015	Ajustes	Reapresentado 30/06/2015
Outros resultados abrangentes	(127.233)	45.430	(81.803)
Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria			
Transações de capital com os sócios			
Instrumento financeiro - reflexo	(40.827)	(45.430)	(86.257)
Total do Patrimônio Líquido	3.134.793	-	3.134.793

Controladora	Divulgado 01/01/2015	Ajustes	Reapresentado 01/01/2015
Outros resultados abrangentes	(91.992)	14.701	(77.291)
Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria			
Transações de capital com os sócios			
Instrumento financeiro - reflexo	(40.827)	(14.701)	(55.528)
Total do Patrimônio Líquido	1.882.939	-	1.882.939

Consolidado	Divulgado 01/01/2015	Ajustes	Reapresentado 01/01/2015
Outros resultados abrangentes	(91.992)	14.701	(77.291)
Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria			
Transações de capital com os sócios			
Instrumento financeiro - reflexo	(40.827)	(14.701)	(55.528)
Total do Patrimônio Líquido	2.998.860	-	2.998.860

Demonstração do resultado do exercício:

Controladora	Divulgado 01/04/2015 a 30/06/2015	Ajustes	Reapresentado 01/04/2015 a 30/06/2015
Demonstração do resultado			
Resultado da alienação dos ativos de geração	(25.529)	25.529	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	(8.680)	(8.680)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	41.111	16.849	57.960
Lucro/Prejuízo líquido das operações descontinuadas	(12.861)	(16.849)	(29.710)

Controladora	Divulgado 01/01/2015 a 30/06/2015	Ajustes	Reapresentado 01/01/2015 a 30/06/2015
Demonstração do resultado			
Resultado da alienação dos ativos de geração	466.470	(466.470)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(179.708)	158.600	(21.108)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	306.946	(307.870)	(924)
Lucro/Prejuízo líquido das operações descontinuadas	(6.239)	307.870	301.631

Notas Explicativas

Consolidado	Divulgado 01/04/2015 a 30/06/2015	Ajustes	Reapresentado 01/04/2015 a 30/06/2015
Demonstração do resultado			
Resultado da alienação dos ativos de geração	78.434	(78.434)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(12.310)	(8.680)	(20.990)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	51.626	(87.114)	(35.488)
Lucro/Prejuízo líquido das operações descontinuadas	(2.840)	87.114	84.274

Consolidado	Divulgado 01/01/2015 a 30/06/2015	Ajustes	Reapresentado 01/01/2015 a 30/06/2015
Demonstração do resultado			
Resultado da alienação dos ativos de geração	570.433	(570.433)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(158.988)	158.600	(388)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	332.637	(411.833)	(79.196)
Lucro/Prejuízo líquido das operações descontinuadas	(7.122)	411.833	404.711

Demonstração do resultado abrangente:

Controladora	Divulgado 01/04/2015 a 30/06/2015	Ajustes	Reapresentado 01/04/2015 a 30/06/2015
Demonstração do resultado abrangente			
Resultado abrangente do período	(31.362)	31.362	-

Controladora	Divulgado 01/01/2015 a 30/06/2015	Ajustes	Reapresentado 01/01/2015 a 30/06/2015
Demonstração do resultado abrangente			
Resultado abrangente do período	(35.241)	35.241	-

Consolidado	Divulgado 01/04/2015 a 30/06/2015	Ajustes	Reapresentado 01/04/2015 a 30/06/2015
Demonstração do resultado abrangente			
Resultado abrangente consolidado do período	(31.362)	31.362	-
Atribuído aos sócios da empresa controlada	(3.112)	31.370	28.258
Atribuído aos sócios não controladores	20.536	(8)	20.528

Consolidado	Divulgado 01/01/2015 a 30/06/2015	Ajustes	Reapresentado 01/01/2015 a 30/06/2015
Demonstração do resultado abrangente			
Resultado abrangente consolidado do período	(35.241)	35.241	-
Atribuído aos sócios da empresa controlada	265.466	35.259	300.725
Atribuído aos sócios não controladores	24.808	(18)	24.790

Demonstração do valor adicionado:

Controladora	Divulgado 01/01/2015 a 30/06/2015	Ajustes	Reapresentado 01/01/2015 a 30/06/2015
Outras Receitas	1.361.580	(466.470)	895.110
Federais	184.201	(158.600)	25.601
Outros	6.239	(307.870)	(301.631)

Notas Explicativas

Controladora	Divulgado 01/01/2015 a 30/06/2015	Ajustes	Reapresentado 01/01/2015 a 30/06/2015
Outras Receitas	1.474.394	(570.433)	903.961
Federais	1.652.648	(158.600)	1.494.048
Outros	7.122	(411.833)	(404.711)

Demonstração do fluxo de caixa:

Controladora	Divulgado 01/04/2015 a 30/06/2015	Ajustes	Reapresentado 01/04/2015 a 30/06/2015
Lucro antes dos impostos	469.724	(469.724)	-
Lucro líquido do exercício	-	300.707	300.707
Lucro líquido das operações descontinuadas	-	(301.631)	(301.631)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	21.108	21.108
Ganho de capital na alienação de ativos	(466.470)	466.470	-

Consolidado	Divulgado 01/01/2015 a 30/06/2015	Ajustes	Reapresentado 01/01/2015 a 30/06/2015
Lucro antes dos impostos	491.625	(491.625)	-
Lucro líquido do exercício	-	325.515	325.515
Lucro líquido das operações descontinuadas	-	(404.711)	(404.711)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	388	388
Ganho de capital na alienação de ativos	(570.433)	570.433	-

4 Informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) consolidadas

As informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Energisa e das controladas:

	Ramo de atividade	30/06/2016 e 31/12/2015
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (2)	Distribuição de energia	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (2)	Distribuição de energia	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (2)	Distribuição de energia	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100
Energisa Soluções S/A (ESO) (3)	Serviços de geração e distribuição de energia	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	99,99
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	100
Energisa Comercializadora Ltda. (ECOM)	Comercialização de energia	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda. (1)	Geração eólica de energia	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	99,99
Energisa Geração Central Solar Coremas	Geração solar de energia	100
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100
Alvorada Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100
JQM Participações S/A (4)	Holding	99,99

(1) Em fase pré-operacional.

(2) Companhias Abertas.

(3) Empresa que possui 99,99% de participação no capital da Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A, constituída em novembro de 2013.

(4) Empresa holding - possui participação direta no capital social da BBPM Participações e Denerge e detém o controle indireto das Companhias: Rede Energia S.A, Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A, Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A, Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A, Companhia Força e Luz do Oeste; Empresa Elétrica Bragantina S/A; Companhia Nacional de Energia Elétrica; Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A e CAIUÁ - Distribuição de Energia S/A

Notas Explicativas

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5 Informações por segmento - Consolidado

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras intermediárias individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de geração, distribuição, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	30/06/2016				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	5.234.157	164	192.179	45.282	5.471.782
Receitas Intersegmentos	-	-	-	89.442	89.442
Total	5.234.157	164	192.179	134.724	5.561.224
Receitas Financeiras	436.877	24	1.664	87.945	526.510
Despesas Financeiras	(504.370)	(2)	(2.709)	(226.971)	(734.052)
Total	(67.493)	22	(1.045)	(139.026)	(207.542)
Depreciação e amortização	329.388	16	21	15.309	344.734
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	280.765	(84)	(3.914)	(124.185)	152.582

	30/06/2015				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	5.510.244	146	199.616	21.748	5.731.754
Receitas Intersegmentos	3.458	-	-	70.198	73.656
Total	5.513.702	146	199.616	91.946	5.805.410
Receitas Financeiras	495.775	16	(2.064)	121.541	615.268
Despesas Financeiras	(717.544)	(181)	2.196	(346.929)	(1.062.458)
Total	(221.769)	(165)	132	(225.388)	(447.190)
Depreciação e amortização	353.255	17	17	24.403	377.692
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	199.635	(188)	(757)	(277.498)	(78.808)

	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	30/06/2016	31/12/2015
Ativos dos segmentos divulgáveis	17.883.538	3.724	82.095	1.030.783	19.000.140	18.669.645
Ativo circulante	5.434.374	565	70.782	595.300	6.101.021	6.087.101
Ativo não circulante	12.449.164	3.159	11.313	435.483	12.899.119	12.582.544
Passivos dos segmentos divulgáveis	11.901.906	182	78.947	3.705.344	15.686.379	15.351.475
Passivo circulante	4.480.392	182	78.947	541.460	5.100.981	4.883.520
Passivo não circulante	7.421.514	-	-	3.163.884	10.585.398	10.467.955

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015
Receita				
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	2.713.569	5.561.224	3.012.239	5.805.410
Eliminação de receitas intersegmentos	(34.126)	(89.442)	(46.557)	(73.656)
Receita líquida consolidada	2.679.443	5.471.782	2.965.682	5.731.754
Depreciação e amortização				
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	168.834	344.734	199.407	377.692
Depreciação e amortização consolidada	168.834	344.734	199.407	377.692
Receita financeira				
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	237.268	526.510	335.598	615.268
Eliminação de receitas intersegmentos	(38.428)	(72.109)	(58.483)	(104.531)
Receita financeira consolidada	198.840	454.401	277.115	510.737
Despesa financeira				
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(471.058)	(734.052)	(441.497)	(1.062.458)
Eliminação de receitas intersegmentos	38.428	72.109	58.483	104.531
Despesa financeira consolidada	(432.630)	(661.943)	(383.014)	(957.927)
Lucros				
Total de lucros dos segmentos divulgáveis	(50.564)	152.582	(14.498)	(78.808)
Lucro antes dos impostos	(50.564)	152.582	(14.498)	(78.808)

	30/06/2016	31/12/2015
Ativo		
Ativo total dos segmentos divulgáveis	19.000.140	18.669.645
Outros valores não alocados	(25.421)	(167.463)
Total Ativo consolidado	18.974.719	18.502.182
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	15.686.379	15.351.475
Outros valores não alocados	(25.421)	(167.463)
Total passivo consolidado	15.660.958	15.184.012

Notas Explicativas

6.1 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados.

6.1 Caixa e equivalentes de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários à vista	311	8.258	94.718	148.734
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	224.404	214.479	981.970	934.893
Debêntures (1)	134.293	-	134.293	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	36.951	159.941	322.640	149.478
Compromissada (2)	53.160	54.538	525.037	785.415
Total de caixa e equivalentes de caixa (3)	224.715	222.737	1.076.688	1.083.627

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB'S), Operações Compromissadas e Debêntures. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de junho de 2016 equivale a 107,80% do CDI (99,01% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

- (1) Debêntures - São títulos de créditos privados que podem ser negociados no mercado secundário, possuem liquidez imediata e são remuneradas pelo CDI+ 2,28% a.a.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, e são remuneradas de 40,0% a 103,2% do CDI.
- (3) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

6.2 Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio de resultado)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	134.893	51.581	1.325.244	808.394
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4.631	4.892	66.732	65.539
Compromissada (2)	16	-	277	23.139
Fundos de Investimentos (2)	49	47	35.740	102.210
Fundos de Investimentos Exclusivos (3)	54.205	46.642	1.067.815	576.899
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.286	-	30.093	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	640	-	15.497	88.250
Debêntures	6.827	-	165.205	162.012
Compromissadas	319	-	7.718	19.705
DPGE	-	7.731	-	17.996
Títulos públicos	24.075	38.911	447.437	90.578
Fundo de Renda Fixa	8.907	-	215.548	198.358
Letra financeira (LF)	11.151	-	186.317	-
CCB (4)	75.992	-	75.992	-
Outros instrumentos	-	-	314	264
Fundos de Investimentos em direitos creditórios (5)	-	-	78.374	40.343
2) Mantidas até o vencimento	-	-	8.701	7.736
Fundos de Investimentos em direitos creditórios (5)	-	-	8.701	7.736
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (6)	134.893	51.581	1.333.945	816.130
Circulante	58.901	51.581	1.123.335	719.058
Não Circulante	75.992	-	210.610	97.072

- (1) Operações compromissadas em debêntures- São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas de 75% a 102,0% do CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (2) Fundos de investimentos - Inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 68,74% a 124,74% do CDI.
- (3) Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados, são remuneradas de 101,97% até 124,74% do CDI.
- (4) Cédula de Crédito Bancário, são remuneradas por IPCA + spread de 20% a.a. e CDI + spread que variam de 16,62% a 20,74% a.a.
- (5) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados IV Energisa centro oeste - FIDC com vencimento em 01/10/2034 e Fundos de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa 2008 com vencimento em 01/12/2020, respectivamente.
- (6) Inclui R\$4.696 (R\$4.938 em 31 de dezembro de 2015) na controladora e R\$185.982 (R\$235.343 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas,

Notas Explicativas
 1. Ativos, Passivos, CDR's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 30 de junho de 2016 equivale a 115,02% do CDI (99,01% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

Uso de estimativas:

O controle das aplicações financeiras do Grupo Energisa é regido por Política de Gestão de Riscos Decorrentes do Mercado Financeiro que busca mitigar o risco de contraparte, ou seja, o risco associado à possibilidade da entidade não honrar seus compromissos de pagamentos. Esta política determina as modalidades de aplicação elegíveis ao aporte de recursos, bem como os ratings mínimos exigidos para cada uma delas. Da mesma forma dita limites de concentração nas entidades receptoras dos recursos (bancos em empresas) em função de seu porte, rating e patrimônio. Política de Gestão de Riscos Decorrentes do Mercado Financeiro é pública e está disponível no site da Energisa.

7 Clientes, consumidores e concessionárias.

	Controladora		Consolidado							Total	
			Saldos a vencer		Saldos vencidos				Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa (6)		
	30/06/2016	31/12/2015	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias		30/06/2016	31/12/2015
Valores correntes: (1)											
Residencial	-	-	206.150	8	245.448	29.927	3.612	3.620	(37.159)	451.606	515.394
Industrial	-	-	137.490	-	28.638	3.018	6.403	25.788	(25.788)	175.549	192.000
Comercial	-	-	173.138	-	62.842	9.577	5.692	13.005	(18.697)	245.557	280.708
Rural	-	-	61.529	2	30.865	6.341	1.232	966	(966)	99.969	105.800
Poder público:	-	-	59.025	-	23.361	4.249	1.894	7.303	(7.303)	88.529	94.248
Iluminação pública	-	-	20.884	-	5.463	1.544	922	6.087	(6.087)	28.813	36.431
Serviço público	-	-	34.810	-	5.228	3.223	6.425	89.021	(89.021)	49.686	56.359
Fornecimento não faturado	-	-	385.877	-	-	-	-	-	-	385.877	487.828
Arrecadação Processo Classificação	-	-	23.496	-	-	-	-	-	-	23.496	27.700
Valores renegociados:											
Residencial	-	-	12.350	25.868	10.778	6.183	5.861	19.548	(33.311)	47.277	42.559
Industrial	-	-	6.657	12.956	2.377	805	1.656	11.577	(14.735)	21.293	20.019
Comercial	-	-	5.948	43.339	3.222	1.642	1.948	9.691	(19.616)	46.174	46.368
Rural	-	-	2.542	4.079	1.061	433	485	1.898	(3.774)	6.724	8.323
Poder público	-	-	9.434	68.929	3.063	1.819	1.338	34.431	(46.026)	72.988	91.920
Iluminação pública	-	-	7.408	14.824	363	174	42	433	(4.033)	19.211	15.792
Serviço público	-	-	8.813	12.949	186	121	180	66.765	(68.241)	20.773	13.326
(-) Ajuste valor Presente (3)	-	-	(4.588)	(36.889)	-	-	-	-	-	(41.477)	(42.720)
Subtotal-clientes	-	-	1.150.963	146.065	422.895	69.056	37.690	290.133	(374.757)	1.742.045	1.992.055
Suprimento Energia - Moeda Nacional (2)	-	-	183.855	-	-	-	-	20.303	(2.768)	201.390	111.166
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	4.056	-	-	-	-	-	-	4.056	3.681
Serviços Especializados	8.452	5.808	6.970	-	17.691	7.263	2.242	1.891	(1.891)	34.166	24.304
Outros (4)	-	-	57.856	538	4.704	694	524	21.508	(21.508)	64.314	51.103
Redução do uso do sistema de distribuição (5)	-	-	12.201	-	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Total	8.452	5.808	1.415.901	146.603	445.290	77.013	40.456	333.835	(400.924)	2.058.172	2.194.510
Circulante	8.452	5.808								1.907.901	2.054.044
Não Circulante	-	-								150.271	140.466

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público, que possuem 10 dias úteis após a entrega das faturas para efetuar o pagamento.
- (2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de suprimento energia - moeda nacional no consolidado, em 30 de junho de 2016, inclui os valores referentes à comercialização de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$148.702 (R\$59.408 em 31 de dezembro de 2015). Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

Notas Explicativas

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante, no montante de R\$151.144 (R\$286.452 em 31 de dezembro de 2015), decorre da aquisição de energia elétrica e dos encargos de serviços de sistema conforme demonstração a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Composição dos créditos da CCEE		
Saldos a vencer	128.399	39.105
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 (a)	17.535	17.535
Créditos vencidos (b)	2.768	2.768
	148.702	59.408
(-) Aquisição de energia na CCEE	(105.960)	(104.294)
(-) Encargos de serviços do sistema	(45.184)	(182.158)
	(2.442)	(227.044)

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

(a) Os valores da energia de curto prazo, que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento movidos por determinadas empresas do setor, tendo em vista diferentes interpretações das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. As controladas ESE, EMG e ENF não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(b) As controladas constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Uso de estimativas: os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

- (3) Ajuste a valor presente: refere-se ao valor de ajuste calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de 14,13% a.a. (14,14% a.a. em 31 de dezembro de 2015). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.
- (4) No consolidado, refere-se a serviços taxados e outros valores a receber de consumidores. As controladas EMG e EMT possuem R\$22.063 (R\$11.646 em 31 de dezembro de 2015), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante no consolidado.
- (5) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL nº 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido a controlada EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da controlada referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo consolidado.

Notas Explicativas

- (6) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias e se baseiam nas instruções da ANEEL assim resumidas:

Clientes com débitos relevantes

- Análise individual do saldo a receber do consumidor, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Para as classes Serviço Público, Poder Público e Iluminação Pública: as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, CFLO, EEB, EDEVP, CNEE e CAIUÁ avaliam individualmente os casos de créditos em cobrança judicial com sentença com transitado em julgado favoravelmente ou que possua título de precatório, considerando que, nesses casos a realização do crédito é líquida e certa. Para todos os demais créditos de clientes públicos vencidos há mais de 360 dias é reconhecida a perda estimada no valor recuperável.

Segue movimentação ocorrida no período/exercício de 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Movimentação das provisões	30/06/2016	31/12/2015
Saldo inicial - circulante - 31/12/2015 e 31/12/2014	464.581	443.270
Provisões constituídas no período/exercício	43.516	38.395
Reversão de provisões no período/exercício	(103.014)	(17.084)
Saldo final - circulante - 30/06/2016 e 31/12/2015	405.083	464.581
Clientes, consumidores e concessionárias.	400.924	412.956
Títulos de créditos a receber	-	50.530
Outros créditos	4.159	1.095

(*) As reversões de provisões ocorridas no período findo em 30 de junho de 2016, basicamente refere-se a liquidação de processos de recebimentos de faturas de energia junto a Prefeitura Municipal de Cuiabá, da renegociação da dívida da Companhia de Saneamento da Capital (Sanecap) e dos títulos precatórios, que segue:

- (i) A controlada EMT assinou com a Prefeitura Municipal de Cuiabá e com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica no montante R\$86.592, líquido de juros, correção monetária e multas, que será recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, sobre o saldo devedor incidirá juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão (abril/2042). A controlada mantém contabilizada a provisão para créditos de liquidação duvidosa de mesmo valor.
- (ii) Adicionalmente a controlada indireta EMT também renegociou outros débitos de fornecimento de energia elétrica de Iluminação Pública e de outros órgãos Municipais no montante de R\$10.021 já contemplando a redução de juros, multas e 95% de correção monetária. Estes valores serão recebidos até o final de dezembro de 2016, já tendo sido recebido a primeira parcela em 29 de julho de 2016 no montante de R\$4.806.

8 Títulos de créditos a receber - consolidado

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Títulos de créditos a receber (b)	28.403	29.204
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá (a)	28.320	50.258
Ajuste a valor presente (b)	(26.098)	(22.632)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(50.530)
	30.625	6.300
Circulante	4.734	4.676
Não circulante	25.891	1.624

- (a) Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) da controlada indireta EMT, ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. Em 17 de junho de 2016, foi assinada a petição na Central de Conciliação de Precatórios, do precatório requisitório nº 13.699/2004, resultou em acordo entre a controlada indireta EMT e o Município de Cuiabá/MT, pelo qual foi fixado crédito a ser pago, de forma parcelada, no valor original do precatório requisitório de R\$28.320, que será recebido em 66 parcelas fixas de R\$500, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês, e a última parcela, de nº 67, no valor de R\$183. A primeira parcela foi recebida em 10 de agosto de 2016 e as

Notas Explicativas

de mais uma vez a cada 25 de cada mês a partir do próprio mês de agosto. A controlada indireta EMT possuía provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$63.524, tendo sido revertida para a rubrica de provisão para créditos de liquidação duvidosa R\$28.000 e outras despesas financeiras por corresponder aos valores de multas, juros e correção monetária R\$35.524 na demonstração do resultado do período.

No período findo em 30 de junho de 2016, foi constituído na controlada indireta EMT, ajuste a valor presente no valor de R\$4.094 utilizando-se a taxa média anual do CDI de 14,13% ao ano, registrado em outras despesas financeiras.

- (b) As controladas EDEVP,CAIUÁ, EEB, CNEE e CFLO adquiriram, em 2003, créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Referidos créditos estão sob discussão judicial, em ação judicial movida pela detentora do crédito contra a União Federal. As controladas ingressaram nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, as controladas desistiram da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber.

Em 30 de junho de 2016, os vencimentos dos títulos de créditos são:

	Consolidado (*)
Títulos vencidos	-
2016	4.734
2017	6.500
2018	6.527
2019	6.448
2019 em diante	6.416
Total	30.625

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

9 Dividendos a receber

Segue demonstrativo de dividendos a receber das controladas:

Controladas	Controladora	
	30/06/2016	31/12/2015
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	3	3
Rede Energia S/A	92	3.862
BBPM Participações S/A	-	9.978
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	-	17.845
JQMJ Participações S/A	-	4.117
Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A	-	5.926
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A	2.208	3.589
Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A	7.762	763
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	216	216
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	3	1.214
Alvorada Direitos Creditórios S/A	3	3
Dinâmica Direitos Creditórios S/A	25	25
Energisa Geração Usina Maurício S/A	141	141
Total - Ativo Circulante	10.453	47.682

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	-	-	209.101	198.943
Imposto de renda retido fonte - IRRF (b)	29.670	10.755	66.407	42.751
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (c)	27.357	7.261	260.310	168.292
Contribuição social sobre o lucro - CSSL (c)	1.069	949	56.331	44.905
Contribuições ao PIS e a COFINS (d)	35	228	94.975	99.369
Outros	-	-	23.396	13.490
	58.131	19.193	711.271	567.750
Circulante	41.794	19.193	503.007	390.192
Não circulante	16.337	-	207.513	177.558

- (a) Inclui carta de crédito no montante de R\$19.924 adquirido junto ao Estado de Mato Grosso pela controlada indireta EMT. Essa carta de crédito foi apresentada como garantia na habilitação para usufruir dos benefícios fiscais instituídos pela Lei 9.165/2009, cuja prestação de contas ocorreu em 07 de novembro de 2014 e aguarda homologação da SEFAZ-MT. Demais valores correspondem aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível das controladas, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.
- (b) Imposto de renda originado principalmente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras, juros sobre contratos de mútuo e serviços prestados a terceiros. Os saldos são compensados com as antecipações mensais de IRPJ, sendo o valor excedente não utilizado dentro do próprio exercício incorporado ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário.
- (c) Saldo negativo de imposto de renda e contribuição social apurados em anos calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.
- (d) Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre aquisição até 31 de dezembro de 2014 de equipamentos, materiais e de prestação de serviços para o ativo intangível, os quais são realizáveis nos próximos 33 meses e créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre a despesas de depreciação de máquinas e equipamentos do ativo intangível, ambos compensáveis com os débitos desses tributos, incidentes sobre fornecimento de energia elétrica.

11 Revisão e reajuste tarifário periódico - consolidado

Reajustes tarifários:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
CAIUÁ	Resolução 1.888, de 05/05/2015	1,85%	10/05/2015
CFLO	Resolução 1.907, de 23/06/2015	16,54%	29/06/2015
CNEE	Resolução 1.889, de 05/05/2015	-3,62%;	10/05/2015
EBO	Resolução 2.019, de 02/02/2016	6,91%	04/02/2016
EDEVP	Resolução 1.886, de 05/05/2015	-0,09%	10/05/2015
EEB	Resolução 1.887, de 05/05/2015	-0,23%	10/05/2015
EMG	Resolução 1.895, de 16/06/2015	3,06%	18/06/2015
EMS	Resolução 2.054 de 05/04/2016	7,19%	08/04/2016
EMT	Resolução 2.055, de 05/04/2016	8,60%	08/04/2016
ENF	Resolução 1.894, de 16/06/2015	14,07%	18/06/2015
EPB	Resolução 1.938, de 25/08/2015	10,79%	28/08/2015
ESE	Resolução 2.062, de 19/04/2016	5,24%	22/04/2016
ETO	Resolução 1.919, de 30/06/2015	5,88%	04/07/2015

Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. As controladas que compõem o Grupo Energisa tiveram os seguintes efeitos médios:

Efeito médio da RTE por distribuidora:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EMG	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,89%	02/03/2015
ENF	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,05%	02/03/2015
EPB	Resolução 1.858, de 27/02/2015	3,82%	02/03/2015
EBO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	0,61%*	02/03/2015
ESE	Resolução 1.858, de 27/02/2015	8,00%	02/03/2015
EMT	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,80%	02/03/2015
ETO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	4,46%	02/03/2015
EMS	Resolução 1.858, de 27/02/2015	27,86%	02/03/2015
CNEE	Resolução 1.858, de 27/02/2015	35,21%	02/03/2015
CAIUÁ	Resolução 1.858, de 27/02/2015	32,36%	02/03/2015
EDEVF	Resolução 1.858, de 27/02/2015	29,40%	02/03/2015
EEB	Resolução 1.858, de 27/02/2015	38,49%	02/03/2015
CFLO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	31,88%	02/03/2015

*valor retificado homologado pela Resolução Homologatória nº 1.870 de 07/04/2015.

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia passaram a ter a incidência do mecanismo denominado Sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras. Além de garantir a cobertura dos custos variáveis de energia às distribuidoras, o mecanismo tem um papel fundamental de sinalizar à população os custos reais de geração de energia elétrica proporcionando que esta possa promover alterações de hábitos voltados à realização de um consumo consciente de energia.

Mensalmente, por meio de um Despacho, a ANEEL divulga a cor da Bandeira Tarifária que será vigente no mês civil seguinte. Para tanto, utiliza-se de informações fornecidas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS de previsões de geração de energia elétrica no país relativas aos custos de geração de energia por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Cabe à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE realizar a gestão da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Dessa forma, as bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia no SIN.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre quaisquer acréscimos;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$1,50, a partir de março foi de R\$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 uma nova alteração da regulamentação definiu um adicional de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$3,00, a partir de março do mesmo ano o índice foi alterado para R\$5,50 e em setembro de 2015 alterado para R\$4,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016, nova alteração na regulamentação definiu a abertura da bandeira vermelha em dois patamares: patamar 1 com um índice de R\$3,00 e patamar 2 com um índice de R\$4,50 aplicáveis a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As alterações da regulamentação de bandeiras tarifárias observadas no segundo semestre de 2015 e início de 2016 foram promovidas pela ANEEL para garantir que o mecanismo regulatório estivesse efetivamente alinhado com as necessidades de coberturas de custos de geração de energia do país. Ao longo da aplicação desse mecanismo foi possível observar que por um período ocorreu insuficiência de recursos (conta centralizadora deficitária), enquanto em outro período se observou sobra de recursos (superávit da conta centralizadora).

Importante destacar que desde abril de 2016 a Bandeira Tarifária Verde está vigente o que, conforme citado, não implica em acréscimos de custos às faturas de energia dos consumidores.

Revisão tarifária:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EMG, ENF, EBO, EPB, ETO, CAIUÁ, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO, e (ii) a cada cinco anos na ESE, EMT e EMS.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
CAIUÁ	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
CFLO	Resolução 2.095, de 21/06/2016	-16,48%	29/06/2016
CNEE	Resolução 2.073, de 03/05/2016	-0,37%	10/05/2016
EBO	Resolução 1.483, de 29/01/2013	6,18%	04/02/2013
EDEVP	Resolução 2.072, de 03/05/2016	1,69%	10/05/2016
EEB	Resolução 2.074, de 03/05/2016	1,84%	10/05/2016
EMG	Resolução 2.092, de 21/06/2016	2,16%	22/06/2016
EMS	Resolução 1.505, de 05/04/2013	-3,17%	08/04/2013
EMT	Resolução 1.506, de 05/04/2013	0,95%	08/04/2013
ENF	Resolução 2.091, de 21/06/2016	8,86%	22/06/2016
EPB	Resolução 1.592, de 27/08/2013	-3,02%	28/08/2013
ESE	Resolução 1.513, de 16/04/2013	4,08%	22/04/2013
ETO	Resolução 2.105, de 28/06/2016	12,81%	04/07/2016

12 Ativos e passivos financeiros setoriais - consolidado

A conta Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela "A" - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Desde o exercício de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A e outros itens financeiros o que permitiu a contabilização dos saldos da CVA de forma prospectiva de acordo com o OCPC 08.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

As demonstrações financeiras consolidadas utilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos e passivos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2015	Receita Operacional		Resultado financeiro	Saldo em 30/06/2016
		Adição	Amortização		
Itens da Parcela A (i)					
Energia elétrica comprada para revenda	704.527	(14.084)	(364.928)	32.287	357.802
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	3.664	24.083	(7.141)	1.614	22.220
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	54.762	1.427	(33.922)	1.317	23.584
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	5.013	2.003	(1.610)	185	5.591
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	(140.530)	(116.905)	117.799	(8.330)	(147.966)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	215.334	13.633	(95.835)	12.859	145.991
Conta Consumo de Combustíveis - CCC	2.125	-	(2.125)	-	-
Componentes financeiros					
Neutralidade da Parcela A (iv)	15.650	17.253	(1.484)	1.461	32.880
Sobrecontratação de energia (ii)	(424.704)	169.351	117.867	(3.924)	(141.410)
Devoluções Tarifárias (*)	(806)	(8.837)	-	-	(9.643)
CUSD	428	499	(170)	46	803
Exposição de submercados	7.392	(71.468)	(5.772)	(2.354)	(72.202)
Garantias Financeiras (v)	5.730	(11.005)	10.845	(1.180)	4.390
Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior (vi)	(12.932)	(86.738)	20.938	-	(78.732)
Outros itens financeiros (vii)	(10.591)	(197.172)	63.584	(9.575)	(153.754)
Total Ativo e Passivo	425.062	(277.960)	(181.954)	24.406	(10.446)
Ativo Circulante	801.051				806.274
Ativo Não Circulante	261.854				100.117
Passivo Circulante	(494.740)				(664.106)
Passivo Não Circulante	(143.103)				(252.731)

(*) O valor de R\$8.837 (R\$806 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a adição do período de receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, reconhecido pelas controladas indiretas CAIUÁ, EEB, CNEE, EDEVP, ELO e ETO e pela controladas diretas EMG e ENF, conforme Despacho ANEEL nº245/2016, que determinou que para operacionalizar os efeitos contábeis em consonância com o PRORET, a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária os novos valores decorrentes de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo deverão ser apropriados em Passivos Financeiros Setoriais- Devoluções Tarifárias sendo atualizados mensalmente de acordo com o índice de correção monetária estabelecido no PRORET (IPCA) e somente começará a ser amortizado quando da homologação no 5º CRTP (Ciclo de Revisão Tarifária Periódica).

(i) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA**

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(ii) **Repasso de sobrecontratação de energia (energia excedente)**

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

(iii) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS**

Representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços encilares, prestados pelos usuários.

(iv) **Neutralidade**

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

(v) **Garantias Financeiras**

Repasso dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.

Notas Explicativas

(vi) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior

Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

(vii) Outros itens financeiros

Consideram-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específicos das Distribuidoras, tais como, Reversão do Financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc.

13 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Eletrobras subvenção baixa Renda Baixa renda (1)	-	-	40.487	42.458
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	100.848	115.957
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	31.191	29.930
Ordens de desativação em curso	-	-	8.298	16.942
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	1.468	2.643
Adiantamentos a fornecedores e empregados	1.445	1.376	30.494	23.633
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	-	-	93.369	200.054
Banco Daycoval (3)	-	-	176.791	176.791
Provisão p/ perdas Banco Daycoval (3)	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA - em "Recuperação Judicial" (4)	-	-	64.591	63.655
(-) Ajuste a valor presente - CELPA (4)	-	-	(23.588)	(24.471)
Sub-rogação da CCC (5)	-	-	26.655	39.677
Aquisição de combustível p/ conta CCC	-	-	37.035	26.826
Padrão de baixa renda	-	-	3.404	3.589
Plano de Universalização	-	-	2.716	3.343
Adiantamento fundo de pensão	-	-	8.704	8.704
Crédito a receber Banco Pine	-	-	1.663	2.017
Despesas pagas antecipadamente	5.096	9.206	18.555	25.884
Contas a receber de venda das empresas de geração (6)	113.500	113.500	113.500	113.500
Ressarcimento de geradoras	-	-	16.770	11.133
Créditos a receber de terceiros (7)	-	-	24.903	22.849
Créditos a receber Estado de Tocantins (8)	-	-	105.212	98.781
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber (8)	-	-	(20.328)	-
Outros (*)	1.401	3.872	36.915	27.593
Total	121.442	127.954	722.862	854.697
Circulante	121.442	127.935	551.169	672.705
Não circulante	-	19	171.693	181.992

(*) Inclui montante de R\$3.893 (R\$1.095 em 31 de dezembro de 2015) referente a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Notas Explicativas consolidado

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste	Total
Saldos consolidados em 31/12/2015	2.550	258	5.331	11.082	1.278	9.246	4.342	4.793	3.578	42.458
Subvenção baixa renda	8.010	800	17.564	34.972	4.387	18.887	13.312	15.093	7.997	121.022
Ressarcimento Eletrobras	(6.593)	(791)	(16.843)	(40.081)	(4.195)	(18.456)	(13.106)	(14.848)	(8.080)	(122.993)
Saldos consolidados em 30/06/2016	3.967	267	6.052	5.973	1.470	9.677	4.548	5.038	3.495	40.487

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobras. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica “outros créditos” no ativo circulante consolidado. A Administração das controladas não espera apurar perdas na realização dos saldos.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário - consolidado

	EMG	EPB	ESE	ENF	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste	Total
Saldos consolidados em 31/12/2015	5.779	18.308	3.334	110	928	108.938	22.731	31.251	8.675	200.054
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	24.780	24.308	22.032	839	2.012	92.759	20.422	50.781	33.794	271.727
Ressarcimento pela Eletrobras	(20.070)	(34.192)	(16.855)	(860)	(2.965)	(168.022)	(35.294)	(66.116)	(34.038)	(378.412)
Saldos consolidados em 30/06/2016	10.489	8.424	8.511	89	(25)	33.675	7.859	15.916	8.431	93.369

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

As controladas EMG, ENF, CNEE, CAIUÁ, EDEVP, EEB, CFLO e EMS desde 02 de setembro de 2015 possuem ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e baixa renda, com os valores a pagar de CDE com a Eletrobras. Desta forma, no primeiro semestre de 2016, foram compensados R\$123.494 referente à subvenção CDE e R\$31.365 referente subvenção baixa renda. Em 30 de junho de 2016, os saldos em aberto correspondem à subvenção incorrida nos meses de maio e junho de 2016, cujo ressarcimento a Administração das controladas espera receber no terceiro trimestre de 2016.

(3) Banco Daycoval

Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S/A para a conta corrente da acionista Rede Energia S/A - “em Recuperação Judicial”, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta *holding*, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas indiretas EMT, CAIUÁ e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

Ocorre que o Plano para a recuperação e correção das falhas e transgressões que motivaram a intervenção na EMT, CAIUÁ e EMS foi aditado após a aprovação pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia S/A - “em Recuperação Judicial”. Em 17 de dezembro de 2013, a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA para a realização de uma Antecipação para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor equivalente ao saque efetuado pelo Banco Daycoval S/A.

Dessa forma, a restituição da aplicação financeira das controladas indiretas EMT, CAIUÁ e EMS passaram depender tão somente da demanda judicial movida pelas controladas, caracterizando um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não

Notas Explicativas controle da entidade. Por este fato, a Administração das controladas decidiu provisionar a perda dos valores enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

(4) Créditos a receber CELPA

Crédito que as controladas EMT, EMS, CAIUÁ, ETO, CNEE, CFLO, EDEVP e Rede Serviços tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA - em “Recuperação Judicial”, oriundo de transações entre partes relacionadas. Os créditos intra-grupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensarem, que passará a responder perante às Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante será pago em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. A controlada indireta mantém ajuste a valor presente dos créditos a receber no valor de R\$23.588 (R\$24.471 em 31 de dezembro de 2015).

(5) Sub-rogação da CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

- Sistema de Transmissão Juruena, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$40.310, acrescido de ajuste de R\$3.549, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.371 de 20 de maio de 2008. Foi recebido em 2011 o montante de R\$6.558, R\$10.649 em 2012, R\$6.765 em 2013, R\$8.069 em 2014, R\$3.234 até 30 de junho de 2015 e R\$8.584 em 2016, acrescido de atualização pelo IGPM de R\$3.263 totalizando R\$47.122.
- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foram recebidos R\$1.215 em 2014, R\$3.111 em 2015 e R\$1.273 até 30 de junho de 2016, totalizando R\$5.599. O saldo remanescente é de R\$26.655.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

A controlada EMT tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						30/06/2016	31/12/2015
Sistema de Transmissão Juruena	em serviço	52.135	43.859	47.122	3.263	-	11.749
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	45.166	32.254	5.599	-	26.655	27.928
Total		97.301	76.113	52.721	3.263	26.655	39.677
Circulante (Principal)						2.397	13.158
Circulante (Variação IGP-M)						-	1.292
Total do Circulante						2.397	14.450
Não Circulante (Principal)						24.258	23.354
Não Circulante (Variação IGP-M)						-	1.873
Total do Não circulante						24.258	25.227

(6) Contas a receber de venda das empresas de geração

A Energisa possui o montante de R\$113.500 a receber junto ao comprador de seus ativos de geração, referente a valor adicional de ajustes de preços sujeitos a cumprimentos de outras condições precedentes, conforme consta nos contratos de compra e venda, que se encontra em processo final de realização. A Administração tem expectativa de recebimento até o final exercício de 2016.

Notas Explicativas de terceiros

Refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

(8) Créditos a receber do Estado de Tocantins

Refere-se a valores que a controlada indireta ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

	30/06/2016	31/12/2015
Saldo - inicial - não circulante - 31/12/2015 e 31/12/2014	98.781	106.328
Amortização realizado no período/exercício	(2.326)	(7.078)
Ajuste / Atualização monetária - IGPM	8.757	(469)
Saldo- final - não circulante 30/06/2016 e 31/12/2015	<u>105.212</u>	<u>98.781</u>

- Programa Reluz Tocantins

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ foi instituído em 2000 pela Eletrobras, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semaforica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados em incluir seus projetos no Programa RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobras, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobras é de até 75% do valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocantinenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para efficientização energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

Em 24 de junho de 2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a controlada indireta ETO, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/3/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R\$82.423 do Governo do Estado junto à ETO e a execução, por parte da Companhia, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

- Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;
- Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da ETO e de titularidade do Governo do Estado;
- Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;
- O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

A controlada indireta ETO executou todas as obras e serviços necessários ao Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobras, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11 de setembro de 2013 e encaminhou ao Governo do Estado todas as notificações de evento de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobras.

Em 09 de julho de 2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da ETO, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R\$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, atualização monetária com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso, isso perfaz um montante em 30 de junho de 2016 de R\$81.410 (R\$76.977 em 31 de dezembro de 2015), considerando-se o abatimento do saldo devedor dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010, 2011, 2014 e 2015, bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações.

Notas Explicativas

De acordo com o contrato do Programa Reluz Tocantins, a controlada indireta ETO reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a ETO, a qualquer tempo, poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29/09/2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos e, em decisão liminar, os valores foram depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à controlada indireta ETO nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da controlada indireta ETO, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos.

O convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE - 003/2012-DFC, de 29 de fevereiro de 2012. O valor a receber atualizado é de R\$23.802 (R\$21.804 em 31 de dezembro de 2015). Até o encerramento destas informações financeiras intermediárias, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

Em 01 de julho de 2016, o Governo do Estado do Tocantins, através do Ofício nº 909/2016/SEFAZ/GASEC, confirmou o saldo devedor com a controlada indireta ETO no montante de R\$103.185, na data base de 31 de março de 2016, referente ao convênio 028/2008 - linha de transmissão ligando Xambioá a Tocantinópolis e o Programa Reluz. Esse Ofício ainda confirma que as partes estão em tratativas para encontrar uma forma de parcelar e liquidar o referido saldo devedor, sendo que o valor final será objeto de confirmação quando da finalização dos trabalhos do Comitê de Análise dos Contratos Ativos firmados entre o acionista Estado do Tocantins e o Grupo Energisa, criado através do Decreto do Governador do Estado nº 5.436, de 25 de maio de 2016. Diante desses novos fatos e da perspectiva de conclusão das negociações devido à criação do referido Comitê, a administração reavaliou a expectativa de realização dos créditos da controlada indireta ETO com o acionista Estado do Tocantins e estimou uma provisão no montante de R\$20.328 para ajuste a valor de realização de créditos a receber, registrado em outras despesas financeiras na demonstração de resultado do período.

14 Transações com partes relacionadas

A Companhia é a holding do Grupo Energisa, que detém o controle acionário das empresas citadas na nota explicativa nº 4, sendo controlada diretamente pela Gipar S/A (40,70% do capital votante).

A Gipar S/A é controlada pela Nova Gipar (100% do capital votante), que por sua vez é controlada pela Itacatu S/A (63,28% do capital votante) e pela Multisetor S/A (27,82% do capital votante). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital votante).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (77,64% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Notas Explicativas

Controladora:

	30/06/2016		31/12/2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Clientes, consumidores e concessionárias.	5.588	-	5.760	-
Mútuos (1):				
. Energisa Soluções S/A (1)	30.014	-	17.299	-
. Rede Energia S/A (1)	-	148.115	-	161.259
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (1)	2.157	-	1.174	-
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (2)	-	36.307	-	2.475
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A- RJ (3)	94.166	-	88.421	-
. QMRA Participações (créditos opção "C" - RJ) (3)	21.126	68.763	20.008	-
. BBPM Participações S/A	-	746	1.627	-
. QMRA Participações (1)	-	-	-	64.839
. Rede Energia S/A - RJ (3) e (4)	619.047	-	583.133	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A (2)	-	20.370	4.983	-
. Multi Energisa Serviços S/A (1)	660	-	621	-
. JQMJ Participações S/A (1)	-	679	145	-
Total - não circulante	767.170	274.980	717.411	228.573
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (5):				
. Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A	-	-	35.600	-
. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	10	-	963	-
. Parque Eólico Sobradinho S/A	3.026	-	2.506	-
. Energisa Geração Usina Maurício S/A	-	-	965	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	1	-	22	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	1	-	23	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	1	-	23	-
. Energisa Geração Central Eólica Muquim S/A	1	-	22	-
. Energisa Geração Energia S/A	1	-	20	-
. Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	-	-	8.600	-
. Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S.A	180	-	10.948	-
. Energisa Soluções S/A	-	-	38.000	-
	3.221	-	97.692	-
Total	775.959	274.980	820.863	228.573

- (1) Os mútuos possuem prazo de 24 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas é remunerado pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 1,1079 a.a (CDI + 1,0248 a.a em 31 de dezembro de 2015).
- (2) Contratos de abertura de crédito com prazo de 24 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, sendo cobrado da creditada somente os custos com o IOF (imposto sobre operações financeiras) ou outro encargo, que durante a vigência do contrato venha a incidir sobre operações financeiras.
- (3) Aquisição de créditos cedidos para recuperação judicial.
- (4) Os créditos a receber da Rede Energia S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto fica mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento.
- (5) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na rubrica investimentos.

Notas Explicativas

Controladas	Taxa	Vencimento
. Energisa Soluções S/A (1)	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/01/2017
. Rede Energia S/A (1)	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/06/2018
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (1)	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/01/2017
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (2)	Sem incidência de juros	30/06/2018
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (créditos opção "C" - RJ) (3)	1% a.a	11/04/2036
. QMRA Participações (créditos opção "C" - RJ) (3)	1% a.a	13/02/2036
. BBPM Participações S/A (1)	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	03/12/2018
. QMRA Participações (1)	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/06/2018
. Rede Energia S/A (créditos opção "C" - RJ) (3) e (4)	1% a.a	11/10/2036
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A (2)	Sem incidência de juros	06/05/2017
. Multi Energisa Serviços S/A (1)	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/01/2017
. JQMJ Participações S/A (1)	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/06/2018

Transações efetuadas durante o período/exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas	Serviços administrativos-prestados (1)	Comissão aval (2) / Atualização mútuos (Receita (Despesa) financeira)	Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	6.508	2.602	1.017
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	13.223	4.872	2.112
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	8.033	4.524	1.283
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	3.528	195	564
. Energisa Soluções S/A	950	1.729	149
. Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	2.891	596	462
. Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S.A	2.517	-	-
. QMRA Participações S/A	-	(3.300)	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	5.867	-
. BBPM Participações S/A	-	100	-
. Alvorada Direitos Creditórios S/A	5	-	1
. Multi Energisa Serviços S/A	-	42	-
. JQMJ Participações S/A	-	3	-
. Gipar S/A	-	(5.000)	-
. Rede Energia S/A	-	25.799	-
30/06/2016	37.655	38.029	5.588
30/06/2015	31.763	56.671	4.577
31/12/2015	64.084	98.291	5.760

(1) Refere-se a serviços administrativos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL.

(2) Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos com cobrança de 0,12% am.

Remuneração dos administradores

No período findo em 30 de junho de 2016, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Fiscal foram de R\$329 (R\$265 em 30 de junho de 2015) e da Diretoria foi de R\$52 (R\$156 em 30 de junho de 2015) na controladora e R\$2.271 (R\$2.224 em 30 de junho de 2015) e R\$7.464 (R\$6.480 em 30 de junho de 2015) no consolidado.

Notas Explicativas

Na prestação de serviços, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$17 (R\$61 em 30 de junho de 2015) na controladora e R\$1.520 (R\$1.314 em 30 de junho de 2015) no consolidado. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$79 (R\$63 em 30 de junho de 2015) na controladora e R\$2.386 (R\$2.262 em 30 de junho de 2015) no consolidado.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente relativas ao mês de junho de 2016 foram de R\$18 e R\$1 na controladora e R\$156 e R\$2 no consolidado (R\$16 e R\$1 na controladora e R\$135 e R\$2 no consolidado em 30 de junho de 2015), respectivamente. A remuneração média mensal no período findo em 30 de junho de 2016 foi de R\$5 na controladora e R\$41 no consolidado (R\$5 na controladora e R\$29 no consolidado em 30 de junho de 2015).

Na AGO/AGE de 27 de abril de 2016, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2016 no montante de R\$3.225 (R\$3.000 para o exercício de 2015), na controladora.

15 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como as diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 (IAS 12) e apresentado conforme normas do CPC 26 (IAS 1).

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelos Conselhos de Administração da Companhia e de suas controladas.

Impostos diferidos reconhecidos nas informações financeiras intermediárias é como segue:

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Ativo		
Prejuízos fiscais	313.424	347.173
Base negativa da contribuição social	125.216	137.588
Diferenças temporárias	400.320	289.897
Total - ativo não circulante	838.960	774.658

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	3.893	5.313	1.119.224	1.158.172
Contribuição Social	1.402	1.912	402.920	416.942
Total - passivo não circulante	5.295	7.225	1.522.144	1.575.114
Total ativo (passivo) não circulante líquido	(5.295)	(7.225)	(683.184)	(800.456)

Notas Explicativas

Os créditos diferidos são como segue:

	Controladora			
	30/06/2016		31/12/2015	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Marcação a mercados - derivativos	(14.812)	(5.036)	(19.703)	(6.699)
Marcação a mercado da dívida	1.310	445	497	169
Ajustes a valor presente	(4.109)	(1.397)	(591)	(201)
Outras adições (exclusões) temporárias	5.731	1.949	2.702	919
Custo a apropriar da dívida	(3.694)	(1.256)	(4.156)	(1.413)
Total	(15.574)	(5.295)	(21.251)	(7.225)
Total - Ativo Não Circulante	-	-	-	-
Total - Passivo Não Circulante	(15.574)	(5.295)	(21.251)	(7.225)

	Consolidado			
	30/06/2016		31/12/2015	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	1.253.696	313.424	1.388.694	347.173
Base negativa da contribuição social	1.391.289	125.216	1.528.754	137.588
Créditos fiscais - ágio (1)	326.131	110.885	341.211	116.012
Provisão ajuste atuarial	231.920	78.853	218.540	74.304
Provisões para riscos	580.054	197.218	572.629	194.694
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - (PCLD e Daycoval)	581.874	197.837	641.372	218.066
Outras provisões (PEE, P&D, Honorários e Outras)	54.011	18.364	193.099	65.654
Variações cambiais passivas	351.148	119.390	451.570	153.534
Marcação a mercados - derivativos	359.798	122.331	(310.855)	(105.692)
Marcação a mercado da dívida	17.374	5.907	(14.241)	(4.842)
Ativos (Passivos) financeiros setoriais (CVA´s)	10.446	3.552	(390.520)	(132.777)
Outras adições temporárias	58.673	19.949	176.521	60.018
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR - contas a receber da concessão e atualizações	(422.746)	(143.734)	(340.686)	(115.833)
Ajustes a valor presente	(2.800.128)	(952.044)	(2.898.264)	(985.409)
Deságio sobre investimento EMS	(188.407)	(64.058)	(188.407)	(64.058)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(224.902)	(76.467)	(239.430)	(81.406)
Intangível - mais valia	(1.847.763)	(628.239)	(1.942.736)	(660.530)
Outras exclusões temporárias	(386.964)	(131.568)	(49.858)	(16.952)
Total	(654.496)	(683.184)	(862.607)	(800.456)
Total - Ativo Não Circulante	4.034.645	838.960	2.977.675	774.658
Total - Passivo Não Circulante	(4.689.141)	(1.522.144)	(4.632.687)	(1.575.114)

(1) Os créditos fiscais - ágio no montante de 110.885 (R\$116.012 em 31 de dezembro de 2015) estão sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: EBO (16 anos) e EPB (17 anos) pelo método linear.

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Exercício	Consolidado
2016	46.313
2017	113.954
2018	133.399
2019	100.083
2020	124.825
2021 a 2025	320.386
Total	838.960

Notas Explicativas

Resultado de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora			
	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	(36.987)	74.211	66.640	20.184
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	12.576	(25.232)	(22.658)	(6.863)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Equivalência patrimonial	(2.253)	45.162	53.828	71.590
Créditos tributários - IR e CS não constituído no período	(4.440)	(14.047)	(39.850)	(85.835)
Imposto de renda e contribuição social	5.883	5.883	(8.680)	(21.108)
Alíquota efetiva	(15,91%)	(7,93%)	(13,02%)	(104,58%)

	Consolidado			
	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	(50.564)	152.582	(14.498)	(78.808)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	17.192	(51.877)	4.929	26.795
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	31.059	33.865	23.687	54.845
Efeitos dos Prejuízos Fiscais não utilizados	(25.151)	(34.759)	(50.335)	(84.601)
Outros	248	(2.576)	729	2.573
Imposto de renda e contribuição social	23.348	(55.347)	(20.990)	(388)
Alíquota efetiva	(46,18%)	35,97%	(148,89%)	(0,49%)

(*) As controladas ESE, EPB, EBO, ETO e EMT possuem redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação do Ministério da Integração Social os novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. O deferimento de seus pedidos junto à Receita Federal do Brasil ocorreu através dos seguintes atos: ESE - Despacho Decisório nº 126 - DRF/ASJU de 04/03/2013, EPB - Despacho Decisório nº 128 - DRF/JPA de 23/05/2013, EBO - Despacho Decisório nº 206 - DRF/JPA de 19/12/2012.

As controladas ETO e EMT localizadas na área da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais pelo Ministério da Integração Social em dezembro/2014, reduzindo o Imposto de Renda e adicionais em 75% do valor calculados sobre o lucro da exploração para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023. O deferimento dos pedidos junto a Receita Federal ocorreu como segue: EMT- Ato Declaratório Executivo nº 17 - DRF/CBA, de 02 de fevereiro de 2015 e Laudo Constitutivo SUDAM nº 114/2014e ETO - Ato Declaratório Executivo nº 3 de 18 de março de 2015 e Laudo Constitutivo SUDAM nº 113/2014.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montam a R\$33.865 (R\$54.845 em 30 de junho de 2015), sendo: R\$3.594 (R\$13.762 em 30 de junho de 2015) na EBO, R\$4.050 (R\$16.544 em 30 de junho de 2015) na ETO e R\$ 26.221 na EMT. Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" e serão destinados à reserva de incentivo fiscais nas controladas. As controladas EPB e ESE não apuraram base de cálculo do Lucro da Exploração no período findo em 30 de junho de 2016.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as controladas CAIUÁ e EMG apuraram prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, tendo somente constituído créditos tributários incorridos em exercícios anteriores de acordo com as normas previstas no CPC. Após a conclusão do processo de renovação de seus contratos de concessão, com a assinatura do quinto aditivo contratual (vide nota explicativa nº 1), as controladas poderão manter suas atividades de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos e, com a renovação da concessão, passaram a enquadrar-se nas regras estabelecidas na legislação e de acordo com as projeções de resultados para os próximos exercícios, parte dos créditos tributários que possuíam escriturados em seus livros fiscais, serão recuperados no próximos 10 (dez) anos, o que possibilitou a constituição dos créditos tributários no exercício no montante de R\$69.900, sendo R\$64.666 pela controlada CAIUÁ e R\$5.234 pela EMG, registrados na rubrica de "imposto de renda e contribuição social diferidos na demonstração do resultado do exercício".

Uso de estimativas: os créditos tributários são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e bases negativas e em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os

Notas Explicativas

Notas Explicativas são usadas para fins de tributação. Se o reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

16 Contas a receber da concessão - consolidado

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

Desde 31 de dezembro de 2012 as controladas EMG, ENF, ESE, EPB, EBO, EDEVP, EMT, CAIUÁ, ETO, EEB, CNEE, CFLO e EMS passaram a reconhecer o VNR - Valor Novo de Reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõem a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA.

No período findo em 30 de junho de 2016, foi reconhecido em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR, no consolidado, o montante de R\$79.413 (R\$92.050 em 30 de junho de 2015).

O saldo de contas a receber da concessão está classificado como disponível para venda no ativo não circulante, no consolidado.

Seguem as movimentações ocorridas no período:

	Saldo 31/12/2015	Adições	Baixas	Atualização monetária (1)	Saldo 30/06/2016
EMG	9.091	-	(294)	253	9.050
EPB	349.759	18.976	(1.060)	13.184	380.859
ESE	274.526	12.284	(852)	10.081	296.039
ENF	3.555	24	-	48	3.627
EBO	40.871	6.541	(367)	1.454	48.499
EMT	1.074.263	46.487	(534)	31.282	1.151.498
ETO	635.021	48.367	(6.573)	13.223	690.038
EMS	438.954	28.934	(840)	8.921	475.969
Sul e Sudeste (**)	32.670	2	-	967	33.639
	2.858.710	161.615	(10.520)	79.413	3.089.218

(1) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice para atualização da base de remuneração utilizada pelo regulador tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são considerados.

(**) Inclui as controladas, CFLO, CNEE, EEB, CAIUÁ e EDEVP.

Notas Explicativas

	Saldo 31/12/2014	Adições	Baixas	Atualização monetária (1)	Transferência para intangível (2)	Saldo 31/12/2015
EMG	329.497	14.701	(1.279)	20.078	(353.906)	9.091
EPB	276.224	53.975	(2.093)	21.653	-	349.759
ESE	228.574	30.440	(1.265)	16.777	-	274.526
ENF	93.026	4.600	(339)	6.296	(100.028)	3.555
EBO	31.644	7.060	(218)	2.385	-	40.871
EMT	878.868	118.221	(3.844)	81.018	-	1.074.263
ETO	428.596	186.934	(15.278)	34.769	-	635.021
EMS	318.859	96.807	(1.574)	24.862	-	438.954
Sul Sudeste (**)	438.766	84.840	(10.839)	35.571	(515.668)	32.670
Total Geral	3.024.054	597.578	(36.729)	243.409	(969.602)	2.858.710

(1) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice para atualização da base de remuneração utilizada pelo regulador tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são considerados.

(2) Em dezembro de 2015, foram concluídos os processos de renovação das concessões das controladas EMG, ENF, CAIUÁ, CNEE, EDEVP, EEB e CFLO, tendo sido publicada Portarias por meio da qual o Ministério das Minas e Energia - MME deferiu os pedidos de prorrogação do Contrato de Concessão convocando os representantes legais da Distribuidora para a assinatura dos Termos Aditivos ao contrato de concessão. Após assinaturas do Termo Aditivo aos Contratos de Concessão, foram publicados, no Diário Oficial do dia 18 de dezembro de 2015, os Extratos dos Termos Aditivos que oficializaram a prorrogação da concessão das Distribuidoras até o dia 07 de julho de 2045.

As controladas de acordo com os novos prazos de exploração das concessões ora renovadas efetuaram novos cálculos de seus ativos considerando os novos prazos tendo reclassificado o montante de R\$969.602 do contas a receber da concessão para o intangível em serviço no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(**) Inclui as controladas, CFLO, CNEE, EEB, CAIUÁ e EDEVP.

17 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Participação em controladas	3.235.660	3.182.208	-	-
Outros	10.051	10.051	23.814	28.635
Total	3.245.711	3.192.259	23.814	28.635

Notas Explicativas

30/06/2016									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								163.068	1.550.108
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	514	143.428	837.576	663.563	174.013	(6.394)	(6.394)	174.013
Energisa Sergipe (SE)	100	196	382.900	1.574.491	1.169.610	404.881	79.448	79.448	404.881
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	526.991	2.040.847	1.282.657	758.190	77.423	77.423	758.190
Energisa Borborema (EBO)	100	293	73.540	307.643	189.382	118.261	11.537	11.537	118.261
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	16	48.343	194.225	122.703	71.522	402	402	71.522
Energisa Mato Grosso (EMT) (1)	1,2	2.044	1.118.910	5.812.084	3.917.480	1.894.604	54.506	652	23.241
Geração								(761)	3.542
Parque Eólico Sobradinho	100	4.102	4.102	2.506	123	2.383	(90)	(90)	2.383
Energisa Geração Usina Maurício	100	612	1.577	894	16	878	54	(611)	878
Energisa Geração Solar Coremas	100	1	964	319	-	319	(12)	(12)	319
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	10	23	1	10	(9)	(11)	(11)	(9)
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	10	24	1	10	(9)	(11)	(11)	(9)
Energisa Geração de Energia S.A	100	10	22	1	13	(12)	(14)	(14)	(12)
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	10	23	1	-	1	(1)	(1)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	10	23	1	10	(9)	(11)	(11)	(9)
Comercialização								(2.617)	3.148
Energisa Comercializadora	100	1	1	82.095	78.947	3.148	(2.617)	(2.617)	3.148
Prestação de Serviços								3.371	88.276
Energisa Soluções	100	39.000	77.000	148.346	70.011	78.335	2.914	2.914	78.335
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	1.000	6.313	5.816	82	5.734	(759)	(759)	5.734
Energisa Planejamento	100	1.685	1.685	5.070	863	4.207	1.216	1.216	4.207
Holdings e demais companhias								(22.959)	1.392.200
Alvorada Direitos Creditórios S.A	100	200	251	148	8	140	(35)	(35)	140
Dinâmica Direitos Creditórios	100	7.570	7.570	2.362	1.178	1.184	(12)	(12)	1.184
BBPM Participações	89,61	177.817	553.324	448.200	9.216	438.984	(5.707)	(7.957)	393.375
Denerge S/A	49,28	27.234.389	1.275.420	1.538.632	532.231	1.006.401	(19.110)	(13.351)	495.954
JQMJ Participações	99,99	71.302	200.364	156.375	220	156.155	(2.654)	(3.847)	156.139
Rede Energia S/A	15,03	257.752	2.245.787	3.720.392	1.422.296	2.298.096	11.340	2.243	345.408
Ágio pago na aquisição de controladas								(7.272)	198.386
Total								132.830	3.235.660

(1) Até 30 de junho de 2016, foram adquiridas pela Companhia o total de 47 ações, sendo 16 ordinárias e 31 preferenciais.

Notas Explicativas

31/12/2015

Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								159.936	1.444.011
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	514	107.828	764.341	566.157	198.184	24.951	24.951	198.184
Energisa Sergipe (SE)	100	196	382.898	1.492.951	1.167.518	325.433	(22.044)	(22.044)	325.434
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	487.457	2.156.430	1.461.623	694.807	106.964	106.964	694.805
Energisa Borborema (EBO)	100	293	65.539	290.066	157.956	132.110	44.053	44.053	132.111
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	16	39.743	201.130	129.734	71.396	5.815	5.815	71.396
Energisa Mato Grosso (EMT) (1)	1,2	2.044	1.118.910	5.509.375	3.669.276	1.840.099	17.531	197	22.081
Geração								2.307	3.771
Parque Eólico Sobradinho	100	4.102	4.102	2.180	226	1.954	(460)	(460)	1.953
Energisa Geração Usina Maurício	100	612	612	1.636	146	1.490	(103)	(103)	1.489
Energisa Geração Solar Coremas	100	1	1	323	-	323	(69)	(69)	324
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	10	1	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	10	1	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração de Energia S.A	100	10	1	1	-	1	(21)	(20)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	10	1	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	10	1	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Rio Grande	100	133.179	177.422	260.964	115.410	145.554	(674)	2.060	-
SPE Cristina S/A	100	21.100	24.612	28.524	7.178	21.346	(337)	139	-
Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin	100	61.448	61.448	106.585	42.105	64.480	183	830	-
Energisa Geração Vista Alegre	100	1	1	21	-	21	(11)	(22)	-
Comercialização								862	5.765
Energisa Comercializadora	100	1	1	75.627	69.861	5.766	862	862	5.765
Prestação de Serviços								(10.706)	84.725
Energisa Soluções	100	39.000	39.000	123.140	47.716	75.424	(10.515)	(10.515)	75.421
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	1.000	1.000	6.589	276	6.313	(1.932)	(1.932)	6.313
Energisa Planejamento	100	1.685	1.685	4.783	1.792	2.991	1.741	1.741	2.991
Holdings e demais companhias								181.248	1.438.278
Energisa Bioeletricidade S/A	100	151.597	1	402.847	-	402.847	(12.766)	(10.954)	-
Energisa Geração Centrais Eólicas RN	100	167.468	63.500	207.237	6	207.231	11.594	18.638	-
Alvorada Direitos Creditórios S.A	100	200	251	192	16	176	(92)	(51)	175
Dinâmica Direitos Creditórios	100	7.570	7.570	2.027	831	1.196	731	594	1.196
BBPM Participações	89,61	177.818	553.324	473.775	21.336	452.439	52.624	45.902	405.430
Denerge S/A	49,28	251.966.233	1.275.420	1.589.412	545.613	1.043.799	157.464	75.868	514.292
JQM Participações	99,99	71.302	200.364	166.130	4.478	161.652	18.795	18.259	161.636
Rede Energia S/A	15,02	257.656	2.245.787	3.761.689	1.395.245	2.366.444	224.026	32.992	355.549
Ágio pago na aquisição de controladas								(19.665)	205.658
Saldos reclassificados para ativos disponíveis para venda								6.241	-
Total								320.223	3.182.208

(1) Em 2015, foram adquiridas pela Companhia o total de 98 ações, sendo 65 ordinárias e 33 preferenciais.

Notas Explicativas

Controladas	Saldo em 31/12/2015	Aquisição/Adiant. futuro aumento de capital	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Transações de capital (2)	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 30/06/2016
Distribuição	1.444.011	340	167	-	(57.479)	-	163.068	1.550.108
Energisa Minas Gerais (EMG)	198.184	-	-	-	(17.777)	-	(6.394)	174.013
Energisa Sergipe (SE)	325.433	-	-	-	-	-	79.448	404.881
Energisa Paraíba (EPB)	694.805	-	-	-	(14.038)	-	77.423	758.190
Energisa Borborema (EBO)	132.111	-	-	-	(25.387)	-	11.537	118.261
Energisa Nova Friburgo (ENF)	71.396	-	-	-	(276)	-	402	71.522
Energisa Mato Grosso (EMT)	22.082	340	167	-	-	-	652	23.241
Geração	3.771	532	-	-	-	-	(761)	3.542
Parque Eólico Sobradinho	1.953	520	-	-	-	-	(90)	2.383
Energisa Geração Usina Maurício	1.489	-	-	-	-	-	(611)	878
Energisa Geração Solar Coremas	324	7	-	-	-	-	(12)	319
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	1	-	-	-	-	(11)	(9)
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	1	-	-	-	-	(11)	(9)
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	1	-	-	-	-	(14)	(12)
Energisa Geração de Energia S/A	1	1	-	-	-	-	(1)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	1	-	-	-	-	(11)	(9)
Comercialização	5.765	-	-	-	-	-	(2.617)	3.148
Energisa Comercializadora	5.765	-	-	-	-	-	(2.617)	3.148
Prestação de Serviços	84.725	180	-	-	-	-	3.371	88.276
Energisa Soluções	75.421	-	-	-	-	-	2.914	78.335
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	6.313	180	-	-	-	-	(759)	5.734
Energisa Planejamento	2.991	-	-	-	-	-	1.216	4.207
Holdings e demais companhias	1.438.278	157	6	(21.124)	(1.922)	(236)	(22.959)	1.392.200
Alvorada Direitos Creditórios S.A	175	-	-	-	-	-	(35)	140
Dinâmica Direitos Creditórios	1.196	-	-	-	-	-	(12)	1.184
BBPM Participações	405.430	-	(3)	(7.553)	3.530	(72)	(7.957)	393.375
Denerge S/A	514.292	-	(3)	(10.413)	5.527	(98)	(13.351)	495.954
JQM Participações	161.636	-	(1)	(3.158)	1.539	(30)	(3.847)	156.139
Rede Energia S/A	355.549	157	13	-	(12.518)	(36)	2.243	345.408
Ágio pago na aquisição de controladas	205.658	-	-	-	-	-	(7.272)	198.386
	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.182.208	1.209	173	(21.124)	(59.400)	(236)	132.830	3.235.660

(1) Ganho/perda em transações com compra de ações. No período findo em 30 de junho de 2016, a Energisa S/A, adquiriu ações de acionistas não controladores das empresas: EMT e Rede Energia, resultando em ganho de capital no valor de R\$173 (R\$2.393 em 31 de dezembro de 2015) e aumento do percentual de participação.

(2) Inclui parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 34.

Notas Explicativas

Controladas	Saldo em 31/12/2014	Aquisição	Ganho/Perda a aquisição de ações (1)	Subscrição, AFAC	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2015
Distribuição	1.309.212	1.620	10.218	97.996	(129.548)	(5.423)	159.936	1.444.011
Energisa Minas Gerais (EMG)	91.253	-	-	89.396	(7.322)	(94)	24.951	198.184
Energisa Sergipe (SE)	385.873	-	-	-	(39.800)	1.405	(22.044)	325.434
Energisa Paraíba (EPB)	671.474	-	-	-	(76.972)	(6.661)	106.964	694.805
Energisa Borborema (EBO)	91.950	-	-	-	(3.892)	-	44.053	132.111
Energisa Nova Friburgo (ENF)	58.460	-	-	8.600	(1.381)	(98)	5.815	71.396
Energisa Mato Grosso (EMT)	10.202	1.620	10.218	-	(181)	25	197	22.081
Geração	1.763	-	-	2.967	(141)	4	2.307	3.771
Parque Eólico Sobradinho	562	-	-	1.847	-	4	(460)	1.953
Energisa Geração Usina Maurício	768	-	-	965	(141)	-	(103)	1.489
Energisa Geração Solar Coremas	307	-	-	86	-	-	(69)	324
Energisa Geração Vista Alegre	22	-	-	-	-	-	(1)	-
Energisa Geração Santa Candida	100	-	-	-	-	-	1	-
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	-	-	12	-	-	(12)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	-	-	12	-	-	(12)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	-	-	12	-	-	(12)	1
Energisa Geração de Energia S/A	-	-	-	21	-	-	(20)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	-	-	12	-	-	(12)	1
Energisa Geração Rio Grande	-	-	-	-	-	-	2.060	-
SPE Cristina S/A	-	-	-	-	-	-	139	-
Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin	-	-	-	-	-	-	830	-
Energisa Geração Vista Alegre	-	-	-	-	-	-	(22)	-
Comercialização	4.991	-	-	-	(215)	127	862	5.765
Energisa Comercializadora	4.991	-	-	-	(215)	127	862	5.765
Prestação de Serviços	48.775	-	-	48.948	(1.215)	1.626	(10.706)	84.725
Energisa Soluções	46.325	-	-	38.000	-	1.611	(10.515)	75.421
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	-	-	-	10.948	-	-	(1.932)	6.313
Energisa Planejamento	2.450	-	-	-	(1.215)	15	1.741	2.991
Holdings e demais companhias	1.338.440	(6.707)	(12.611)	(9.752)	(35.695)	(8.961)	181.248	1.438.278
Energisa Bioeletricidade S/A	-	-	-	-	-	-	(10.954)	-
Energisa Geração Centrais Eólicas RN	-	-	-	-	-	-	18.638	-
Alvorada Direitos Creditórios S.A	137	91	-	-	(2)	-	(51)	175
Dinâmica Direitos Creditórios	9.983	370	-	(9.752)	-	1	594	1.196
BBPM Participações	371.127	373	1.228	-	(9.945)	(3.255)	45.902	405.430
Denerge S/A	475.821	114	(15.222)	-	(17.800)	(4.489)	75.868	514.292
JQMJ Participações	148.193	161	489	-	(4.103)	(1.363)	18.259	161.636
Rede Energia S/A	333.179	(7.816)	894	-	(3.845)	145	32.992	355.549
Ágio pago na aquisição de controladas	220.811	4.512	-	-	-	-	(19.665)	205.658
Saldos reclassificados para ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	6.241	-
Total	2.923.992	(575)	(2.393)	140.159	(166.814)	(12.627)	320.223	3.182.208

(1) Ganho/perda em transações com compra de ações. No exercício de 2015, a Energisa S/A, adquiriu ações de acionistas não controladores das empresas: EMT, Rede Energia, JQMJ, BBPM resultando em perda de capital o valor de R\$2.393 e aumento do percentual de participação. O valor de perda da Denerge refere-se a transações de ações em tesouraria, que impactou à Energisa através de equivalência patrimonial reflexa.

Amortização dos bens intangíveis no período findo em 30 de junho de 2016, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado nas rubricas de amortização e depreciação e imposto de renda e contribuição social: Sobre o lucro, são originados, conforme segue.

				Total	
	EMT	ETO	EMS	30/06/2016	30/06/2015
Amortização no período	(31.933)	(31.817)	(35.704)	(99.454)	(152.632)
IR e CSSL	10.857	10.818	12.139	33.814	51.896
Amortização Líquida	(21.076)	(20.999)	(23.565)	(65.640)	100.736

Notas Explicativas A Companhia detém participações indiretas nas empresas distribuidoras de energia elétrica, controlada diretamente pela Rede Energia S/A, conforme segue:

30/06/2016					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Distribuição					
Empresa Elétrica Bragantina S/A	86,92	391.870	317.510	74.361	4.756
Companhia Nacional de Energia Elétrica	93,8	234.752	152.730	82.023	8.912
Companhia Força e Luz do Oeste	92,86	96.009	77.501	18.508	1.373
Energisa Tocantins	67,88	2.011.990	1.231.246	780.744	(8.901)
Energisa Mato Grosso	54,82	5.812.084	3.917.480	1.894.604	54.506
Energisa Mato Grosso do Sul	94,99	3.518.726	2.190.463	1.328.263	9.250
CAIUÁ Distribuição de Energia S/A	95,05	523.254	366.182	157.073	(6.008)
Empresa de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S/A	95,05	356.799	224.192	132.608	9.970

31/12/2015					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Distribuição de Energia Elétrica					
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	86,92	357.912	305.834	52.078	(1.154)
Companhia Nacional de Energia Elétrica	93,8	245.331	156.872	88.459	20.529
Companhia Força e Luz do Oeste	92,86	94.201	72.735	21.466	2.087
Energisa Tocantins	67,88	1.973.277	1.180.738	792.539	28.200
Energisa Mato Grosso	54,82	5.509.375	3.669.276	1.840.099	17.531
Energisa Mato Grosso do Sul	94,99	3.451.721	2.088.233	1.363.488	61.046
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	95,05	563.749	400.765	162.984	93.629
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	95,05	338.004	197.699	140.305	24.644

18 Imobilizado

CONTROLADORA						
	Saldo 31/12/2015	Adição	Transferências	Baixas	Amortização/ Depreciação	Saldo 30/06/2016
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	16	-	-	-	-	16
Edificações e benfeitorias	4.300	-	-	-	-	4.300
Máquinas e equipamentos	7.793	-	3	(3)	-	7.793
Veículos	8.451	-	105	(106)	-	8.450
Móveis e utensílios	13.741	-	-	(2)	-	13.739
Total do imobilizado em serviço	34.301	-	108	(111)	-	34.298
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(2.184)	-	-	-	(74)	(2.258)
Máquinas e equipamentos	(3.149)	-	-	-	(438)	(3.587)
Veículos	(7.891)	-	-	73	(56)	(7.874)
Móveis e utensílios	(11.944)	-	-	2	(233)	(12.175)
Total Depreciação acumulada	(25.168)	-	-	75	(801)	(25.894)
Subtotal Imobilizado	9.133	-	108	(36)	(801)	8.404
Imobilizado em curso	235	4.437	(108)	-	-	4.564
Total do Imobilizado	9.368	4.437	-	(36)	(801)	12.968

Notas Explicativas

	Controladora					
	Saldo 31/12/2014	Adição	Transferências	Baixa	Amortização/ Depreciação	Saldo 31/12/2015
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	16	-	-	-	-	16
Edificações e benfeitorias	4.249	-	51	-	-	4.300
Máquinas e equipamentos	6.500	-	1.293	-	-	7.793
Veículos	8.478	-	54	(81)	-	8.451
Móveis e utensílios	13.509	-	235	(3)	-	13.741
Total do imobilizado em serviço	32.752	-	1.633	(84)	-	34.301
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(2.034)	-	-	-	(150)	(2.184)
Máquinas e equipamentos	(2.389)	-	-	-	(760)	(3.149)
Veículos	(7.820)	-	-	35	(106)	(7.891)
Móveis e utensílios	(11.448)	-	-	3	(499)	(11.944)
Total Depreciação acumulada	(23.691)	-	-	38	(1.515)	(25.168)
Subtotal Imobilizado	9.061	-	1.633	(46)	(1.515)	9.133
Imobilizado em curso	37	1.831	(1.633)	-	-	235
Total do Imobilizado	9.098	1.831	-	(46)	(1.515)	9.368

	CONSOLIDADO					
	Saldo 31/12/2015	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 30/06/2016
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Software	23	-	-	-	-	23
Terrenos	1.092	-	312	-	-	1.404
Reservatório, Barragens e Aduadoras.	2.191	-	-	-	-	2.191
Edificações e benfeitorias	15.689	326	-	-	-	16.015
Máquinas e equipamentos	104.632	21.610	2.250	(105)	-	128.387
Veículos	46.986	38.311	1.680	(522)	-	86.455
Móveis e utensílios	45.602	5.056	338	(22)	-	50.974
Total do Imobilizado em Serviço	216.215	65.303	4.580	(649)	-	285.449
Depreciação acumulada:						
Software	(18)	-	-	-	(1)	(19)
Reservatório, Barragens e Aduadoras.	(805)	(1)	-	-	(2)	(808)
Edificações e benfeitorias	(5.320)	(143)	-	-	(221)	(5.684)
Máquinas e equipamentos	(45.569)	(11.843)	-	108	(5.976)	(63.280)
Veículos	(20.991)	(29.741)	-	284	(6.117)	(56.565)
Móveis e utensílios	(31.256)	(3.089)	-	2	(1.044)	(35.387)
Total Depreciação acumulada	(103.959)	(44.817)	-	394	(13.361)	(161.743)
Subtotal Imobilizado	112.256	20.486	4.580	(255)	(13.361)	123.706
Imobilizado em curso	2.522	9.565	(4.580)	-	-	7.507
Total do Imobilizado	114.778	30.051	-	(255)	(13.361)	131.213

(*) Inclui ativos reclassificados do intangível para o imobilizado no montante de R\$20.486, referente a máquinas e equipamentos, veículos e móveis e utensílios.

Imobilizado	Consolidado					
	Saldo 31/12/2014	Adição	Transferências	Baixas	Amortização/ Depreciação	Saldo 31/12/2015
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Software	17	-	6	-	-	23
Terrenos	1.098	-	(6)	-	-	1.092
Reservatório, Barragens e Adutoras	2.191	-	-	-	-	2.191
Edificações e benfeitorias	13.253	-	2.556	(120)	-	15.689
Máquinas e equipamentos	76.115	427	28.626	(536)	-	104.632
Veículos	33.841	-	13.723	(578)	-	46.986
Móveis e utensílios	43.551	-	2.058	(7)	-	45.602
Total do Imobilizado em Serviço	170.066	427	46.963	(1.241)	-	216.215
Depreciação acumulada:						
Software	(274)	-	258	-	(2)	(18)
Reservatório, Barragens e Adutoras	(1.053)	-	253	-	(5)	(805)
Edificações e benfeitorias	(5.023)	-	81	34	(412)	(5.320)
Máquinas e equipamentos	(39.423)	-	2.124	31	(8.301)	(45.569)
Veículos	(17.151)	-	(44)	350	(4.146)	(20.991)
Móveis e utensílios	(26.635)	-	(2.672)	7	(1.956)	(31.256)
Total Depreciação acumulada	(89.559)	-	-	422	(14.822)	(103.959)
Subtotal Imobilizado	80.507	427	46.963	(819)	(14.822)	112.256
Imobilizado em curso	4.701	46.378	(46.963)	(1.594)	-	2.522
Total do Imobilizado	85.208	46.805	-	(2.413)	(14.822)	114.778

Taxas de depreciação praticadas pela controladora e no consolidado são como segue:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas
Reservatório, barragens, adutoras e terras	3,36%
Edificações e benfeitorias	3,87%
Máquinas e equipamentos	14,22%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

19 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Contrato de concessão/ Softwares	6.774	7.801	7.044.759	6.939.969
Direito de concessão	-	-	462.267	481.013
Total	6.774	7.801	7.507.026	7.420.982

19.1 Intangível - controladora

	Saldo 31/12/2015	Amortização/ Depreciação	Saldo 30/06/2016
Em Serviço			
Custo dos softwares	13.174	-	13.174
Amortização Acumulada	(5.373)	(1.027)	(6.400)
Total Geral	7.801	(1.027)	6.774

Notas Explicativas

	Saldo 31/12/2014	Adição	Transferência	Amortização	Saldo 31/12/2015
Em Serviço					
Custo dos softwares	8.731	-	4.443	-	13.174
Amortização Acumulada	(4.014)	-	-	(1.359)	(5.373)
Subtotal	4.717	-	4.443	(1.359)	7.801
Em Curso	-	4.443	(4.443)	-	-
Total Geral	4.717	4.443	-	(1.359)	7.801

A taxa de amortização de softwares é 20% ao ano.

19.2 Intangível - consolidado

Consolidado						
	Saldo 31/12/2015	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 30/06/2016
Intangível em Serviço						
Custo	14.094.153	303	243.852	(117.805)	-	14.220.503
Amortização Acumulada	(6.093.406)	(1.472)	-	77.865	(419.096)	(6.436.109)
Subtotal	8.000.747	(1.169)	243.852	(39.940)	(419.096)	7.784.394
Em Curso	987.039	722.073	(243.852)	(217.333)	-	1.247.927
Total	8.987.786	720.904	-	(257.273)	(419.096)	9.032.321
(-) Obrigações Vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	2.677.250	10.959	40.296	-	-	2.728.505
Amortização Acumulada	(963.275)	(1.084)	-	-	(89.676)	(1.054.035)
Subtotal	1.713.975	9.875	40.296	-	(89.676)	1.674.470
Em Curso	333.842	75.265	(40.296)	(55.719)	-	313.092
Total Obrigações Vinculadas à concessão	2.047.817	85.140	-	(55.719)	(89.676)	1.987.562
Total Geral	6.939.969	635.764	-	(201.554)	(329.420)	7.044.759

(*) Das baixas no montante de R\$201.554, R\$161.615 foi transferido para o contas a receber da concessão, R\$20.486 transferido para o imobilizado e R\$19.453 referem-se a baixas realizadas no período, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

Consolidado							
Intangível	Saldo 31/12/2014	Adição	Adição - Ativo contas a receber da concessão (*)	Transferências	Baixas (**)	Amortização/ Depreciação	Saldo 31/12/2015
Intangível em Serviço							
Custo	12.094.707	37.941	1.377.073	727.449	(143.017)	-	14.094.153
Amortização Acumulada	(5.339.255)	(27.374)	-	-	88.274	(815.051)	(6.093.406)
Subtotal	6.755.452	10.567	1.377.073	727.449	(54.743)	(815.051)	8.000.747
Em Curso	927.160	1.489.520	-	(727.449)	(702.192)	-	987.039
Total	7.682.612	1.500.087	1.377.073	-	(756.935)	(815.051)	8.987.786
(-) Obrigações Vinculadas à concessão							
Em Serviço							
Custo	2.101.290	88.788	407.471	85.000	(5.299)	-	2.677.250
Amortização Acumulada	(795.889)	(27.284)	-	-	-	(140.102)	(963.275)
Subtotal	1.305.401	61.504	407.471	85.000	(5.299)	(140.102)	1.713.975
Em Curso	380.743	173.077	-	(85.000)	(134.978)	-	333.842
Total Obrigações Vinculadas à concessão	1.686.144	234.581	407.471	-	(140.277)	(140.102)	2.047.817
Total Geral	5.996.468	1.265.506	969.602	-	(616.658)	(674.949)	6.939.969

(*) Adição - ativo contas a receber da concessão - referem-se aos valores do contas a receber da concessão transferidos para o intangível R\$1.377.073 e de obrigações vinculadas à concessão - R\$407.471, em face da renovação do contrato de concessão, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

Notas Explicativas

**1) De total das baixas realizadas no período findo em 31 de dezembro de 2015 de R\$616.658, R\$597.578 foi transferido para o contas a receber da concessão, (R\$30.364) refere-se a contratos de participação financeira do consumidor que foram cancelados na EMT, (R\$5.299) refere-se a devolução do Programa de Eletrificação Rural do Estado de Tocantins - Ofício nº 685/2015 SFF/Aneel na ETO e R\$54.743 referem-se a baixas operacionais realizadas no período, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

19.3 Intangível - Contrato de Concessão- consolidados.

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. As taxas médias ponderadas de amortização das controladas é como segue:

Empresas	30/06/2016	31/12/2015
EMG	4,42%	4,38%
ESE	4,26%	4,22%
EPB	4,46%	4,40%
EBO	4,30%	4,23%
ENF	4,28%	4,35%
EDEVP	4,79%	4,36%
EMT	4,19%	4,42%
CAIUÁ	4,73%	4,29%
ETO	3,94%	3,90%
EEB	4,39%	4,12%
CNEE	4,73%	4,19%
CFLO	5,06%	4,50%
EMS	4,38%	4,34%

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/06/2016	31/12/2015
Contribuições do consumidor (1)	2.387.137	2.297.027
Participação da União - recursos CDE (2)	1.330.703	1.425.152
Participação do Governo do Estado (2)	423.780	317.208
Reserva para reversão (3)	1.721	1.721
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	192.402	167.127
(-) Amortização acumulada	(1.054.035)	(963.275)
Total	3.281.708	3.244.960
Alocação:		
Contas a receber da concessão	1.294.146	1.197.143
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.674.470	1.713.975
Infraestrutura - Intangível em curso	155.814	201.842
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	157.278	132.000
Total	3.281.708	3.244.960

(1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

(3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

As controladas passaram a amortizar as obrigações especiais em: ESE (abril/2008), EMG (junho/2008), ENF (junho/2008), EBO (fevereiro/2009), EPB (agosto de 2009), CNEE (Maio/2008), EDEVP (Maio/2008), CAIUÁ

Notas Explicativas

(Junho/2008, CFLO em Junho/2008), ETO (Julho/2008), EMT (Abril/2008), EMS (Abril/2008). A partir da segunda revisão tarifária periódica as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais. As novas adições, ocorridas a partir de 01 de janeiro de 2015, passaram a ser amortizadas de acordo com a data de aquisição, até estar totalmente amortizado.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, sejam contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. As controladas passaram pelo 3° ciclo de revisão tarifária, sendo EMG e ENF em setembro de 2012, EBO em fevereiro de 2013, ESE em abril de 2013 e EPB em agosto de 2013, CNEE, EDEVP, CAIUÁ em Maio/2012, CFLO em Junho/2012, ETO em julho/2012, EMT e EMS em Abril/2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

A partir do 4° ciclo de revisão tarifária os novos valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente serão apropriados em passivos financeiros setoriais - devolução tarifárias, e serão atualizados mensalmente com aplicação da variação do IPCA e amortizado a partir do início do 5° ciclo tarifário.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

19.4 Direito de concessão - Consolidado

	30/06/2016	31/12/2015
Reconhecido por controladas (1)	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora (2)	298.589	298.589
Aquisição participação (3)	67.358	67.358
Amortização acumulada	(441.692)	(422.946)
Subtotal	462.267	481.013

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Saldo inicial	481.013	515.866
Aquisição participação	-	4.512
Amortização no período/exercício	(18.746)	(39.365)
Saldo final	462.267	481.013

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica (dezembro de 2027), tomando-se por base as curvas de lucratividade projetadas até 31 de dezembro de 2015. A partir de 01 de janeiro de 2016, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ágio pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 30 de junho de 2016, o saldo a amortizar pela controlada é de R\$263.882 (R\$275.355 em 31 de dezembro de 2015).

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas EBO, ESE e EPB, no montante de R\$140.290 (R\$144.933 em 31 de dezembro de 2015), os quais estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de acordo com curvas de lucratividade projetadas para as controladas até 31 de dezembro de 2015. A partir de 01 de janeiro de 2016, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ágio pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

Notas Explicativas A Companhia adquiriu a empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 31 de dezembro de 2015). Os valores pagos na aquisição do parque eólico estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial.

(3) Aquisição de participação

Em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias monta em R\$165.552 foi reconhecido na rubrica “investimentos” na controladora e no “intangível” no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345, totalizando o montante de R\$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S/A, foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R\$6.361. Além da amortização de R\$13.653 em 31 de dezembro de 2015.

Em 14 de maio de 2015, a Companhia adquiriu o controle acionário da controlada Dinâmica Direitos Creditórios apurando um ágio de R\$4.512.

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social - ESE
2016 e 2017	50.979	11.705
2018 e 2019	69.722	15.603
2020 e 2021	69.722	15.603
2022 e 2023	69.722	15.603
2024 e 2025	69.722	15.603
2026 e 2027	69.722	15.603
2028 em diante	62.678	-
Total	462.267	89.720

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Suprimento:				
Furnas	-	-	116	136
Ampla - CUSD	-	-	2.023	1.987
CCEE	-	-	105.960	104.294
Contratos Bilaterais (1)	-	-	975.284	1.000.869
Uso de rede básica (1)	-	-	16.323	13.809
Conexão à rede (1)	-	-	2.535	2.040
Encargo de serviços do sistema (1)	-	-	45.184	182.158
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	-	-	13.374	14.590
Materiais, serviços e outros (2)	1.722	1.703	164.161	211.004
Total	1.722	1.703	1.324.960	1.530.887
Circulante	1.722	1.703	1.059.165	1.204.877
Não Circulante	-	-	265.795	326.010

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. Inclui R\$351.140 (R\$351.140 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$253.601 (R\$312.125 em 31 de dezembro de 2015) encontra-se contabilizado no passivo não circulante, de débitos com Eletrobras devidos pelas controladas EMT e EEB, referente ao repasse Itaipu, cujo parcelamento dos débitos em atraso foi consolidado em 60 parcelas. Os juros remuneratórios incidentes sobre o principal serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela taxa de 115% do CDI. Em 30 de junho de 2016 foram pagos parcelamentos de débitos com fornecedores de energia no montante de R\$26.643 (R\$50.433 em 31 de dezembro de 2015) e reconhecido R\$26.643 (R\$50.433 em 31 de dezembro de 2015) de atualização financeira.

(2) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, bem como os encargos e demais componentes a eles relacionados, são como se segue:

Empréstimos, Financiamentos e encargos de dívidas	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	100.000	-	3.507.357	2.828.298
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	300.184	418.801	2.372.286	2.607.638
Encargos de dívidas - moeda nacional	1.487	-	60.501	25.051
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	1.094	4.113	17.481	17.970
(-) Custos a amortizar	-	-	(10.497)	(4.276)
(-) Marcação a mercado de dívidas	1.310	497	17.374	(14.241)
Total	404.075	423.411	5.964.502	5.460.440
Circulante	230.025	325.791	1.597.904	1.238.390
Não Circulante	174.050	97.620	4.366.598	4.222.050

Notas Explicativas - A natureza de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros (5)	Garantias (1)
	30/06/2016	31/12/2015					
Energisa S/A							
CCB - SAFRA	101.487	-	CDI + 4,00%	jul/16	Final	8,70%	-
Total em Moeda Nacional	101.487	-					
Resolução 4131 - Citibank (1)	161.346	294.139	Libor + 1,64% a.a.	abr/18	Anual	-16,35%	-
Resolução 4131 - Santander (1)	-	128.775	Libor + 3,41% a.a.	jun/16	Final	-15,48%	-
Resolução 4131 - Santander (1)	47.020	-	3,65% a.a. (Pré)	dez/16	Final	-15,99%	-
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	92.912	-	Libor + 2,50% a.a.	dez/17	Final	-15,93%	-
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.310	497	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	302.588	423.411					
Total Energisa S/A	404.075	423.411					
Energisa Sergipe							
FIDIC Grupo Energisa III	15.183	15.175	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	7,07%	F
Luz para Todos - Eletrobras	9.729	10.305	5,00% a.a. (Pré)	ago/26	Mensal	2,47%	A
Subtransmissão - Eletrobras	-	452	5,00% a.a. (Pré)	mar/16	Mensal	2,47%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB	3.017	4.358	8,30% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	4,07%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB	2.457	3.460	TJLP + 4,00% a.a.	jun/17	Mensal	5,66%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB	10.694	12.297	8,40% a.a. (Pré)	ago/19	Mensal	4,12%	F + E
Repasse BNDES I - ABC	16.419	19.033	TJLP + 2,20% a 4,10% a.a.	mai/19	Mensal	4,77% a 5,7 1%	A
Repasse BNDES II - ABC	1.829	2.132	TJLP + 8,10% a 9,10% a.a.	fev/23	Mensal	7,65% a 8,1 3%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	15.411	15.250	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,64% a 5,7 9%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	4.121	4.078	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,64% a 5,7 9%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	3.140	3.107	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,64% a 5,7 9%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	11.928	11.154	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,88%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	3.189	2.982	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,88%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	2.430	2.272	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,88%	A
Repasse BNDES FINEM - Itaú	12.264	13.817	TJLP + 2,90% a 3,90% a.a.	mar/20	Mensal	5,12% a 5,6 1%	A
FINAME - Itaú BBA	17.728	18.902	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	fev/24	Mensal	1,24% a 4,2 6%	A
Nota Promissória - ABC	-	50.060	CDI + 2,00% a.a.	jun/16	Final	7,72%	A
Nota Promissória - ABC	50.031	-	CDI + 2,55% a.a.	dez/16	Final	7,99%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(842)	(528)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	178.728	188.306					
Resolução 4131 - Santander	9.404	-	3,65 a.a. (Pré)	dez/16	Anual	-15,99%	A
Resolução 4131 - Itaú BBA	183.526	197.530	3,49% a 4,53 a.a. (Pré)	abr/18	Anual	-16,07% a - 15,56%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	269.998	283.410	Libor + 1,77% a 2,16% a.a.	mai/19	Final	- 16,2 a 16, 9% 10%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	2.552	(3.916)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	465.480	477.024					
Total Energisa Sergipe	644.208	665.330					
Energisa Paraíba							
FIDIC Grupo Energisa III	61.746	61.712	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	7,07%	F

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros (5)	Garantias (1)
	30/06/2016	31/12/2015					
Luz para Todos - Eletrobras	5.621	6.625	5,00% a.a. (Pré)	mar/22	Mensal	2,47%	F
Subtransmissão - Eletrobras	-	1.552	5,00% a.a. (Pré)	mar/16	Mensal	2,47%	F
Devolução LPT - Eletrobras	9.065	28.809	SELIC	set/16	Mensal	6,73%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB	9.519	14.282	7,80% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	3,83%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB	36.505	40.706	TJLP + 4,00% a.a.	jun/17	Mensal	5,66%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB	2.429	3.644	8,10% a.a. (Pré)	jun/19	Mensal	3,97%	F + E
Repassse BNDES FINEM - Itaú	24.213	27.320	TJLP + 3,50% a 8,90% a.a.	dez/23	Mensal	5,41% a 8,0 4%	A
Repassse BNDES - BNB	21.501	25.256	TJLP + 3,40% a 4,40% a.a.	jan/19	Mensal	5,37% a 5,8 6%	A
Repassse BNDES - Citibank (3)	28.987	28.682	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,64% a 5,7 9%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	7.845	7.763	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,64% a 5,7 9%	A
Repassse BNDES - Bradesco (3)	5.987	5.924	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,64% a 5,7 9%	A
Repassse BNDES - Citibank (3)	21.719	20.309	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,88%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	5.878	5.497	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,88%	A
Repassse BNDES - Bradesco (3)	4.486	4.194	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,88%	A
FINAME - Itaú	32.928	35.282	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	ago/23	Mensal	1,24% A 4,8 8%	A
Parcelamento FUNASA	4.714	4.889	IPCA	dez/29	Mensal	4,62%	-
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.722)	(1.164)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	281.421	321.282					
Resolução 4131 - Itaú BBA	195.089	237.036	3,49% a.a. (Pré)	abr/18	Anual	-16,07%	A
Resolução 4131 -Citibank (1)	222.132	258.875	Libor +1,77% a 2,16% a.a.	mai/19	Anual	-16,29% a - 16,10%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	32.331	39.307	Libor + 2,5% a.a.	out/16	Final	-15,93%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	729	(4.818)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	450.281	530.400					
Total Energisa Paraíba	731.702	851.682					
Energisa Minas Gerais							
FIDIC Grupo Energisa III	15.183	15.175	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	7,07%	F
Luz para Todos - Eletrobras	6.398	7.694	5,00% a.a. (Pré)	dez/19	Mensal	2,47%	F
Subtransmissão - Eletrobras	497	637	5,00% a.a. (Pré)	fev/18	Mensal	2,47%	F
Repassse BNDES I - HSBC	-	220	TJLP + 4,30% a.a.	mai/16	Mensal	5,81%	A
Repassse BNDES II - HSBC	-	195	UMBND + 4,30% a.a. (*)	mai/16	Mensal	2,13%	A
Repassse BNDES III - HSBC	-	134	TJLP + 3,90% a.a.	mai/16	Mensal	5,61%	A
Repassse BNDES I - Itaú BBA	2.096	2.311	TJLP + 4,75% a.a.	jan/21	Mensal	6,03%	A
Repassse BNDES II - Itaú BBA	1.033	1.377	UMBND + 3,75% a.a. (*)	jan/21	Mensal	1,86%	A
Repassse BNDES III - Itaú BBA	874	964	TJLP + 5,95% a.a.	jan/21	Mensal	6,61%	A
Repassse BNDES IV - Itaú BBA	1.370	1.520	5,50% a.a. (Pré)	jan/21	Mensal	2,71%	A
Repassse BNDES V - Itaú (3)	14.911	14.756	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,64% a 5,7 9%	A
Repassse BNDES VI - Itaú (3)	10.286	9.618	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,88%	A
Repassse BNDES PER - Itaú BBA	-	186	5,50% a.a. (Pré)	mar/16	Mensal	2,71%	A
FINAME - Itaú BBA	14.169	15.140	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	abr/24	Mensal	1,24% a 4,8 8%	A
FINAME - CEF	2.926	3.194	8,70% a.a. (Pré)	jan/22	Mensal	4,26%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA	20.997	23.134	TJLP + 2,25% a 4,15% a.a.	dez/23	Mensal	4,80% a 5,7 3%	A

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros (5)	Garantias (1)
	30/06/2016	31/12/2015					
CCB - Safra (1)	46.022	66.507	CDI +3,00% a.a.	jan/17	Final	8,21%	A
CCB - BBM	15.795	15.766	CDI + 2,50% a.a.	ago/16	Final	7,96%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(441)	(119)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	152.116	178.409					
Resolução 4131 - Itaú BBA	29.180	-	4,8535% a.a. (Pré)	jul/18	Final	-15,40%	A
Resolução 4131 I - Citibank (1)	52.801	64.237	Libor + 1,36%a.a.	set/17	Final	-16,49%	A
Resolução 4131 II - Citibank (1)	101.646	56.114	Libor + 1,77% a 2,16% a.a.	mai/19	Final	-16,29% a - 16,10%	A
Resolução 4131 I - ABC	10.664	12.698	3,28% a.a. (Pré)	jul/16	Final	-16,17%	A
Resolução 4131 II - ABC	43.980	51.520	5,43% a.a. (Pré)	set/17	Final	-15,12%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	2.419	(2.374)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	240.690	182.195					
Total Energisa Minas Gerais	392.806	360.604					
Energisa Nova Friburgo							
FIDIC Grupo Energisa III	4.049	4.047	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	7,07%	F
Luz para Todos - Eletrobras	478	569	5,00% a.a. (Pré)	mai/19	Mensal	2,47%	-
Repasse BNDES I - HSBC	-	49	TJLP + 4,30% a.a.	abr/16	Mensal	5,81%	A
Repasse BNDES II - HSBC	-	45	UMBND + 4,30% a.a.	abr/16	Mensal	2,13%	A
Repasse BNDES III - HSBC	-	16	TJLP + 3,90% a.a.	abr/16	Mensal	5,61%	A
Repasse BNDES I - Itaú	833	919	TJLP + 4,75% a.a.	dez/20	Mensal	6,03%	A
Repasse BNDES II - Itaú	417	556	UMBND + 3,75% a.a.	dez/20	Mensal	1,86%	A
Repasse BNDES III - Itaú	347	383	TJLP + 5,95% a.a.	dez/20	Mensal	6,61%	A
Repasse BNDES IV - Itaú	565	628	5,50% a.a. (Pré)	dez/20	Mensal	2,71%	A
Repasse BNDES V - Itaú	2.953	3.259	TJLP + 8,10% a.a.	abr/21	Mensal	7,65%	A
Repasse BNDES VI - Itaú	1.243	1.399	SELIC + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	8,27%	A
Repasse BNDES VII - Itaú (3)	3.552	3.512	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,64% a 5,7 9%	A
Repasse BNDES VIII - Itaú (3)	2.336	2.184	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,88%	A
Repasse BNDES PER - Itaú	-	186	5,50% a.a. (Pré)	mar/16	Mensal	2,71%	A
FINAME - Itaú	1.451	1.546	2,50% a 5,50% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	1,24% a 2,7 1%	A
BNDES Automático I - Itaú	2.841	3.531	TJLP + 4,65% a.a.	jun/18	Mensal	5,98%	A
BNDES Automático II - Itaú	1.154	1.728	UMBND + 3,65% a.a.	jun/18	Mensal	1,81%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(103)	(31)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	22.116	24.526					
Resolução 4131 - Itaú BBA III	25.031	31.078	4,29% a.a. (Pré)	fev/18	Final	-15,68%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	26.481	32.216	1,36% a.a. (Pré)	set/17	Final	-17,12%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	425	(1.260)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	51.937	62.034					
Total Energisa Nova Friburgo	74.053	86.560					
Energisa Borborema							
FIDIC Grupo Energisa III	5.064	5.058	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	7,07%	F
Luz para Todos - Eletrobras	23	53	5,00% a.a. (Pré)	nov/16	Mensal	2,47%	F
Repasse BNDES I - BNB	2.875	3.458	UMBND + 3,90% a.a.	mar/23	Mensal	1,93%	A
Repasse BNDES II - BNB	8.120	8.074	TJLP + 3,90%	mar/23	Mensal	5,61%	A

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros (5)	Garantias (1)
	30/06/2016	31/12/2015					
			a.a.				
Repassse BNDES - Bradesco (3)	2.165	2.141	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,64% a 5,7 9%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	1.889	1.870	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,64% a 5,7 9%	A
Repassse BNDES - Bradesco (3)	1.819	1.702	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,88%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	1.587	1.484	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,88%	A
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB ⁽⁴⁾	2.290	3.383	7,50% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	3,68%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB ⁽⁴⁾	4.167	4.848	7,50% a.a. (Pré)	ago/19	Mensal	3,68%	F + E
FINAME - Itaú BBA	3.029	3.234	4,50% a 5,50% a.a. (Pré)	fev/21	Mensal	2,23% a 2,7 1%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA	8.815	9.505	TJLP + 3,81% a 8,10% a.a.	abr/21	Mensal	5,57% a 7,6 5%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(149)	(112)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	41.694	44.698					
Resolução 4131 - Itaú BBA	19.453	-	4,8535% a.a. (Pré)	jul/18	Final	-15,40%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	-	15.692	Libor + 2,45% a.a.	fev/16	Final	-15,95%	A
Resolução 4131 - Santander	-	11.823	2,59% a.a. (Pré)	mar/16	Final	-16,51%	A
Resolução 4131 - Santander	9.404	-	2,59% a.a. (Pré)	dez/16	Final	-16,51%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.096	36					
Total em Moeda Estrangeira	29.953	27.551					
Total Energisa Borborema	71.647	72.249					
Energisa Mato Grosso							
FIDIC Grupo Energisa IV	354.228	354.197	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	4,38%	F
FIDIC I I Grupo Energisa	486.476	-	CDI + 0,70% a.a.	mai/31	Mensal	7,07%	F
CCB - JP Morgan	-	21.085	CDI + 2,00% a.a.	mai/17	Mensal	7,72%	F
CCB - Santander (1)	32.352	32.335	CDI + 2,28% a.a.	jun/17	Mensal	7,85%	F + A
CCB - Bank of China	32.423	30.027	CDI + 2,5%	nov/16	Final	7,99%	A
FINAME - Safra	-	28	TJLP + 3,90 a 6,50% a.a.	abr/16	Mensal	5,61% a 6,8 8%	-
Luz para Todos I - Eletrobras	138.922	160.391	6,00 a 8,00% a.a. (Pré)	ago/22	Trimestral	2,96% a 3,9 2%	-
Luz para Todos II - Eletrobras	144.187	144.191	SELIC	nov/19	Mensal	6,73%	-
Repassse BNDES - Bradesco (3)	63.523	62.855	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,64 a 5,7 9%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	58.580	57.964	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,64% a 5,7 9%	A
Repassse BNDES - Bradesco (3)	53.164	49.710	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,88%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	49.026	45.843	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,88%	A
(-)Custo de captação incorrido na contratação	(3.331)	-					
Total em Moeda Nacional	1.409.550	958.626					
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	10.712	20.143	Libor + 1,50% a.a.	mai/17	Mensal	-16,42%	D
Leasing - Cessna Finance	35.805	46.744	6,75% a.a. (Pré)	set/20	Trimestral	-14,48%	C
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(52)	(298)					
Total em Moeda Estrangeira	46.465	66.589					
Total Energisa Mato Grosso	1.456.015	1.025.215					
Energisa Mato Grosso do Sul							
FIDIC Grupo Energisa IV	292.171	292.156	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	4,38%	F
FIDIC I I Grupo Energisa	221.981	-	CDI + 0,70% a.a.	mai/31	Mensal	7,07%	F
FINAME I - Safra	-	20	8,00% a.a. (Pré)	mar/16	Mensal	3,92%	B
FINAME II - Safra	-	5	TJLP + 5,70%	mar/16	Mensal	6,49%	B

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros (5)	Garantias (1)
	30/06/2016	31/12/2015					
			a.a.				
Repasse BNDES - Bradesco (3)	30.285	29.976	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,64% a 5,7 9%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	26.714	26.445	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,64% a 5,7 9%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	25.026	23.400	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,88%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	22.078	20.643	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,88%	A
Luz para Todos - Eletrobras	34.424	40.469	6,00 a 8,00% a.a. (Pré)	mai/22	Trimestral	2,96% a 3,9 2%	-
(-)Custo de captação incorrido na contratação	(1.515)	(624)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	651.164	432.490					
Resolução 4131-Bank of America ML I(1)	101.114	123.016	2,00% a.a. (Pré)	jun/17	Final	-16,80%	A
Resolução 4131-Bank of America ML II(1)	29.751	36.186	1,90% a.a. (Pré)	set/16	Final	-16,85%	A
Resolução 4131-Bank of America ML III(1)	24.499	29.788	3,52% a.a. (Pré)	ago/16	Final	-16,06%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(588)	(3.659)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	154.776	185.331					
Total Energisa Mato Grosso do Sul	805.940	617.821					
Energisa Tocantins							
Luz para Todos I - Eletrobras	28.553	38.236	6,0% a 6,5% a.a.	abr/22	Mensal	2,96% a 3,2 0%	F
Luz para Todos II - Eletrobras	67.341	67.341	SELIC	nov/19	Mensal	6,73%	-
CCB - Santander (1)	83.913	83.870	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	7,85%	F
Repasse BNDES - Bradesco (3)	54.445	53.850	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,64% a 5,7 9%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	23.915	23.654	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,64% a 5,7 9%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	39.825	37.233	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,88%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	17.492	16.354	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,88%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(2.380)	(1.680)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	313.104	318.858					
Resolução 4131 - Itaú (1)	210.608	256.180	4,04% a.a. (Pré)	abr/20	Mensal	-15,80%	F
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	42.239	51.384	1,48% a.a. (Pré)	dez/16	Final	-17,06%	A
Resolução 4131- Santander	94.751	-	3,65% a.a. (Pré)	dez/16	Final	-15,99%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	4.892	40	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	352.490	307.604					
Total Energisa Tocantins	665.594	626.462					
CAIUÁ Distribuidora de Energia							
Luz para Todos - Eletrobras	87	248	6,0% a.a. (Pré)	set/16	Mensal	2,96%	F
CCB - Santander (1)	8.594	8.589	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	7,85%	F + A
Repasse BNDES I - Itaú (3)	14.275	14.126	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,64% A 5,7 9%	A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	9.109	8.517	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,88%	A
Total em Moeda Nacional	32.065	31.480					
Resolução 4131 - Itaú BBA	83.389	101.456	3,40% a.a. (Pré)	nov/17	Mensal	-16,11%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	41.393	50.364	1,85% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	-16,88%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.019	(1.720)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	125.801	150.100					
Total CAIUÁ Distribuidora de Energia	157.866	181.580					

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros (5)	Garantias (1)
	30/06/2016	31/12/2015					
Cia Nacional de Energia Elétrica							
Luz para Todos - Eletrobras	21	53	6,0% a.a. (Pré)	set/16	Mensal	2,96	F
Repasse BNDES I - Itaú (3)	4.402	4.116	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,64% a 5,7 9%	A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	7.631	7.551	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,88%	A
Total em Moeda Nacional	12.054	11.720					
Resolução 4131 - ABC	10.664	12.699	3,28% a.a. (Pré)	jul/16	Final	-16,17%	F
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(56)	65	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	10.608	12.764					
Total Cia Nacional de Energia	22.662	24.484					
Cia Força e Luz Oeste							
Luz para Todos - Eletrobras	93	125	6,0% a.a. (Pré)	jul/18	Mensal	2,96%	F
Repasse BNDES I - Itaú (3)	2.126	2.103	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,64% a 5,7 9%	A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	1.641	1.535	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,88%	A
Total em Moeda Nacional	3.860	3.763					
Resolução 4131 - Itaú BBA	25.031	31.078	3,83% a.a. (Pré)	fev/18	Final	-15,90%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	835	101					
Total em Moeda Estrangeira	25.866	31.179					
Total Cia Força e Luz Oeste	29.726	34.942					
Empresa Vale Paranapanema							
Luz para Todos - Eletrobras	74	209	6,0% a.a. (Pré)	set/16	Mensal	2,96%	F
Repasse BNDES I - Itaú (3)	4.744	4.436	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,64% a 5,7 9%	A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	7.904	7.821	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,88%	A
Total em Moeda Nacional	12.722	12.466					
Resolução 4131 - ABC	21.328	25.396	3,28% a.a. (Pré)	abr/17	Final	-16,17%	A
Resolução 4131 - ABC	19.065	-	3,65% a.a. (Pré)	dez/16	Final	- 15,99 %	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	57	130					
Total em Moeda Estrangeira	40.450	25.526					
Total Vale Paranapanema	53.172	37.992					
Empresa Elétrica Bragantina							
Luz para Todos - diversos - Eletrobras	1.993	2.390	6,0% a.a. (Pré)	jul/22	Mensal	2,96	F
Repasse BNDES I - Itaú (3)	6.103	5.706	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,64% a 5,7 9%	A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	9.127	9.031	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,88%	A
Total em Moeda Nacional	17.223	17.127					
Resolução 4131 - Itaú	12.829	15.609	3,40% a.a. (Pré)	nov/17	Mensal	-16,11%	A
Resolução 4131 - Santander	50.124	59.305	4,74% a.a. (Pré)	dez/16	Final	-15,46%	A
Resolução 4131 - ABC	44.067	51.810	4,96% a.a. (Pré)	ago/17	Final	-15,35%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	2.736	2.935	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	109.756	129.659					
Total Empresa Elétrica Bragantina	126.979	146.786					
Energisa Soluções							
FINEP -	2.873	3.489	8,00% a.a. (Pré)	out/18	Mensal	3,92%	D
FINAME - Itaú BBA	3.247	3.461	2,50 a 6,00% a.a. (Pré)	fev/24	Mensal	1,24% a 2,9 6%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(14)	(18)	-	-	-	-	-

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros (5)	Garantias (1)
	30/06/2016	31/12/2015					
Total em Moeda Nacional	6.106	6.932					
Total Energisa Soluções	6.106	6.932					
Energisa Soluções Construções							
FINAME - Itaú BBA	4.149	4.444	6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	2,96%	A
Total em Moeda Nacional	4.149	4.444					
Total Energisa Soluções Construções	4.149	4.444					
Energisa Comercializadora							
CCB I e II - BBM	32.192	32.246	CDI + 2,50% a.a.	jul/16	Final	7,96%	-
Total em Moeda Nacional	32.192	32.246					
Total Energisa Comercializadora	32.192	32.246					
Rede Energia S/A							
Credores "RJ" - Bicbanco	4.601	4.276	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,50%	F
Credores "RJ" - BNB	10.143	9.428	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,50%	F
Total em Moeda Nacional	14.744	13.704					
Total Rede Energia S/A	14.744	13.704					
Denerge							
FI-FGTS (Reestruturado)	267.399	244.231	TR + 4,00% a.a.	nov/35	Final	2,92%	-
Total em Moeda Nacional	267.399	244.231					
Total Denerge	267.399	244.231					
Cia Téc.de Comercialização de Energia							
Credores "RJ" - BMG	3.467	3.765	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,50%	-
Total em Moeda Nacional	3.467	3.765					
Total Cia Téc.de Comerc.de Energia	3.467	3.765					
Em Moeda Nacional	3.557.361	2.849.073					
Em Moeda Estrangeira	2.407.141	2.611.367					
Energisa Consolidada	5.964.502	5.460.440					

A=Aval Energisa S/A, B=Alienação Fiduciária, C=Depósito Caução, D=Fiança, E=Fundo Reserva, F=Recebíveis

- (1) O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de junho de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas, entretanto, cabe esclarecer que:

O Bank of América em correspondências expedida em 29/06/2016, suspendeu a aplicação dos indicadores financeiros durante o período de 30 de junho de 2016 a 30 de junho de 2017.

O Citibank e Banco Itaú em correspondências de 30/06/2016, suspenderam a aplicação dos indicadores para 30 de junho de 2016 e fixaram novos indicadores até 30 de junho de 2017.

O Banco Santander e o Banco Safra em correspondências de 21/06/2016 e 17/06/2016, respectivamente, estabeleceram novos indicadores com aplicação a partir de 30 de junho de 2016 e vigência até 31 de março de 2018.

- (2) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 34).
- (3) A companhia firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S/A, Banco Bradesco S/A, Banco BTG Pactual S/A e Banco Citibank S/A, visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM já enquadrado para as treze subsidiárias de distribuição de energia elétrica controladas pela Companhia, no montante aproximado de R\$1.250.000, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e as controladas e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Companhia de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debentures de 7ª emissão (nota explicativa Nº 22).

Notas Explicativas

Até 30 de junho de 2016 foram liberados R\$660.750, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos conforme demonstrado abaixo:

Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	216.161
Energisa Mato Grosso Sul Distribuidora Energia S/A	100.367
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	131.004
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	72.299
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	38.806
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	24.351
CAIUÁ Distribuição de Energia S/A	22.621
Empresa Elétrica Bragantina S/A	14.724
Empresa de Distribuição de Energia Vale do Paranapanema S/A	12.245
Companhia Nacional de Energia Elétrica S/A	11.657
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	7.190
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	5.691
Companhia Força e Luz do Oeste	3.634
Total	660.750

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão das controladas, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativo nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de junho de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas, entretanto, cabe esclarecer que o sindicado dos bancos do FINEM (Citibank, Banco Itaú e Bradesco) em correspondência de 30/06/2016 estabeleceu novos indicadores com aplicação a partir de 30 de junho de 2016 e vigência até 30 de junho de 2017.

- (4) Considera bônus de adimplemento de 25% e 15% sobre juros para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.
- (5) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$134.618 (R\$97.109 em 31 de dezembro de 2015), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo circulante consolidado.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos período/exercício:

Moeda/indicadores	30/06/2016	31/12/2015
US\$ x R\$	-17,80%	47,01%
TJLP	3,68%	7,00%
SELIC	6,73%	13,32%
CDI	6,72%	13,24%
IPCA	4,47%	10,67%
IGP-M	6,23%	10,54%
LIBOR	0,63%	0,29%
UMB NB	0,07%	0,06%
TR	0,94%	1,80%

Em 30 de junho de 2016, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
2017	93.913	651.043
2018	80.137	1.135.789
2019	-	541.918
2020	-	256.877
Após 2020	-	1.780.971
Total	174.050	4.366.598

Notas Explicativas - alterações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Saldos em 31/12/2015 e 31/12/2014	423.411	579.408	5.460.440	4.117.034
Ajuste a valor presente	-	-	599	-
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	270.000	460.000	1.440.922	2.582.181
Custos Apropriados	-	-	(5.280)	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	(57.296)	256.714	(256.817)	1.253.479
Marcação Mercado da Dívida	813	497	31.615	(14.241)
Pagamento de principal	(224.237)	(838.585)	(550.493)	(2.330.668)
Pagamento de juros	(8.616)	(34.623)	(156.484)	(147.345)
Saldos em 30/06/2016 e 31/12/2015	404.075	423.411	5.964.502	5.460.440
Circulante	230.025	325.791	1.597.904	1.238.390
Não circulante	174.050	97.620	4.366.598	4.222.050

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos/exercícios subsequentes é como segue:

Empresas	Contratos	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018 em diante	Total
ESE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	12	25	74	111
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	15	15	-	30
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	13	12	-	25
	Banco ABC Repasse BNDES	9	18	26	53
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	28	56	93	177
	Banco Itaú BBA - BNDES	56	79	311	446
		133	205	504	842
EPB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	65	97	274	436
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	73	37	-	110
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	14	13	-	27
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	52	104	156	312
	Banco Itaú BBA - BNDES	77	155	605	837
		281	406	1.035	1.722
EMG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	12	24	71	107
	Banco Itaú BBA - BNDES	31	62	241	334
		43	86	312	441
ENF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	3	6	19	28
	Banco Itaú BBA - BNDES	7	14	54	75
		10	20	73	103
EBO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	4	8	22	34
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	10	9	-	19
	Banco Itaú BBA - BNDES	9	18	69	96
		23	35	91	149
ESOL	Finep	3	6	5	14
		3	6	5	14
ETO	Banco Santander	143	286	118	547
	Banco Itaú BBA - BNDES	170	341	1.322	1.833
		313	627	1.440	2.380
EMT	Banco Itaú BBA - BNDES	307	615	2.409	3.331
		307	615	2.409	3.331
EMS	Banco Itaú BBA - BNDES	135	269	1.111	1.515
		135	269	1.111	1.515
TOTAL		1.248	2.269	6.980	10.497

Notas Explicativas (não conversíveis em ações)

O saldo das debêntures e demais componentes a elas relacionadas, são como se segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Debentures - moeda nacional	1.583.348	1.522.526	2.420.378	2.527.853
(-) custos de captação incorridos na captação	(5.495)	(5.938)	(9.700)	(11.276)
Total	1.577.853	1.516.588	2.410.678	2.516.577
Circulante	123.243	178.783	294.418	315.749
Não Circulante	1.454.610	1.337.805	2.116.260	2.200.828

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização	Taxa efetiva de juros
	30/06/2016	31/12/2015						
ENERGISA S/A								
5ª Emissão/1ª Série	116.078	116.259	15/07/12	12.857 / 12.857	CDI + 2,3348% a.a	jul / 17	Anual, após jul.2016	7,88%
5ª Emissão/2ª Série	352.242	344.042	15/07/12	27.143 / 27.143	IPCA+10,7011% a.a	jul / 19	Anual, após jul.2018	9,83%
7ª Emissão/1ª Série	185.353	176.580	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 20	Final	8,90%
7ª Emissão/2ª Série	185.353	176.580	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 21	Final	8,90%
7ª Emissão/3ª Série	185.353	176.580	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 22	Final	8,90%
7ª Emissão/4ª Série	186.323	177.495	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 20	Final	9,62%
7ª Emissão/5ª Série	186.323	177.495	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 21	Final	9,62%
7ª Emissão/6ª Série	186.323	177.495	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 22	Final	9,62%
(-) custos de captação	(5.495)	(5.938)						
Total ENERGISA S A	1.577.853	1.516.588						
ENERGISA SERGIPE								
3ª Emissão	53.079	49.238	30/10/13	60 / 60	115,5% do CDI	out / 19	Anual	7,22%
Total ENERGISA SERGIPE	53.079	49.238						
REDE ENERGIA								
4ª Emissão	44.144	41.034	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	jul / 36	Final	0,50%
Total REDE ENERGIA	44.144	41.034						
ETO								
1ª Emissão	-	50.680						
(-) custos de captação	-	(256)						
Total ETO	-	50.424						
EMS								
7ª Emissão	393.320	405.442	31/05/14	40.000 / 40.000	CDI+2,28% a.a	mai / 21	Semestral	7,85%
(-) custos de captação	(1.982)	(2.389)						
Total EMS	391.338	403.053						
EMT								
5ª Emissão	346.487	458.933	15/05/14	45.000 / 45.000	CDI+2,28% a.a	mai / 21	Mensal, após jun.2016	7,85%
(-) custos de captação	(2.223)	(2.693)						
Total EMT	344.264	456.240						
TOTAL	2.420.378	2.527.853						
(-) custos de captação	(9.700)	(11.276)						
CONSOLIDADO	2.410.678	2.516.577						

1 - Os recursos decorrentes da 7ª emissão da Energisa fazem parte de um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR destinados ao reforço da estrutura de capital da empresa para viabilizar a modernização e expansão de suas controladas operacionais de distribuição de energia elétrica, sobretudo as controladas adquiridas da Rede Energia S/A

Em acréscimo também foi contratado sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S/A, Banco Bradesco S/A, Banco BTG Pactual S/A e Banco Citibank S/A, visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM (nota explicativa nº 21)

Notas Explicativas

De acordo com o Investimento prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Companhia de forma a adequá-lo as melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debêntures, dentre outros.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativo nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de junho de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas, entretanto, cabe esclarecer que os debenturistas da 7ª emissão, em correspondência de 30/06/2016 estabeleceram novos indicadores com aplicação a partir de 30 de junho de 2016.

As debentures estão garantidas por aval da controladora Gipar S/A

2 - Os debenturistas da 5ª emissão da Energisa, em correspondência de 23/05/2016 estabeleceram novos indicadores com aplicação a partir de 30 de junho de 2016. Em 30 de junho de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.

3- Os debenturistas da 5ª emissão de debêntures da EMT e os debenturistas da 7ª emissão de debêntures da EMS em correspondências de 29/06/2016 suspenderam a aplicação dos indicadores financeiros durante o período de 30 de junho de 2016 a 30 de junho de 2017e, estabeleceram novos indicadores para os trimestres subsequentes. Em 30 de junho de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.

4 - As debêntures de 4ª emissão da controlada Rede Energia com o Banco do Nordeste do Brasil S/A foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$292.852 de ajuste a valor presente

Em 30 de junho de 2016 as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2017	53.550	140.176
2018	160.185	321.437
2019	160.223	321.475
2020	359.874	509.127
Após 2020	720.778	824.045
Total	1.454.610	2.116.260

Os custos de captações das debêntures a serem amortizados nos períodos/exercícios subsequentes é como segue:

30/06/2016							
	Controladora			EMS	ETO	EMT	Consolidado
	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	7ª Emissão	7ª Emissão	1ª Emissão	5ª Emissão	
Exercício 2016	135	46	488	362	-	407	1.438
Exercício 2017	156	91	935	723	-	813	2.718
2018 em diante	-	144	3.500	897	-	1.003	5.544
	291	281	4.923	1.982	-	2.223	9.700

31/12/2015							
	Controladora			EMS	ETO	EMT	Consolidado
	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	7ª Emissão	7ª Emissão	1ª Emissão	5ª Emissão	
Exercício 2015	269	91	935	788	126	908	3.117
Exercício 2016	157	78	-	362	52	404	1.053
Após 2016	-	158	4.250	1.239	78	1.381	7.106
	426	327	5.185	2.389	256	2.693	11.276

Notas Explicativas ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Saldos em 31/12/2015 e 31/12/2014	1.516.588	2.124.116	2.516.577	3.173.478
Novas debêntures obtidas	-	1.042.579	-	1.042.579
Compra Deb. Tesouraria 5ª Emissão 2ª Série	(30.851)	-	(30.851)	-
Venda Deb. Tesouraria 5ª Emissão 2ª Série	4.814	-	4.814	-
Custos Apropriados	(217)	-	(217)	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial.	141.408	231.620	211.005	390.169
Pagamento de principal	-	(1.501.071)	(12.520)	(1.653.887)
Recompra de debêntures	-	(38.811)	(150.000)	(73.457)
Pagamento de juros	(53.889)	(341.845)	(128.130)	(362.305)
Saldos em 30/06/2016 e 31/12/2015	1.577.853	1.516.588	2.410.678	2.516.577
Circulante	123.243	178.783	294.418	315.749
Não circulante	1.454.610	1.337.805	2.116.260	2.200.828

Recompra de debêntures:

Controladora:

Em 29 de dezembro de 2015, a Companhia efetuou o resgate de 2.036 debêntures da 5ª emissão (1ª série) e 1.737 debêntures da 5ª emissão (2ª série) com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R\$38.811.

Controladas:

Em 04 de janeiro de 2016 e em 23 de março de 2016 a controlada Energisa Mato Grosso efetuou o resgate de 10.000 debêntures de sua 5ª emissão com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R\$100.000. Em 07 de maio de 2015, a Energisa Mato Grosso resgatou a totalidade das debentures de 2ª emissão no montante de R\$34.646, também em 04 de janeiro de 2016 a controlada Energisa Tocantins efetuou o resgate de 5.000 debêntures de sua 1ª emissão com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R\$50.000.

23 Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	20	-	280.574	329.690
Encargos Sociais	547	462	16.367	22.356
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (b)	-	-	114.257	83.911
Contribuição Social s/ o Lucro - CSSL (b)	-	-	51.267	34.290
Contribuições ao PIS e a COFINS	967	1.149	94.262	126.677
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	483	1.465	1.858	2.169
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.128	1.007	5.896	6.569
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta - CPRB	-	-	366	767
Outros	256	308	11.482	12.217
Total	3.401	4.391	567.561	618.646
Circulante	3.401	4.391	419.872	480.206
Não Circulante	-	-	156.457	138.440

(a) ICMS - as controladas CAIUÁ, CNEE, EEB e EDEVP, possuem liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda", com depósito judicial, enquanto a controlada EMG possui valores de ICMS sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres, que se encontra suspenso por liminares dos consumidores no montante de R\$11.920 (R\$11.646 em 31 de dezembro de 2015) (vide nota explicativa nº 7).

(b) IRPJ e CSSL - as controladas EMG, ENF, EPB, EBO e ESE, possuem liminar suspendendo a cobrança de IRPJ e CSSL incidentes sobre juros e acréscimos moratórios cobrados nas notas fiscais/contas de energia elétrica.

Todos os valores citados nos itens (a) e (b) encontram-se demonstrados no passivo não circulante.

Notas Explicativas - consolidado

	30/06/2016	31/12/2015
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	125.566	172.625
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	3.248	4.873
Ministério de Minas e Energia - MME	1.609	2.485
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	130.058	118.704
Programa de Eficiência Energética - PEE	215.866	226.396
Total	476.347	525.083
Circulante	258.820	372.295
Não-circulante	217.527	152.788

O contrato de concessão das controladas estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº 12.212 de 21 de janeiro de 2010.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

25 Parcelamento de impostos - consolidado

As controladas possuem parcelamentos de impostos junto as secretarias estaduais e federais, que inclui os respectivos benefícios e reduções, distribuídos da forma a seguir. Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices adotados por cada UF:

Descrição	EMT	REDE SUL	30/06/2016	31/12/2015
PIS	-	-	-	9
COFINS	-	735	735	1.199
ICMS	1.484	86.733	88.217	93.939
TOTAL	1.484	87.468	88.952	95.147
Circulante	1.484	13.307	14.791	17.116
Não Circulante	-	74.161	74.161	78.031

As Controladas CAIUÁ (CAIUÁ), Nacional (CNEE), Paranapanema (EDEVP), Bragantina (EEB) e Força e Luz do Oeste (CFLO) possuem parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo e Paraná (ELO) no montante R\$ 86.733 (R\$91.041 em 31 de dezembro de 2015) sendo: R\$ 27.867 (R\$29.170 em 31 de dezembro de 2015) na CAIUÁ, R\$ 16.123 (R\$ 16.877 em 31 de dezembro de 2015) na CNEE, R\$ 20.763 (R\$21.735 em 31 de dezembro de 2015) na EDEVP, R\$ 20.652 (R\$21.616 em 31 de dezembro de 2015) na EEB e R\$ 1.328 (R\$1.643 em 31 de dezembro de 2015) na CFLO.

Notas Explicativas do período de 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	Valor original	Multa	Juros	30/06/2016	31/12/2015
PIS	-	-	-	-	9
COFINS	469	52	214	735	1.199
ICMS	54.157	6.120	27.940	88.217	93.939
TOTAL	54.626	6.172	28.154	88.952	95.147
Circulante	9.084	1.025	4.682	14.791	17.116
Não Circulante	45.542	5.147	23.472	74.161	78.031

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	30/06/2016	31/12/2015
2017	14.527	16.149
2018	14.710	13.958
2019	13.455	12.723
2020	12.475	11.744
Após	18.994	23.457
Total - não circulante	74.161	78.031

26 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - consolidado

Risco provável - composição e movimentações

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total 30/06/2016	Total 31/12/2015
Saldos iniciais - 31/12/2015 e 31/12/2014	209.669	322.138	40.822	572.629	629.114
Provisão para riscos	46.986	58.506	6.331	111.823	223.439
Reversões de provisões	(29.762)	(51.148)	(9.098)	(90.008)	(225.181)
Pagamentos	(11.393)	(30.963)	-	(42.356)	(98.911)
Atualização	10.253	15.418	2.295	27.966	44.168
Saldos finais - Não Circulante 30/06/2016 e 31/12/2015	225.753	313.951	40.350	580.054	572.629
Depósitos e cauções vinculados (*)				(121.159)	(101.015)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$208.668 (R\$194.710 em 31 de dezembro de 2015). Desse total, R\$87.509 (R\$93.695 em 31 de dezembro de 2015) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Perdas prováveis - consolidado

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações;

No período findo em 30 de junho de 2016 foram constituídas cerca de R\$46.986 de aumento de provisões trabalhistas, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões sobre o recebimento de horas extras, adicional periculosidade, sobreavisos. Entretanto as controladas realizaram pagamentos da ordem de R\$11.393, e por consequência reverteram provisões de R\$29.762. Os arquivamentos dos processos estão basicamente relacionados às ações de empregados que discutiam o recebimento de horas extras e de sobreaviso, bem como de ações relacionadas a indenizações de danos morais e materiais, decorrentes de acidentes de trabalho, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente à Companhia e controladas, encerradas por acordo de pagamento.

Notas Explicativas

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) Acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Existem ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

As provisões cíveis no período foram incrementadas em mais R\$58.506, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões suscitadas por consumidores, sobre os valores que compõe as faturas das notas fiscais/conta de energia elétrica e suspensão de fornecimento, bem como danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétricas. Entretanto as controladas realizaram pagamentos da ordem de R\$30.963, e por consequência reverteram provisões de R\$51.148. Os arquivamentos dos processos está basicamente relacionado as ações envolvendo questionamento dos valores nas faturas, danos decorrentes de variações na tensão elétrica e danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétrica, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente e encerradas por acordo de pagamento.

Principais processos:

Controlada EMS

. Ação de desapropriação, no montante de R\$42.896 (R\$44.779 em 31 de dezembro de 2015), movida pelo espólio de Filomeno João Pires Filho, alegando que foram edificadas instalações de energia elétrica em alguns lotes de sua propriedade.

• Fiscais

Referem-se a discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foram estimados como provável para as controladas diretas e indiretas.

A Companhia e suas controladas estão sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Principais processos:

Controlada EMT

.Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, no montante de R\$10.878 (R\$10.182 em 31 de dezembro de 2015), com exigencia de valores relativos à devolução de ICMS incidentes sobre a demanda medida no período de janeiro a dezembro de 2009 por falta de inclusão da base de cálculo de ICMS das contribuições de PIS e COFINS.

. Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com montante envolvido de R\$12.141 (R\$11.364 em 31 de dezembro de 2015), relativos à devolução indevida de ICMS incidente sobre a demanda medida do período de janeiro de 2010 a dezembro de 2013.

- Energisa ETO

. Cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa, no montante envolvido de R\$4.251 (R\$3.979 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$3.162 (R\$2.960 em 31 de dezembro de 2015).

Perdas possíveis - Consolidado

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$3.519.452 (R\$3.263.613 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

- **Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$133.462 (R\$137.622 em 31 de dezembro de 2015), no consolidado, referem-se aos seguintes objetos: discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$1.471.374 (R\$1.682.137 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa; bem como as ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que se encontram em processo de defesa administrativa.

Principais processos:

Controladora:

Em 25 de abril de 2016, a Companhia e sua controlada Energisa Soluções (requeridas) foram comunicadas sobre o requerimento de instauração de arbitragem, em curso perante o Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil Canadá, formulado pela São João Energética (requerente).

O pedido formulado pelo requerente tem por base a suposta violação do contrato de compra e venda de ações e/ou quotas, assinado em 19 de novembro de 2014, mediante o qual as requeridas pactuaram a venda à requerente de três fundos de investimentos, contratualmente denominados FIP Eólicas, FIP Biomassa e FIP PCH. Por meio de alienação desses fundos, as requeridas, indiretamente, venderam à requerente as quotas ou ações de determinadas sociedades, pertencentes aos aludidos fundos de investimento.

Tendo em vista que o procedimento arbitral ainda se encontra em sua fase inicial, sendo ainda necessária a produção de provas pelas partes para fundamentar as suas alegações, os consultores jurídicos entendem que as chances de perda dessa causa são “possíveis”.

As requerentes atribuíram à controvérsia o valor estimado de R\$51.089.

Controladas:

- EMG

. Ação cível coletiva, no montante de R\$14.342 (R\$14.079 em 31 de dezembro de 2015), por meio da qual a Associação Brasileira de Consumidores contesta valores recebidos pelas Distribuidoras por conta de reajustes supostamente concedidos a maior. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia da controlada da EMG.

. Ação cível coletiva, no montante de R\$8.605 (R\$8.447 em 31 de dezembro de 2015), por meio da qual a Associação de Defesa de interesses coletivos contesta valores recebidos pelas Distribuidoras por conta de reajustes supostamente concedidos a maior. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia da controlada da EMG.

Notas Explicativas

. Ação cível coletiva, no montante de R\$8.609 (R\$8.948 em 31 de dezembro de 2015), por meio da qual a Associação de Defesa de interesses coletivos contesta valores recebidos pelas Distribuidoras por conta de reajustes supostamente concedidos a maior. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia da controlada da ESE.

- EMS

. Ação cível coletiva, no montante de R\$156.339 (R\$148.132 em 31 de dezembro de 2015), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública, no montante de R\$77.666 (R\$73.589 em 31 de dezembro de 2015), por meio da qual o Ministério Público Estadual, requer que a controlada EMS seja impedida, em caso de furto de energia, de cobrar o débito retroativo apurado e interromper o fornecimento de energia, bem como a ser condenada a devolver em dobro os valores cobrados com base no procedimento combatido.

. Ação cível pública, no montante de R\$58.558 (R\$55.484 em 31 de dezembro de 2015), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM. O impacto no caso de perda do processo é mínimo, implicando na devolução de valores, na atual fase processual, o impacto é inestimável.

- EMT

. Ação de indenização, no montante de R\$64.858 (R\$61.454 em 31 de dezembro de 2015), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, com o objetivo de obter ressarcimento por danos materiais e morais fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização, no montante de R\$36.755 (R\$34.825 em 31 de dezembro de 2015), movida por Dyego Rodrigo Barbosa Duarte e Darlene Pereira de Alencar, com o objetivo de obter ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

- Rede Energia

. Ação de execução por quantia certa, com montante envolvido de R\$156.109 (R\$145.106 em 31 de dezembro de 2015), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pela Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da Companhia vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial.

. Ação civil pública, com pedido de antecipação de tutela, ajuizada pelo Ministério Público Federal, no montante envolvido de R\$157.236 (R\$145.892 em 31 de dezembro de 2015), por meio da qual pretende anular a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 3.731, de 30/12/2012, que autorizou a CELPA a destinar para investimentos na área de concessão os recursos decorrentes das compensações devidas a seus consumidores por transgressões aos limites dos indicadores de qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica, no período de 29/02/2012 a 07/08/2015.

. Ação na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de SP, não sendo possível estimar os valores envolvidos no referido processo tendo em vista que o processo de recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira das sociedades envolvidas. Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Os credores Raizen, Banco do Nordeste, Petros e os Bondholders apresentaram manifestações se opondo ao encerramento da recuperação judicial e até o momento, o requerimento de encerramento da recuperação judicial ainda não foi apreciado.

• Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$1.914.616 (R\$1.443.854 em 31 de dezembro de 2015), no consolidado, referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia a locados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

Notas Explicativas

Principais processos:

Controladora:

- Auto de infração objetivando a cobrança de IOF no período de 2003 a 2005, sobre adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC em favor da controlada Energisa SE, no montante envolvido de R\$49.624.

Controladas:

- ETO

. Cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa, no montante envolvido de R\$136.058 (R\$127.351 em 31 de dezembro de 2015).

. Cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$63.612 (R\$59.541 em 31 de dezembro de 2015).

- ESE

. Auto de infração com montante envolvido de R\$148.505 (R\$139.002 em 31 de dezembro de 2015), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da controlada ESE, bem como o suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

- EPB

. Auto de infração com montante envolvido de R\$95.230 (R\$89.136 em 31 de dezembro de 2015), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da controlada EPB, bem como o suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

. Processo administrativo com montante envolvido de R\$39.846 (R\$37.295 em 31 de dezembro de 2015), pelo qual a Receita Federal autuou de forma reflexa o lançamento suplementar de IRPJ dos fatos geradores de 2001 e 2002 e anos calendários de 2005 e 2006, cobrando glosas de deduções de despesas, variações monetárias passivas, adições não computadas na apuração do lucro real e compensações não autorizadas.

- EMS

. Auto de infração com montante envolvido de R\$56.600 (R\$53.031 em 31 de dezembro de 2015), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

- EMT

. Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com montante envolvido de R\$57.182 (R\$53.031 em 31 de dezembro de 2015), com cobrança de ICMS relativo ao período de janeiro de 2010 a janeiro de 2012, sob o fundamento de que a Companhia supostamente teria se apropriado indevidamente de crédito fiscal relativo ao diferencial de alíquota pelas aquisições de bens destinados ao ativo permanente.

. Ação Anulatória no montante envolvido de R\$45.869 (R\$42.934 em 31 de dezembro de 2015) objetivando a declaração de nulidade dos débitos cobrados no processo administrativo referente à autuação fiscal invalidando tomada de ICMS referente ao diferencial de alíquota (DIFAL) decorrente da aquisição de mercadorias para compor o ativo permanente da empresa no período de janeiro de 2008 a janeiro de 2010. Exigibilidade do crédito encontra-se suspensa em virtude de seguro garantia apresentado.

. Processo envolvendo ICMS sobre a demanda de energia, de compensação de débitos fiscais, com investimentos realizados pela Companhia no sistema elétrico, no âmbito dos Decretos Estaduais n°s 1.171/2012 e 2.042/2013 (Lei da Copa).

Com relação ao processo referente a incidência do ICMS sobre a demanda de energia, que deixou de ser arrecadado em virtude de decisões judiciais determinando a suspensão da exação, anteriormente obtidas por consumidores, a controlada indireta EMT vem mantendo discussões com a Secretaria da Fazenda do Mato Grosso, após a cassação das referidas decisões judiciais e restabelecimento da exação, de modo a compor a forma mais eficaz de, atuando como agente intermediário entre o Estado e os consumidores derrotados no questionamento judicial, propiciar meios de o Estado obter a arrecadação do tributo. As discussões envolvem consumidores industriais e comerciais organizados por seus respectivos órgãos de classe, que representam os principais

Notas Explicativas

Sobre demanda, para construção de proposta conjunta a ser levada ao Estado, que permita o recolhimento do tributo em plano de parcelamento específico, preferencialmente mediante adesão direta pelos consumidores. Em 30 de junho de 2016, o processo de ICMS sobre demanda montava em R\$608.236 (R\$569.027 em 31 de dezembro de 2015), para o qual a controlada não constituiu provisão baseada na avaliação de seus consultores jurídicos.

. Autuação fiscal da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso, no montante de R\$215.375, invalidando transferência de crédito relativa ao contrato de cessão de crédito celebrado entre a controlada e DUNAX, na apuração do ICMS devido mensalmente. Alegação: (i) suposto recolhimento a menor do ICMS, por ter apropriado crédito fiscal em montante superior ao permitido pela legislação; e (ii) ausência de enquadramento ao convênio ICMS 85/2011.

Uso de estimativas: as controladas registraram provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

27 Taxas regulamentares - consolidado.

	30/06/2016	31/12/2015
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	66.846	66.863
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	106.635	106.637
Total	173.481	173.500
Circulante	49.064	20.373
Não circulante	124.417	153.127

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobras pelas controladas indiretas EMT, ETO, CFLO, CAIUÁ, CNEE, EEB e EDEVP, conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros SELIC incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais; (ii) Os débitos em atraso referente ao Proinfa e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas. Os parcelamentos das controladas CFLO, CAIUÁ, CNEE, EEB e EDEVP foram totalmente liquidados.

28 Incorporação de redes - consolidado.

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, n.º 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, n.º 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS e ETO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica das controladas EMT e ETO, em áreas rurais no Mato Grosso e Tocantins, foi prorrogado para 2020 e 2018, respectivamente. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória n.º 1993 (EMT) e n.º 1994 (ETO), publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 15 de dezembro de 2014.

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Notas Explicativas

Descrição	30/06/2016	31/12/2015
Saldos em 31/12/2015 e 31/12/2014	294.625	363.293
Adição	18.753	53.996
Atualização monetária	27.904	42.590
Baixas/ pagamentos (*)	(22.198)	(165.254)
Saldos em 30/06/2016 e 31/12/2015	319.084	294.625
Circulante	106.004	109.463
Não circulante	213.080	185.162

(*) No período findo em 30 de junho de 2016, R\$17.995 refere-se a pagamentos (R\$149.546 em 31 de dezembro de 2015 e R\$15.708 a processos indeferidos).

29 Patrimônio líquido

29.1 Capital Social

O capital social é de R\$1.260.000 (R\$1.260.000 em 31 de dezembro de 2015), representando 1.336.599.980 (1.336.599.980 em 31 de dezembro de 2015) ações nominativas, sendo 641.553.423 (641.553.423 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias e 695.046.557 (695.046.557 em 31 de dezembro de 2015) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 169.024.472 (169.024.472 em 31 de dezembro de 2015).

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.626.300.000 em ações ordinárias e até 1.373.700.000 em ações preferenciais.

A Companhia mantém em tesouraria para cancelamento e/ou alienação 4.368.045 (4.368.045 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias e 17.529.630 (17.529.630 em 31 de dezembro de 2015) ações preferenciais. O montante em Units é de 4.368.045 e o valor mercado dessas ações em 30 de junho de 2016 corresponde a R\$74.423 (R\$61.319 em 31 de dezembro de 2015).

29.2 Transação de capital - transações entre sócios

	30/06/2016	31/12/2015
Saldo inicial - 31/12/2015 e 31/12/2014 - ajustado	(26.973)	(14.701)
Transações entre sócios - reflexo (1)	(21.124)	(9.879)
Ganho apurado com novas aquisições de participação em controladas diretas e indiretas (2)	102	(2.393)
Saldo final - 30/06/2016 e 31/12/2015	(47.995)	(26.973)

(1) Inclui parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 34.

(2) A Companhia apurou no período findo em 30 de junho de 2016, ganho de R\$102 referente a compra de ações de não controladores, no montante de R\$60 e perdas de R\$2.393 em 31 de dezembro de 2015 (referente a compra de ações de não controladores no montante de R\$248), nas novas aquisições de ações de controladas diretas e indiretas conforme detalhado na nota explicativa nº 17. As alterações na participação em controladas não devem impactar o resultado, pois se tratam de operações realizadas entre os acionistas da Companhia.

29.3 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

29.4 Resultado de Incentivos - reserva de redução de imposto de renda (controladas)

Notas Explicativas

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			30/06/2016	31/12/2015
EPB(*)	SUDENE	197/2012	-	39.535
ESE(*)	SUDENE	205/2012	-	17.575
EBO	SUDENE	206/2012	3.594	8.001
EMT(*)	SUDAM	114/2014	26.221	-
ETO	SUDAM	113/2014	4.050	10.165
Total			33.865	75.276

(*) As controladas EPB e ESE não apuraram base de cálculo do Lucro da Exploração no período findo em 30 de junho de 2016. No exercício de 2015 a controlada EMT não apurou base de cálculo do Lucro da Exploração.

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados à reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

30 Receita operacional

30.1 Receita operacional bruta - controladora

	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015
Receita operacional				
Serviços especializados (*)	19.897	37.372	16.162	31.771
Deduções a receita operacional				
PIS	(335)	(623)	(266)	(524)
COFINS	(1.544)	(2.872)	(1.229)	(2.415)
ISS	(406)	(756)	(323)	(637)
Receita operacional líquida	17.612	33.121	14.344	28.195

(*) Referem-se aos serviços administrativos prestados as controladas.

Notas Explicativas

	30/06/2016				30/06/2015			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2016 à 30/06/2016	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2015 à 30/06/2015
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	5.265.101	5.141.321	1.551.019	3.277.324	5.143.095	4.961.998	1.591.119	2.958.289
Industrial	47.974	1.586.534	446.257	917.692	59.257	1.878.111	605.203	1.076.128
Comercial	465.443	2.782.884	860.249	1.809.783	466.604	2.813.305	937.671	1.716.799
Rural	590.954	1.216.439	274.269	553.904	585.908	1.168.222	271.179	493.669
Poder Público	61.762	660.233	198.944	395.712	61.350	654.333	208.553	369.085
Iluminação Pública	6.414	693.653	108.867	229.660	6.140	676.400	126.015	215.925
Serviço Público	7.411	508.902	106.733	221.269	7.082	513.217	115.992	205.685
Consumo Próprio	1.400	19.958	-	-	1.331	17.795	-	-
Subtotal	6.446.459	12.609.924	3.546.338	7.405.344	6.330.767	12.683.381	3.855.732	7.035.580
Suprimento	2	1.662.193	115.229	217.788	2	936.297	115.137	240.111
Fornecimento não Faturado Líquido	-	(163.257)	(61.062)	(101.952)	-	(189.803)	(31.237)	70.771
Venda de energia comercializada	320	1.064.913	112.933	212.718	235	1.010.088	125.221	220.334
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	-	-	170.048	334.046	-	-	130.380	226.358
Serviços Especializados	-	-	32.433	70.061	-	-	12.079	33.021
Receita de construção (1)	-	-	362.612	621.820	-	-	319.668	529.619
(-) Ultrapassagem Demanda (2)	-	-	(7.732)	(11.747)	-	-	(7.314)	(12.888)
(-) Excedentes de Reativo	-	-	(12.272)	(22.368)	-	-	(8.560)	(17.647)
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva (3)	-	-	(237.973)	(451.077)	-	-	16.651	15.822
Outras receitas operacionais	-	-	22.597	51.797	-	-	30.777	54.015
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	212.317	392.517	-	-	188.168	409.292
Total - receita operacional bruta	6.446.781	15.173.773	4.255.468	8.718.947	6.331.004	14.439.963	4.746.702	8.804.388
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	816.535	1.700.038	-	-	852.835	1.566.657
PIS	-	-	65.714	135.170	-	-	70.286	134.205
COFINS	-	-	303.126	623.058	-	-	320.882	615.043
CPRB	-	-	1.124	2.408	-	-	-	-
ISS	-	-	3.458	6.372	-	-	1.803	3.207
Deduções Bandeiras Tarifárias (4)	-	-	(2.900)	(1.086)	-	-	69.617	119.106
Programa de Eficiência Energética - PEE -	-	-	10.962	23.055	-	-	10.749	22.753
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	363.086	727.430	-	-	444.097	588.908
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	10.962	23.055	-	-	10.751	22.755
Taxa de Fiscaliz dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	3.958	7.665	-	-	-	-
Total - deduções da receita operacional	-	-	1.576.025	3.247.165	-	-	1.781.020	3.072.634
Total - receita operacional líquida	6.446.781	15.173.773	2.679.443	5.471.782	6.331.004	14.439.963	2.965.682	5.731.754

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

Notas Explicativas

(2) Inclui R\$8.837, R\$806 em 31 de dezembro de 2015) de receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, contabilizado em contrapartida de outros passivos financeiros setoriais, pelas controladas diretas EMG e ENF e indiretas ETO, CAIUÁ, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO, conforme Despacho ANEEL nº245/2016.

(3) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no período findo em 30 de junho de 2016 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.

(4) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL através do Ofício nº 185 de 08/04/2015 estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pelas controladas referentes as bandeiras tarifárias no período findo em 30 de junho de 2016, foram de R\$225.847 (R\$505.403 em 30 de junho de 2015), tendo recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT) o montante de R\$1.086 em 30 de junho de 2016 e repassados a CCRBT o montante de R\$119.106 em 30 de junho de 2015. Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das Companhias no 1º semestre de 2016 foi de R\$226.933 (R\$386.297 em 30 de junho de 2015).

Em 30 de junho de 2015, o “reembolso do Fundo CDE - bandeira tarifária” foi originalmente registrado na demonstração do resultado na rubrica “energia elétrica comprada para revenda”. Para fins de comparabilidade, a Companhia reclassificou o montante de R\$396.297 para a rubrica “Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT”.

Para os meses de janeiro a junho de 2016 e 2015 a Aneel homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	30/06/2016	30/06/2015
Janeiro	Despacho 265 de 01 de fevereiro de 2016 (nº 583 de 4 de março de 2015)	(24)	(9.828)
Fevereiro	Despacho 797 de 30 de março de 2016 (nº 8.297 de 30 de março de 2015)	(48)	(9.719)
Março	Nº 1.061 de 02 de maio de 2016(Nº1.356 de 4 de maio de 2015)	-	(18.205)
Abril	Nº 1.431 de 31 de maio de 2016(Nº1.743 de 29 de maio de 2015)	-	(26.694)
Maio	Nº 1.734 de 29 de junho de 2016 (Nº 2.131 de 30 de junho de 2015)	1.158	(20.240)
Junho	Valor a ser homologado	-	(34.420)
Total		1.086	(119.106)

31 Custo de Energia Elétrica comprada para revenda-consolidado

	MWH (2)		Energia elétrica comprada p/revenda			
	30/06/2016	30/06/2015	01/04/2016	01/01/2016	01/04/2015	01/01/2015
			a 30/06/2016	a 30/06/2016	a 30/06/2015	a 30/06/2015
Energia de Itaipú - Binacional	1.611.215	1.571.423	160.514	337.290	234.333	386.332
Energia de leilão	6.579.928	5.786.516	533.374	1.236.244	543.030	1.303.507
Energia bilateral e outros suprimentos	4.462.557	5.108.185	514.095	911.936	625.779	1.128.559
Cotas de Angra REN 530/12 (3)	468.296	478.156	47.189	94.849	45.164	84.216
Energia de curto prazo - CCEE	49.160	471.318	66.784	154.737	266.195	509.207
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	4.061.888	2.962.428	118.386	233.333	55.473	102.369
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	310.493	297.212	56.706	113.415	39.778	79.552
Ressarcimento pela exposição térmica (1)	-	-	-	-	-	(146.363)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(136.680)	(274.439)	(125.431)	(259.231)
Total	17.543.537	16.675.238	1.360.368	2.807.365	1.684.321	3.188.148

(1) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$146.363.

Os valores referentes ao Despacho já foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Notas E

Os montantes foram registrados no resultado do período pelas respectivas controladas como redução de custo de energia comprada e sobre eles incidem os encargos de PIS e COFINS.

(2) Informações não revisada pelos auditores independentes.

(3) Contempla valor de REN 1585/2013.

32 Cobertura de seguros

A Energisa e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das informações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas é como segue:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura securitária (R\$ mil)	Controladora	Consolidado
			30/06/2016 e 31/12/2015	30/06/2016 e 31/12/2015
Riscos operacionais	23/10/2016	43.000	17	1.913
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2016	50.600	9	2.612
Automóveis -Danos Materiais e Corporais a terceiros	30/11/2016	Até 360/ veículo	8	1.272
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	04/10/2016	10.000	-	116
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	12/12/2016	898	-	8
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2016	251.600	-	269
Compreensivo Empresarial	16/04/2017	620	-	5
Vida em Grupo -Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2016	116.096	135	2.058
Multirrisco Hangar	20/11/2016	2.500	-	4
RC Hangar	20/11/2016	41.603	-	27
Transportes	30/01/2017	Até 2.000/ transporte	-	180
			169	8.464

Riscos Operacionais

Na apólice contratada foram destacados prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento / inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para danos morais, materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

Notas Explicativas

A apólice contratada possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis.

Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Geral Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em eventuais sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais e morais.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente e total por doença e auxílio funeral de seus empregados.

Transportes

Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

Compreensivo Empresarial

A apólice garante proteção contra incêndio, raio, explosão, implosão, danos elétricos, quebra de vidros, perda ou pagamento de aluguel. Estão cobertos os bens maquinismo, móveis e utensílios dos andares do prédio na Avenida Paulista - SP e do escritório na QD 701, Conj. D-Bloco B, Brasília-DF.

Responsabilidade Civil - Hangar

Apólice contratada possui cobertura securitária para Danos Materiais e Corporais, Estéticos e Morais, além de responsabilidade civil de veículos circulando em Aeroportos.

Seguro Aeronáutico

O seguro de Responsabilidade Civil (RETA) e Casco (LUC) garante a cobertura securitária da aeronave e de danos materiais e/ou corporais causados aos passageiros, tripulantes e terceiros.

33 Arrendamento mercantil - consolidado

As controladas Energisa Serviços Aéreos e Energisa Mato Grosso possuem arrendamento mercantil no montante de R\$8.462 (R\$9.039 em 31 de dezembro de 2015) referentes a veículos e aeronave, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, com prazo de duração de 36 a 120 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI.

No período findo em 30 de junho de 2016, a Companhia em atendimento ao CPC-06 (R1) (Operação de Arrendamento Mercantil), reconheceu os montantes de R\$3.170 (R\$5.759 em 31 de dezembro de 2015), como despesa de depreciação e de R\$1.633 (R\$3.097 em 31 de dezembro de 2015) como despesa financeira referente aos encargos dos contratos.

Notas Explicativas **Condições contratuais do arrendamento mercantil em 30 de junho de 2016 da controlada EMT:**

Operação	Vencimento	Características da Operação			Custo da Dívida		
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR(Taxa efetiva de juros)
CESSNA FINANCE	29/09/2020	Trimestral	Depósito Caução	120	Dólar	6,75%	-14,42%

A liquidação dos contratos em moeda estrangeira no montante de R\$35.805 (R\$46.744 em 31 de dezembro de 2015), será finalizada em 29 de setembro de 2020.

Em 30 de junho de 2016, os contratos classificados no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2016
2017	4.488
2018	8.975
2019	8.975
2020	6.731
Total	29.169

34 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	30/06/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	2	224.715	224.715	222.737	222.737
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	2	134.893	134.893	51.581	51.581
Clientes	2	8.452	8.452	5.808	5.808
Instrumentos financeiros derivativos	2	4.108	4.108	106.025	106.025
Créditos com partes relacionadas	2	767.170	767.170	717.411	717.411

Controladora					
	Nível	30/06/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos					
Fornecedores	2	1.722	1.722	1.703	1.703
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2	1.981.928	1.988.482	1.939.999	1.948.067
Instrumentos financeiros derivativos	2	68.673	68.673	47.679	47.679
Débitos com partes relacionadas	2	274.980	274.980	228.573	228.573

Notas Explicativas

Consolidado					
	Nível	30/06/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	2	1.076.688	1.076.688	1.083.627	1.083.627
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.333.945	1.333.945	816.130	816.130
Clientes, consumidores e concessionárias	2	2.058.172	2.058.172	2.194.510	2.194.510
Títulos de créditos a receber e outros	2	30.625	30.625	6.300	6.300
Ativo financeiro setorial	3	906.391	906.391	1.062.905	1.062.905
Contas a receber da concessão	3	3.089.218	3.089.218	2.858.710	2.858.710
Instrumentos financeiros derivativos	2	301.326	301.326	487.628	487.628

Consolidado					
	Nível	30/06/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos					
Fornecedores	2	1.324.960	1.324.960	1.530.887	1.530.887
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2	8.375.180	8.398.101	7.977.017	7.985.923
Parcelamento de impostos	2	88.952	88.952	95.147	95.147
Passivo financeiro setorial	3	916.838	916.838	637.843	637.843
Taxas regulamentares	2	173.481	173.481	173.500	173.500
Instrumentos financeiros derivativos	2	302.139	302.139	176.773	176.773
Instrumento financeiro - MTM (*)	2	358.985	358.985	337.854	337.854

(*) A controlada EEVP e a BNDESPAR assinaram contrato assegurando à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer, em face da controlada, a opção de venda de até 67.642.986 ações preferenciais de emissão da Rede Energia S/A, de propriedade da BNDESPAR. A opção de venda de até a totalidade das ações poderá ser exercida pela BNDESPAR, dentro do prazo de 60 dias a contar de 03/01/2019.

Em 4 de fevereiro de 1999, a controlada EEVP, o BNDES Participações ("BNDESPAR") e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior (antigo acionista do grupo Rede), celebraram Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de Emissão da Rede Energia S/A - em recuperação judicial (atual denominação da CAIUÁ Serviços de Eletricidade S/A), atualizados pelos Aditivos n°1, n°2, n°3 e n°4 de 29 de março de 2006, 9 de agosto de 2007, 27 de abril de 2010 e 1 de agosto de 2013, respectivamente.

Em 31 de março de 2014, foi celebrado entre a controlada EEVP, BNDESPAR, a Energia S/A e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior o Aditivo n°5 e Consolidação do Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de emissão da Rede Energia S/A - em recuperação judicial. As partes negociaram que a controlada EEVP outorgará à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer a opção de venda de até 67.642.986 ações preferenciais de emissão da Rede Energia S/A - em recuperação judicial. A referida opção de venda de ações poderá ser exercida dentro do prazo de 60 dias, a partir de 03 de janeiro de 2019. O referido Aditivo n°5 estava condicionado à transferência para a Energia S/A, do controle acionário indireto da controlada EEVP e da Rede Energia.

Preço de exercício

Caso a opção seja exercida, a controlada EEVP e/ou a Energisa S/A pagarão à BNDESPAR pela totalidade das ações o valor de R\$390.800, atualizados pela variação da TJLP, acrescida de 1,76% ao ano, a partir de 01 de julho de 2013.

O preço de exercício da opção poderá ser pago em moeda corrente nacional ou por meio de aumento de capital social da Energisa S/A, composto por 4 ações preferenciais e 1 ação ordinária ("Units"), a exclusivo critério da controlada EEVP e/ou da Energisa S/A.

Na hipótese de pagamento por meio de aumento de capital da Energisa S/A, o preço de cada ação ordinária e preferencial a ser emitida será de valor suficiente para perfazer o montante de R\$14,40 por Unit, atualizados a partir de 01 de julho de 2013. Caso o valor da Units for inferior a 25% do preço médio ponderado nos 60 pregões anteriores, a Energisa irá indenizar o BNDESPAR o valor de tal diferença no prazo de até 5 dias da integralização de capital.

O preço de exercício e a quantidade de Units serão ajustados sempre que houver aumentos de capital por bonificação, desdobramentos ou grupamentos de ações ou Units de emissão da Energisa S/A.

Garantias

A controlada EEVP deverá constituir em favor do BNDESPAR, como garantia do cumprimento da obrigação de compra das ações preferenciais acima citadas, a caução de no mínimo, 117.643.852 ações ordinárias de emissão da Rede Energia, de sua propriedade.

A caução de ações deverá representar, a qualquer tempo, no mínimo, 40% do capital votante da Rede Energia S/A.

Notas Explicativas

O preço de exercício - R\$9,05/ação - calculado pelo preço de exercício inicial de R\$5,78/ação acrescido de TJLP + 1,76% a. a. acumulada entre 01 de julho de 2013 até 30 de junho de 2016 e projetado até a data de exercício com TJLP de 7,5% + 1,76% a.a. A taxa livre de risco utilizada no cálculo é de 12,41% a.a. e volatilidade média ponderada do período foi de 41,71% a.a. Em 30 de junho de 2016, o preço de fechamento da ação do Rede foi de R\$1,63/ação.

A quantidade de ações da Put é de 67.642.986 e o prazo de exercício é de 60 dias contados a partir de 03 de janeiro de 2019.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos e passivos financeiros setoriais e o contas a receber da concessão como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do período de R\$103.819, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgados nas notas explicativas nº 12 e 16.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, contas a receber da concessão, ativos financeiros setoriais. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas manifestarem intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Notas Explicativas pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobras, BNB, BNDES, BDMG e Finep, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros referente aos empréstimos com bancos comerciais que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses, o FIDC (III e IV), 1ª emissão de debêntures (ETO), 7ª emissão de debêntures (EMS) e a 2ª e 5ª emissão de debêntures (EMT) e a 3ª emissão de Debêntures (ESE), a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia e suas controladas realizaram a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia e suas controladas efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 30 de junho de 2016 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$23.903 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no segundo trimestre de 2016, para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 30 de junho de 2016, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$7.712 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista a cada dois anos e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Dívida (a)	8.375.180	7.977.017
Caixa e equivalentes de caixa	(1.076.688)	(1.083.627)
Dívida líquida	7.298.492	6.893.390
Patrimônio líquido (b)	2.195.359	2.211.653
Índice de endividamento líquido	3,32	3,12

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas As condições atuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.722	-	-	-	-	1.722
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	16,97%	292.637	134.405	747.385	830.428	982.515	2.987.370
Total		294.359	134.405	747.385	830.428	982.515	2.989.092

Consolidado							
Fornecedores	14,13%	1.050.258	58.523	175.570	78.032	12.194	1.374.577
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	14,54%	1.382.478	1.028.076	3.721.290	2.076.175	5.142.702	13.350.721
Total		2.432.736	1.086.599	3.896.860	2.154.207	5.154.896	14.725.298

Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras intermediárias é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	224.715	222.737	1.076.688	1.083.627
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	134.893	51.581	1.333.945	816.130
Clientes, consumidores e concessionárias	8.452	5.808	2.058.172	2.194.510
Títulos de créditos a receber	-	-	30.625	6.300
Ativo financeiro setorial	-	-	906.391	1.062.905
Contas a receber da concessão	-	-	3.089.218	2.858.710
Instrumentos financeiros derivativos	4.108	106.025	301.326	487.628

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas n.º 6, 7, 8, 12, 16 e 34.

Notas Explicativas

Nota Explicativa 1 - Taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobras, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de junho de 2016, com queda de 17,8% sobre 31 de dezembro de 2015, cotado a R\$3,2098/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de junho de 2016 era de 18,28%, enquanto em 31 de dezembro de 2015 era de 22,07%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de junho de 2016, de R\$8.395.377 (R\$7.992.569 em 31 de dezembro de 2015), R\$2.407.141 (R\$2.611.367 em 31 de dezembro de 2015) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em setembro de 2020) e custo máximo de 6,75% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 apresenta no ativo circulante R\$2.842 (R\$65.793 em 31 de dezembro de 2015) e não circulante R\$1.266 (R\$40.232 em 31 de dezembro de 2015) e R\$49.243 (R\$16.806 em 31 de dezembro de 2015) no passivo circulante e R\$19.430 (R\$30.873 em 31 de dezembro de 2015) no passivo não circulante na controladora, R\$67.203 (R\$117.780 em 31 de dezembro de 2015) no ativo circulante, R\$234.123 (R\$369.848 em 31 de dezembro de 2015) no ativo não circulante e R\$241.310 (R\$126.251 em 31 de dezembro de 2015) no passivo circulante e R\$419.814 (R\$388.376 em 31 de dezembro de 2015) no passivo não circulante, no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. No período, a Energisa reconheceu diretamente no seu Patrimônio Líquido R\$21.124 (R\$9.879 em 31 de dezembro de 2015) referente a sua participação nos efeitos refletidos no patrimônio das suas controladas.

Notas Explicativas As operações controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ENERGISA S/A					
Resolução 4131 - Citibank	75.000	VC + (Libor + 1,64%) x 117,65%	102,15% CDI	27/04/2018	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Santander	14.619	VC + 4,52%	CDI + 2,53%	14/12/2016	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	28.901	V.C.+ (Libor + 2.50%) x 117,65%	CDI + 2,59%	15/12/2017	Fair Value Option
ESE					
Resolução 4131 - Itaú BBA	50.231	VC + 4,11%	108,95% CDI	17/04/2018	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	50.000	VC + (Libor + 1,91%) x 117,65%	103,50% CDI	19/04/2018	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	22.314	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Itaú BBA	6.444	VC + 5,33%	CDI + 3,65%	04/04/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.400	VC + (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2016	Fair Value Option
Resolução 4131 - Santander	2.924	VC + 4,52%	CDI + 2,53%	14/12/2016	Fair Value Option
EPB					
Resolução 4131 - Itaú BBA	60.277	VC + 4,11%	108,95% CDI	17/04/2018	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	40.000	VC + (Libor + 1,8987%) x 117,65%	101,00% CDI	21/09/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	5.500	VC + (Libor + 1,88%) x 117,65%	CDI + 1,80%	27/02/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	20.720	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.000	VC + (Libor + 2,50%) x 117,65%	CDI + 1,40%	20/10/2016	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	2.900	VC + (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
EMG					
Resolução 4131 - Citibank	16.450	VC + (Libor + 1,36%) x 117,65%	113,90% CDI	28/09/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	14.345	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - ABC	3.185	VC + 4,37%	CDI + 3,50%	05/07/2016	Fair Value Option
Resolução 4131 - ABC	12.903	VC + 7,79%	CDI + 3,95%	08/09/2017	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	17.200	VC + (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	9.091	VC + 5,71%	CDI + 3,35%	02/07/2018	Fair Value Option
ENF					
Resolução 4131 - Citibank	8.250	VC + (Libor + 1,36%) x 117,65%	113,90% CDI	28/09/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Itaú BBA	7.663	VC + 5,04710%	CDI + 2,95%	26/02/2018	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 - Bank of America ML	7.273	VC + (Libor + 1,50%) x 117,65%	CDI + 1,45%	04/05/2017	Fair Value Hedge
EMS					
Resolução 4131 - Bank of America ML	31.446	VC + (Libor + 1,85%) x 117,65%	CDI + 1,4925%	01/06/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Bank of America ML	7.600	VC + (Libor + 1,75%) x 117,65%	CDI + 1,24%	08/08/2016	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	9.250	VC + (Libor + 1,90%) x 117,65%	CDI + 1,39%	06/09/2016	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Itaú BBA	65.030	VC + 4,04%	CDI + 2,72%	13/04/2020	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Bank of America ML	13.123	VC + (Libor + 2,50%) x 117,65%	CDI + 1,48%	12/12/2016	Fair Value Option
Resolução 4131 - Santander	29.493	VC + 4,52%	CDI + 2,53%	23/12/2016	Fair Value Option
CAIUÁ					
Resolução 4131 - Itaú BBA	25.893	VC + 4,00%	CDI + 2,25%	28/11/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Bank of America ML	12.882	VC + (Libor + 1,85%) x 117,65%	CDI + 1,4995%	12/06/2017	Fair Value Hedge
CNEE					
Resolução 4131 - ABC	3.185	VC + 4,37%	CDI + 3,50%	05/07/2016	Fair Value Option
CFLO					

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Itaú BBA	7.663	VC + 5,0471%	CDI + 2,95%	26/02/2018	Fair Value Option
EDEVP					
Resolução 4131 - ABC	6.369	VC + 4,37%	CDI + 3,50%	05/07/2016	Fair Value Option
Resolução 4131 - Santander	5.938	VC + 4,52%	CDI + 2,53%	28/12/2016	Fair Value Option
EEB					
Resolução 4131 - Itaú	3.984	VC + 4,00%	CDI + 2,25%	28/11/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Santander	15.181	VC + 5,58%	CDI + 2,32%	22/12/2016	Fair Value Option
Resolução 4131 - ABC	12.987	VC + 7,02%	CDI + 3,55%	31/08/2017	Fair Value Option
EBO					
Resolução 4131 - Santander	2.924	VC + 4,52%	CDI + 2,53%	14/12/2016	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	6.061	VC + 5,71%	CDI + 3,35%	02/07/2018	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ENERGISA S/A					
HSBC X ESA	50.000	CDI + 1,60%	109,20% CDI + (TJLP-6,00%)	17/10/2016	Não Aplicável
Santander X ESA	250.000	CDI + 1,60%	CDI + 1,27% + (TJLP-6,00%)	17/10/2016	Não Aplicável
Santander X ESA	128.570	CDI + 1,30%	CDI + (TJLP-5,50%)	17/07/2017	Não Aplicável
HSBC X ESA	128.570	100,00% CDI	Pré 8,8% + (TJLP-5,5%)	17/07/2017	Não Aplicável
Santander X ESA	271.430	IPCA + 6,15%	IPCA + 5,85% + (TJLP-5,50%)	15/07/2019	Não Aplicável
HSBC X ESA	141.600	100,00% CDI	96,00% CDI + (TJLP-5,50%)	27/04/2018	Não Aplicável
HSBC X ESA	175.000	Pré 9,63%	102,65% CDI	15/06/2020	Não Aplicável
EMS					
HSBC X EMS	23.703	CDI + 3,50%	132,00% CDI + (TJLP-6,00%)	05/09/2016	Não Aplicável

A Administração da Companhia e de suas controladas permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Companhia e suas controladas procederam à substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Notas Explicativas

No segundo trimestre de 2016, a Administração da Companhia e de sua controlada Energisa Sergipe eliminaram os limitadores dos swaps associados aos empréstimos 4131 com vencimento no ano de 2017 e 2018, de forma a minimizar o risco com a variação do US\$. Após a reestruturação, a Companhia e suas controladas não possuem nenhum instrumento derivativo com limitadores. Os swaps que sofreram alterações podem ser vistos no quadro abaixo:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Limitador		Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		2017	2018	
Resolução 4131 - Citibank x Energisa Sergipe	50.000	VC + (Libor + 1,91%) x 117,65%	103,50% CDI	19/04/2018	-	3,3100 (abr)	Não Aplicável
Resolução 4131 - Citibank x Energisa S/A	50.000	VC + (Libor + 1,64%) x 117,65%	108,00% CDI	27/04/2018	3,0235 (abr)	3,1896 (abr)	Não Aplicável

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 30 de junho de 2016:

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2016	31/12/2015		30/06/2016	31/12/2015
			Posição Ativa		
			Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA	1.027.811	1.037.461
Swap de Juros	902.414	958.503	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(1.053.650)	(1.077.306)
			Posição Total Swap	(25.838)	(39.845)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	-	1.166.308
Swap Cambial com opções	-	631.700	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	-	(653.625)
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	-	(386.087)
			Posição Total Swap Com Opções	-	126.596

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2016	31/12/2015		30/06/2016	31/12/2015
Dívida designada para “Fair Value Option”	884.806	349.105	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(816.772)	(375.730)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	816.772	375.730
Swap Cambial (Derivativo)	884.806	349.105	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(947.482)	(370.611)
			Posição Líquida Swap	(130.711)	5.119
			Posição Líquida Dívida + Swap	(947.482)	(370.611)

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2016	31/12/2015		30/06/2016	31/12/2015
Dívida (Objeto de Hedge)*	1.348.454	846.131	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(1.554.563)	(1.107.764)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	1.560.948	1.121.772
Swap Cambial	1.348.454	846.131	Posição Passiva		
(Instrumento de Hedge)			Taxa de Juros CDI	(1.405.212)	(902.787)
			Posição Líquida Swap	155.736	218.985
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.398.827)	(888.779)

(*) Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O Valor Justo dos derivativos contratados pelas controladas em 30 de junho de 2016 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

Notas Explicativas

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2016, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(2.377.720)		(2.379.685)	(2.974.606)	(3.569.528)
Variação Dívida	-		(1.966)	(596.887)	(1.191.808)
Swap Cambial com opções					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	2.377.720		2.379.685	2.974.606	3.569.528
Variação - USD e LIBOR	-	Alta US\$	1.966	596.887	1.191.808
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(2.352.694)		(2.352.694)	(2.352.694)	(2.352.694)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	25.025		26.991	621.912	1.216.833
Total Líquido	25.025		25.025	25.025	25.025

(*) Considera curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela Pesquisa Focus vigente em 30 de junho de 2016, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$3,2098 no cenário provável, R\$ 4,0123 no cenário 25% e R\$ 4,8147 no cenário 50%.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 30 de junho de 2016, o que é refletido no valor presente positivo de R\$25.025, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente positivo de R\$25.025, em ambos os casos.

Notas Explicativas

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 30 de junho de 2016, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(1.027.811)		(1.027.811)	(1.016.821)	(1.006.928)
Variaçã Dívida	-		(0)	10.991	20.883
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros	1.027.811		1.027.811	1.016.821	1.006.928
Variação - Taxa de Juros	-	TJLP/CDI	0	(10.991)	(20.883)
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos -CDI + TJLP	(1.053.650)		(1.053.650)	(1.069.099)	(1.084.626)
Variação - CDI + TJLP	-		(0)	(15.450)	(30.976)
Subtotal	(25.838)		(25.838)	(52.279)	(77.697)
Total Líquido	(25.838)		(25.838)	(41.288)	(56.814)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2016 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 6,72%, TJLP = 7,5% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2.315.914	Alta CDI	330.018	412.522	495.027
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(2.352.694)	Alta CDI	(335.259)	(419.074)	(502.889)
	(2.121.454)	Alta CDI	(302.309)	(377.886)	(453.464)
	(554.876)	Alta TJLP	(41.616)	(52.020)	(62.424)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.471.872)	Alta IPCA	(107.005)	(133.756)	(160.508)
	(452.765)	Alta SELIC	(64.519)	(80.649)	(96.779)
	(646.399)	Alta TR	(11.635)	(14.544)	(17.453)
Subtotal (2)	(7.600.060)		(862.343)	(1.077.929)	(1.293.517)
Total -perdas (2)	(5.284.146)	-	(532.325)	(665.407)	(798.490)

(1) Considera o CDI de 30 de junho de 2017 (14,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2016, TJLP 7,5% ao ano, Selic 14,25% ao ano, TR 1,8% ao ano, IPCA 7,27% e FNE 8% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$795.317.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Notas Explicativas

35 Benefícios a empregados

Plano de Aposentadoria e Pensão

As controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada período, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

No período findo em 30 de junho de 2016, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$29.480 (R\$22.910 em 30 de junho de 2015).

Prêmio aposentadoria

A Companhia e suas controladas EMG, ENF, Energisa Soluções S/A, Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A e Energisa Comercializadora S/A em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

A despesa de manutenção do plano foi de R\$128 em 30 de junho de 2015 na controladora e em junho de 2016 no consolidado foi de R\$604 (R\$490 em 30 de junho de 2015).

Plano de saúde

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo às controladas, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados.

A Companhia, EMG e a Energisa Soluções, tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

Em 30 de junho de 2016, as despesas com esse benefício foram de R\$442 (R\$455 em 30 de junho de 2015) na controladora e R\$27.517 (R\$24.954 em 30 de junho de 2015) no consolidado.

36 Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de venda de energia - reais mil						
	Vigência	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Energisa Comercializadora Ltda	2016 a 2026	248.854	546.044	472.811	515.040	542.247	4.900.147

As seguintes notas explicativas descrevem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

	Contrato de compra de energia						
	Vigência	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A (*)	2016 a 2026	42.587	81.338	82.711	84.099	85.522	640.842
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	104.957	210.969	215.858	234.119	223.970	3.896.617
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	338.742	644.182	629.653	659.341	590.111	9.928.648
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	236.336	418.062	413.739	421.339	400.010	7.304.504
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	57.770	110.326	108.797	109.917	98.473	1.576.553
CAIUÁ Distribuição de Energia S/A	2016 a 2048	71.692	144.740	141.644	145.210	125.936	2.392.874
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	591.785	1.229.656	1.382.269	1.523.063	1.525.828	19.512.140
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	265.015	438.350	447.484	490.998	374.586	7.188.656
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2016 a 2048	372.999	654.459	715.101	729.302	744.136	14.124.012
Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	2016 a 2048	39.444	80.343	73.843	72.770	62.942	1.505.958
Empresa Elétrica Bragantina S/A - EEB	2016 a 2048	44.768	81.832	87.421	116.027	102.369	1.951.511
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A - EDEVP	2016 a 2048	58.968	127.474	126.179	125.653	112.987	2.200.133
Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO(*)	2016 a 2026	38.495	62.131	63.880	65.849	68.032	541.231
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2016 a 2026	238.888	524.198	456.998	492.294	511.447	4.613.037
		2.502.446	4.808.060	4.945.577	5.269.981	5.026.349	77.376.716

(1) Os contratos de suprimento da ENF e CFLO foram aditados, conforme as disposições previstas no Submódulo 11.1 do PRORET (Procedimento de Regulação Tarifária).

(2) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfra e de Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final de junho de 2016 e foram homologados pela ANEEL.

37 Ativos de geração alienados

A Companhia concluiu em 18 de novembro de 2014, negociação com a São João Energética S/A, FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável SA, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners, para venda dos ativos de geração de energia elétrica em operação e em construção. A negociação envolve 488 MW de capacidade instalada em unidades como Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs (43 MW), localizadas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, um parque eólico no Rio Grande do Norte (150 MW), usinas de cogeração a base de biomassa de cana de açúcar em São Paulo e Mato Grosso do Sul (175 MW, dos quais 115 MW em construção) e uma usina hidrelétrica no Mato Grosso (120 MW).

Os ativos que foram alienados são: SPE Cristina, Energisa Centrais Eólicas e suas subsidiárias de geração eólica, Energisa Bioeletricidade e suas subsidiárias de geração termelétrica, Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin, Energisa Geração Rio Grande, as novas expansões de plantas de cogeração Energisa Geração Vista Alegre II e Energisa Geração Santa Cândida II e Tangará Energia S/A.

Com base no pronunciamento técnico CPC 31, desde 30 de setembro de 2014, a Companhia reclassificou esses ativos e passivos que foram destinados à venda, sem que houvesse qualquer impacto no resultado.

Em dezembro de 2014 os ativos de geração destinados a alienação foram capitalizados em fundo de investimentos, pelo valor de mercado, conforme segue: (i) no Fundo FIP REDE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 95,07% do capital social de que possui na Tangará Energia S/A, pelo valor de R\$229.594; (ii) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 92,2% do capital social da sociedade SPE Cristina Energia S/A, pelo valor de R\$23.788 e ações correspondentes 100% do capital social da sociedade Energisa Geração Rio Grande S/A no valor de R\$221.800 e da Pequena Central Hidrelétrica Zetunin no valor de R\$68.600; (iii) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO EÓLICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, ações correspondentes a 92,2% do capital social da sociedade Energisa Geração Centrais Eólicas RN, pelo valor de R\$485.894 e (iv) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO BIOMASSA, ações correspondentes a 100% do capital social da sociedade Energisa Bioeletricidade, pelo valor de R\$436.800.

As transferências dos ativos destinados a alienação foram capitalizados aos Fundos de Investimentos pelo valor de mercado tendo sido finalizada em 30 de maio de 2015 com apuração de ganho de capital de R\$573.709 na controladora e R\$677.924 no consolidado.

Notas Explicativas - Demonstração de ganho de capital registrado no período findo em 30 de junho de 2015:

	Controladora	Consolidado
Valor original de venda dos ativos (recebidos)	1.327.074	1.498.383
Ajuste preço adicional	49.759	54.063
Valor de venda contabilizado pela alienação dos ativos de geração	1.376.833	1.552.446
(-) Custos dos investimentos alienados	(910.363)	(982.013)
(=) Ganho de capital	466.470	570.433
(-) IR e CS - 34%	(158.600)	(158.600)
(=) Efeito líquido	307.870	411.833

Demonstração de resultado da operação descontinuada em 30 de junho de 2015:

Demonstração do resultado das operações descontinuadas	Controladora	Consolidado
	30/06/2015	30/06/2015
Receita líquida	-	69.101
(-) Custo com energia elétrica	-	(24.992)
(-) Custo de operação	-	(10.360)
(-) Custo serviços prestados a terceiros	-	-
Lucro operacional bruto	-	33.749
(-) Despesas operacionais	-	(2.747)
Resultado do serviço	-	31.002
Ganho apurado na alienação	466.470	570.433
Equivalência patrimonial	(6.239)	-
Receitas financeiras	-	7.116
Despesas financeiras	-	(39.966)
Outros resultados operacionais	-	(1.465)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	460.231	567.120
(-) Despesa de Imposto de renda e contribuição social	(158.600)	(162.409)
Lucro (prejuízo) de operação descontinuada	301.631	404.711

38 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	30/06/2016	31/12/2015
Outras transações não caixa		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	161.615	372.423
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	79.411	243.409
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores a prazo	86.699	101.530
Estoques - transferência para o intangível	-	2.705
Impostos a recuperar compensado para parcelamento de impostos.	-	2.689
Incorporação de redes	18.753	30.364
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	86.699	101.530
Obrigações especiais - devolução de recursos Programa LPT	-	9.149
Transferência para incorporação de redes	18.753	30.364
Intangível - transferência para estoques	-	2.705
Atividades de financiamento		
Parcelamento de impostos compensados	-	2.689
Empréstimos e financiamentos - devolução de recursos Programa LPT	-	9.149

Notas Explicativas

39 Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015
Lucro líquido do período - controladora	(31.104)	80.094	28.250	300.707
Média ponderada das ações	1.336.600	1.336.600	1.245.691	1.245.691
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (*)	(0,02327)	0,05992	0,02268	0,24140
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação - operação continuada - R\$	(0,02327)	0,05992	0,04653	(0,00074)
Lucro líquido básico e diluído por ação - operação descontinuada - R\$	-	-	(0,02385)	0,24214
Lucro líquido do período - consolidado	(27.216)	97.235	48.786	325.515
Resultado da operação continuada:	(27.216)	97.235	(35.488)	(79.196)
Acionistas da controladora	(31.104)	80.094	28.250	300.707
Acionistas não controladores	3.888	17.141	20.536	24.808
Resultado da operação descontinuada:	-	-	84.274	404.711
Acionistas da controladora	-	-	48.800	373.867
Acionistas não controladores	-	-	35.474	30.844

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

40 Eventos subsequentes

Antecipação de dividendos do exercício de 2016:

O Conselho de Administração da Energisa S/A aprovou no dia 12 de agosto, a distribuição de dividendos intermediários à conta dos resultados do exercício de 2016, no montante de R\$39.786, o que equivale a R\$0,115 por Unit ou R\$0,0230 por ação ordinária ou preferencial. Esses dividendos serão pagos a partir de 26 de agosto e fazem jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações em 17/08/2016, respeitadas as negociações em Bolsa até aquela data.

Distribuição Dividendos:

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de julho de 2016, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial das controladas de 30 de abril de 2016, conforme segue:

Controladas	Valor dividendos	Valor por ação	Data pagamento
Energisa Sergipe	R\$60.268	R\$308,2599522	12/07/2016
Energisa Mato Grosso do Sul	R\$19.484	R\$30,11437588	A partir de 11/07/2016
Energisa Paraíba	R\$44.114	R\$48,04575060	A partir de 11/07/2016

Notas Explicativas

Contratações de empréstimos:

.Controlada ECOM

. Contratação de empréstimo celebrado com ITAU UNIBANCO S/A, liberado em 05 de julho de 2016, no montante de R\$32.000, com vencimento em 05 de julho de 2018, com taxa de juros anual equivalente a variação cambial + 4,8535% a.a. Possui contrato de swap com vigência entre 05 de julho de 2016 a 05 de julho de 2018.

.Controlada ENF

. Contratação de empréstimo celebrado com Banco Santander (BRASIL) S/A, liberado em 18 de julho de 2016, no montante de R\$10.000, com vencimento em 19 de janeiro de 2017, com taxa de juros anual equivalente a variação cambial + 3,6882% a.a. Possui contrato de swap com vigência entre 18 de julho de 2016 a 19 de janeiro de 2017.

Energisa concluiu oferta pública de Units

A Energisa concluiu, com sucesso, no dia 03 de agosto, a oferta pública de ações no valor de R\$1.536.000. O preço foi fixado em R\$18,50 por Unit, com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"), sendo cada Unit composta por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais de emissão da Companhia negociada no pregão da BM&FBOVESPA sob o código ENGI11. Foram emitidas 83.025.000 Units, sendo 83.025.000 ações ordinárias e 332.100.000 ações preferenciais, elevando-se o capital social da Companhia para R\$ 2.796,0 milhões, a ser representado por 1.751.724.980 ações, das quais 724.578.423 ações ordinárias e 1.027.146.557 ações preferenciais.

Com os recursos captados na oferta, a Companhia reduziu sua alavancagem e atraiu novos sócios, proporcionando um relevante aumento na liquidez das Units negociadas em bolsa de valores. A emissão foi realizada no Brasil, com esforços de colocação no exterior.

Adesão ao Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA

Em 28 de julho, a Companhia confirmou a adesão ao Nível 2 de Governança da BM&FBOVESPA e o início das negociações das suas ações neste segmento diferenciado. Com esta adesão, a Energisa se posiciona entre as empresas listadas na bolsa que atuam sob as melhores práticas de governança e transparência de mercado.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Energisa S.A.

Cataguases - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Energisa S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reclassificações nas informações financeiras intermediárias correspondentes

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a nota explicativa no 3.2 às informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, que indica que a Companhia reclassificou certas transações nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e do patrimônio líquido correspondentes.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa

Contador

CRC 1RJ 065.976/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Não se aplica à Companhia.